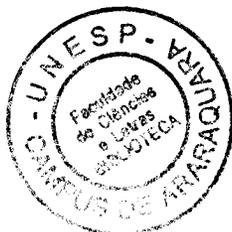


UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Pós-Graduação em Sociologia

0313070565



Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 9	p. 1-174	2003
-------------------	------------	------	----------	------

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara**

UNESP

Reitor: Prof. Dr. José Carlos de Souza Trindade

Vice-reitor: Prof. Dr. Paulo Cezar Razuk

FCL Araraquara

Diretor: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Vice: Prof. Dr. José Murari Bovo

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Prof. Dra. Eliana de Melo e Souza

Vice-coordenador: Prof. Dr. Renato Bueno Franco

Prof. Dra. Lucila Scavone

Prof. Dr. Milton Lahuerta

Representante Discente: Luciane Penteado Chaquime

REVISTA CADERNOS DE CAMPO

Comissão Editorial

Luciane Penteado Chaquime

Maria Mary Ferreira

Paulo Gilberto Rodrigues de Lima

Valquíria Pereira Tenório

Wlaumir Doniseti de Souza

Conselho Editorial

Augusto Caccia-Bava Júnior – UNESP/FCLar

Carlos Benedito Rodrigues da Silva – UFMA

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – UNESP/FCLar

Elisabete D. Bilac – UNESP/FCLar

Eliana de Melo e Souza – UNESP/FCLar

Fernanda Áreas Peixoto – USP

Sonia Irene Silva do Carmo – UNESP/FCLar

José Antonio Segatto – UNESP/FCLar

José Castillo Marques Neto – UNESP/FCLar

Lucila Scavone – UNESP/FCLar

Maria Orlanda Pinassi – UNESP/FCLar

Enrique Amayo Zevallos – UNESP/FCLar

Maria Teresa Miceli Kerbauy – UNESP/FCLar

Milton Lahuerta – UNESP/FCLar

Terezinha Moreira Lima – UEMA

Vera Marisa H. de Miranda Costa – UNESP/FCLar

Artigos, resenhas e toda a correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo / Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Rod. Araraquara-Jaú, Km.1 – 14800-901 – Araraquara – SP – e-mail: cadernosdecampo@yahoo.com.br

Normalização
Cristina Aurora Bonelli Giollo - CRB 8/2712

Editoração Eletrônica e Capa
Antônio Parreira Neto

Revisão e Língua Inglesa
Sérgio Fabiano Annibal (Coordenador)
Iracy Roque de Azevedo
Leandra Alves dos Santos

Impressão
Seção Gráfica - FCL/CAR

Cadernos de Campo
Pós-Graduação em Sociologia
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP
Rodovia Araraquara-Jaú - Km. 1 - Caixa Postal 174
CEP 14800-901 - Araraquara-SP

SUMÁRIO

Apresentação 07

Transformações nos processos de trabalho: a questão
da qualificação do trabalho humano
*Transformation in the work process: qualification
of human work*

Carla Gandini Giani Martelli 09

As Múltiplas faces da opressão à classe trabalhadora: o caso do amianto
The multiple faces of oppression on the worker class: the case of asbestos

Jovana Alves de Melo 37

Movimento sindical e movimento de resistência: rompendo amarras
Union movement and resistance movement: breaking ties

Ricardo Sapia 53

A revolução dentro da ordem: Brasil e EUA
The revolution inside of order: Brazil and USA

Leonardo Barbosa e Silva 69

A mecânica da ordem: indivíduo e sociedade em Durkheim
The process of order: individual and society in Durkheim

Edison Bariani Júnior 85

Os conceitos de *Habitus* e campo na teoria de Pierre Bourdieu
The concepts of Habitus and fields in Pierre Bourdieu's theory

Karine Fernandes de Carvalho 101

As igrejas pentecostais no contexto urbano araraquarense: dados
de uma pesquisa etnográfica

*The Pentecostal churches in araraquarense urban context: data
about ethnographic research*

Caroline Hilário Macedo 113

Protagonismo e práticas juvenis de resistência social

Protagonism and juvenile practices of social resistance

Maria de Fátima da Fonseca 133

Algumas reflexões para o estudo das imagens fotográficas

Some reflections to the study of photographic images

Marcelo Eduardo Leite 149

APRESENTAÇÃO

Estamos em tempo de grandes mudanças na Revista *Cadernos de Campo*. Nossa intenção é torná-la uma referência para os estudos e pesquisas na área de Ciências Sociais e instigar a produção acadêmica de alunos que estejam preocupados em contribuir para a ampliação do debate científico em nossa área.

Dentre as mudanças propostas pela nova Comissão Editorial destacamos a necessidade de ultrapassar a fronteira institucional e, neste sentido, o presente número publica artigos de pós-graduandos da UNESP, UNICAMP e IUPERJ, os quais, embora contemplem diferentes temáticas, convergem quanto à preocupação de aprimorar, teórica e metodologicamente, seus objetos de pesquisa.

Um outro ponto que merece ser destacado nesta edição é a incorporação de membros de outras Universidades, como USP, UEMA e UFMA, no Conselho Editorial da Revista *Cadernos de Campo*, e para as próximas publicações já está confirmada a colaboração de professores da UFRGS, UFSCar, UFF, UERJ e UFBA.

Para que o processo de construção da ciência não se limite apenas à etapa da produção, nossa revista se coloca como um espaço de divulgação das pesquisas e, dessa maneira, contamos com a colaboração de todos para os próximos números.

Comissão Editorial

TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE TRABALHO: A QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO HUMANO

Carla Gandini Giani MARTELLI ¹

Resumo: Este artigo tem a finalidade de abrir um debate acerca das transformações ocorridas nos processos de trabalho a partir do século XX, mais especificamente, e suas conseqüências na questão da qualificação do trabalho humano. Procurar-se-á fazer esse debate à luz dos conceitos marxistas e em diálogo com o taylorismo/fordismo, toyotismo e automação de base microeletrônica.

Palavras-Chave: Trabalho; taylorismo/fordismo; toyotismo/ohnoísmo; revolução microeletrônica.

Abstract: This article has the purpose to open a discussion about the transformation in the work process since Twentieth Century and the consequences in the qualification of human work. This discussion will be made according to Marx's concepts and dialogues with taylorism/fordism, toyotism and the microelectronic automation.

Key-words: Work; taylorism/fordism; toyotism/ohnoism; microelectronic revolution.

Introdução

Este trabalho pretende retomar algumas discussões a respeito do impacto da revolução de base microeletrônica na organização do trabalho. Para tanto, recorreremos a dois conceitos que servirão de fios condutores para a discussão: o conceito de imprescindibilidade do trabalho vivo e o conceito de qualificação do trabalho humano. Se em um primeiro momento pensamos em torná-los sinônimos mostraremos no transcórre da nossa discussão que são conceitos

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

diferentes que tomam para si desafios de ordens também diferentes. O nosso percurso será o de pensar esses dois conceitos acompanhando o desenvolvimento do trabalho humano no processo produtivo, segundo nos propõe Marx. Assim, no primeiro momento faremos a discussão da qualificação e da imprescindibilidade do trabalho humano na Cooperação Simples, e em um segundo momento discutiremos esses conceitos pela trilha da Manufatura e, por fim, procuraremos perceber o significado que assumem na Maquinaria.

Se nossa pretensão é retomar a questão da revolução provocada pela automação de base microeletrônica no processo produtivo não podemos desprezar um outro percurso: taylorismo, fordismo, ohnoísmo e a automação de base microeletrônica. Procuraremos entender como alguns autores discutem a questão da imprescindibilidade do trabalho vivo e a qualificação do trabalho humano à luz das discussões provocadas por esses movimentos dentro do processo produtivo, mantendo sempre o nosso diálogo com a trajetória proposta por Marx.

Com alguns autores partimos da seguinte hipótese de trabalho: tanto o taylorismo como o fordismo e, mais recentemente, o ohnoísmo se debruçaram sobre as questões decorrentes de um único setor industrial, a saber, a indústria metal-mecânica sendo a indústria automobilística a mais expoente desse setor. Por ser um setor industrial que “arrastou” o atraso tecnológico por mais de séculos, as discussões propostas por Marx no século XIX acerca da automação que tornaria o trabalho humano um “apêndice” da máquina, não se aplicam a esse setor industrial. Por razões que lhe são peculiares, e que procuraremos mostrar neste trabalho, o atraso da indústria metal-mecânica foi um desvio histórico daquilo que Marx anteviu para outros setores industriais, como para a indústria têxtil e para indústria de fluxo contínuo, por exemplo. Assim, as discussões propostas pelo taylorismo, fordismo e ohnoísmo só se aplicam, completamente, à indústria metal-mecânica não sendo pertinentes as posturas de autores que generalizam e tornam paradigmáticos os fundamentos desses três movimentos para todo e qualquer setor produtivo. Apenas com a automação de base microeletrônica poderemos colocar a indústria metal-mecânica no leito da automação, lado a lado com as transformações no processo produtivo que já vinham acontecendo há muito nos outros setores industriais.

No recente momento em que todos os setores industriais já estão no leito da automação de base microeletrônica, colocamo-nos diante de um outro desafio: em que sentido as colocações de Marx a respeito da superfluidade e da apendicização

dos trabalhadores no processo produtivo se aplicam à automação de base microeletrônica? Em que sentido a aplicação tecnológica da ciência ao processo produtivo, no estágio da microeletrônica, torna o trabalhador desqualificado e supérfluo? Ousamos nos aventurar por um caminho de interpretação, a revolução provocada pela automação de base microeletrônica à indústria metal-mecânica (como mostraremos no decorrer desse trabalho não falaremos em revolução para a indústria têxtil e nem para a de fluxo contínuo) torna o trabalhador braçal, o antigo operário do período manufatureiro, supérfluo. Seu trabalho se torna prescindível, uma vez que a máquina é capaz de realizar tarefas que antes só ele poderia fazer (a robotização usada na indústria metal-mecânica é um exemplo disso). No entanto, não diríamos que o trabalhador que restou no processo produtivo se desqualifica. Pelo contrário, novas exigências são feitas a este trabalhador. Consideramos, então, que a automação de base microeletrônica tenha prescindido do trabalho humano em grande escala o debate atual acerca do desemprego não é em vão. No entanto, acreditamos que outras necessidades, em termos de qualificação, surgiram trazendo novos desafios para os trabalhadores que permaneceram diretamente ligados aos setores produtivos.

O Trabalho Humano no Processo Produtivo: Cooperação Simples, Manufatura e Maquinaria

Na medida em que toda a nossa discussão discorre sobre o tema do trabalho humano, cabe uma breve definição. Em Braverman (1974, p.49-50), encontramos a seguinte citação de Marx:

Pressupomos o trabalho de um modo que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão, e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Podemos assinalar, com Braverman, que o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. Segundo este autor, nos seres humanos não é inviolável a unidade entre a força

motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. Nos outros animais essa unidade se mantém inviolável. Um exemplo pode ser dado com a aranha que tece sua rede de acordo com uma incitação biológica não podendo delegar essa função à outra aranha. Ela desempenha essa atividade porque é de sua própria natureza. Nos seres humanos,

a unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a idéia concebida por **uma pessoa** pode ser executada por **outra**. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo. (MARX apud BRAVERMAN, 1974, p.53 grifos do autor)

O trabalho artesanal que predominou por toda a Idade Média, por exemplo, poderia ser pensado como o trabalho de uma aranha se comparássemos a habilidade que trazia nas mãos com a incitação biológica trazida pela aranha. No entanto, o artesão, além de sua habilidade, planeja o que quer fazer e executa seu trabalho até o final. Ele participa de todo o processo de produção desde a concepção até o produto final. O que o artesão utiliza para confeccionar seu produto são suas ferramentas de trabalho. Essas ferramentas são de posse do artesão, por isso podemos dizer que o artesão não só é dono de seu trabalho como é dono dos meios que utilizou para construir seu produto. Para usar a linguagem de Braverman, há unidade entre concepção e execução no trabalho artesanal. O artesão concebe seu produto e perpassa todas as etapas da confecção do mesmo, desde as mais simples até as mais complexas. Se tomarmos os dois conceitos chaves desta discussão trabalho humano qualificado e trabalho vivo como imprescindíveis, podemos dizer que no caso do artesanato esses conceitos são sinônimos: o trabalho do artesão é tanto imprescindível como qualificado. O conceito de qualificação assume aqui o significado de um trabalho que requer aprendizagem, experiência e uma certa aptidão natural. Para que o aprendiz se torne um dia mestre é preciso que passe por um processo de aprendizagem e treino e é preciso que traga consigo uma certa aptidão para manusear as ferramentas necessárias para confecção de um dado produto. Não é, portanto, de uma hora para outra que o aprendiz se torna mestre artesão. Existe um tempo de formação para a nova atividade. É por isso que falamos em trabalho qualificado. É um trabalho artístico que requer as mãos do homem para fazê-

lo; mãos que sabem moldar e criar formas únicas para cada produto confeccionado.

Analisemos agora como se dá a noção de trabalho qualificado e imprescindível na produção capitalista. No caso do trabalho artesanal não se pode falar em produção capitalista uma vez que o artesão é dono de seus instrumentos de trabalho, bem como é dono do produto que confeccionou. A produção capitalista só começa realmente, segundo Marx,

(...) quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. (MARX, 1985, p.370)

O capitalismo inaugura a Cooperação como forma sistemática do modo de produção capitalista. Há três formas históricas de cooperação capitalista: cooperação simples, manufatura e maquinaria

Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos (...) Quando os trabalhadores se completam mutuamente fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie, temos a cooperação simples. (MARX, 1985, p.374-6)

Na cooperação simples os trabalhadores passam por todas as atividades, até as mais complexas. O trabalhador ainda é um trabalhador integral, tal como o era o artesão. O que muda é que o capitalista é o proprietário do capital e, portanto, dos instrumentos de produção, mas o processo de trabalho mantém-se como domínio do trabalhador. Podemos pensar na “redoma de vidro”² como ilustração para essa fase do processo de trabalho capitalista: dentro da redoma estão os trabalhadores, dotados de qualificação, donos de todo o saber necessário para realização de seu trabalho; do lado de fora está o olho do capitalista que não interfere no trabalho, já que não o conhece; *apenas* é o dono do espaço, dos instrumentos do trabalho e do produto final. Por ser dono de tudo isso ficam os trabalhadores, que possuem só o saber, submetidos às ordens

² O elemento ilustrativo, “redoma de vidro”, foi criado pelo professor Benedito Rodrigues de Moraes Neto e, por sua eficiência ilustrativa, será por nós utilizado no decorrer deste trabalho. Sobre a “redoma de vidro”, consultar (MORAES NETO & CARVALHO, 1997).

do capitalista, assim como fica o capitalista nas mãos dos trabalhadores, já que só eles têm o saber. A relação dialética de necessidade/poder fica, então, estabelecida.

Voltando aos dois conceitos que transcorrem essa discussão, pode-se dizer que na cooperação simples, o trabalhador, tal como o artesão, é imprescindível e qualificado. Ele é dono do saber necessário para produzir o produto desejado pelo capitalista. Vejamos como isto se dá no período manufatureiro que vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII. A Manufatura “nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final” (MARX, 1985, p.386)³.

Se podemos associar o artesão a um trabalhador integral, na manufatura falamos em trabalhador parcial, que é aquele que realiza uma única tarefa no processo de produção. O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalho coletivo constituído de muitos trabalhadores parciais. Uma das imagens mais brilhantes que ilustram a manufatura é a que nos deu Ferguson (apud MORAES NETO, 1991, p.46) quando diz que a manufatura pode ser considerada “uma máquina cujas peças são seres humanos”. Não se tem mais a imagem de um trabalhador participando de todo o processo produtivo; agora são vários trabalhadores, cada um fazendo uma tarefa específica. O trabalhador parcelado perde a noção de todo o processo, uma vez que se dedica, repetitivamente, a uma única tarefa. Marx preocupou-se em trazer à tona as conseqüências do trabalho humano parcelado

Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas (...) Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalhador parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo. (MARX, 1985, p.412-3)⁴

³ Lembramos que Marx faz a distinção entre a manufatura heterogênea e a manufatura orgânica sendo que essa última encontra na manufatura de alfinetes, descrita por Adam Smith, seu exemplo clássico.

⁴ Interessante lembrar que Marx fala do período manufatureiro como aquele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial, já que a repetição de uma só tarefa pelo trabalhador parcelar, empobrece-o. O trabalhador coletivo cresce com o empobrecimento do trabalhador individual.

A mudança que ocorre entre o artesanato e a manufatura é de ordem organizacional, na medida em que, na manufatura, há uma hierarquia organizacional: há um artífice altamente qualificado dentro do parcelamento das tarefas e há um grande número de peões que realizam o trabalho mais simples, mas, como adverte Marx, na manufatura “a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento” (1985, p.389).

Retomando os conceitos de qualificação e de trabalho humano imprescindível, pode-se dizer que, ainda que a manufatura desqualifique a maior parte do trabalho humano que emprega, esse segue sendo a excelência do processo produtivo, ou seja, o trabalho vivo é imprescindível. Pode-se falar em desqualificação do trabalho na medida em que a manufatura necessita de trabalhadores para tarefas simples que não requerem nenhum grau de especialização, nenhuma aptidão especial. Diz Marx

Em todo ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado (...) realmente, em meados do século XVIII, algumas manufaturas empregavam de preferência indivíduos meio idiotas em certas operações simples que constituíam segredos de fabricação. (1985, p.401; 414)

Ao assumir um alto grau de desqualificação, o trabalho humano passa a ser intercambiável. Todavia, continua a ser a essência da manufatura.⁵

A respeito das limitações enfrentadas pela manufatura, Moraes Neto observa que os trabalhadores mais especializados, ainda que estejam em número reduzido, permanecem em “redomas de vidro”, o que dificulta o controle do capital bem como a reprodução da força de trabalho. Além disto, a questão do transporte impõe limitações, já que a divisão parcelada de trabalho implica o transporte daquilo que foi produzido pelo trabalhador x para o trabalhador y. No caso da manufatura orgânica, o resultado do trabalho de um é o ponto de partida para o

⁵ O autor Stephen Marglin (1996) faz uma observação que nos parece interessante: a manufatura não se justifica tecnologicamente, mas se justifica na medida em que possibilita maior controle do capital sobre o trabalho. “Dividir para reinar” seria o lema do capitalista. O desenvolvimento produtivo seria o resultado do controle do capitalista sobre o trabalhador. Na medida em que a tarefa do trabalhador se torna cada vez mais especializada e parcelada, ele não tem mais produto para vender. Assim, submete-se ao capitalista para combinar seu trabalho com o dos operários e fazer, do conjunto, um produto mercantil. Contrariamente ao artesão que controlava todo o processo de trabalho e que era dono do produto final, o trabalhador parcelado se vê submetido às ordens do capitalista. O segredo do sucesso da fábrica manufatureira é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir os custos. A fábrica teria posto fim definitivo à desonestidade e à preguiça dos trabalhadores.

trabalho do outro. A descontinuidade do trabalho parcelar impõe limites para a produção. O homem como instrumento de produção, é limitado. Uma importante citação de Marx mostra a diferença entre manufatura e maquinaria, introduzindo essa outra forma de produção

Na manufatura, cada operário parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo foi este ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química, etc., embora a teoria tenha sempre de ser aperfeiçoada pela experiência acumulada em grande escala. (1985 p. 433)

Na maquinaria há um salto revolucionário no processo produtivo, uma vez que o capital se liberta completamente do trabalho vivo qualificado (aquele trabalhador que permanecia com seu saber na “redoma de vidro”). A máquina-ferramenta é um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Assim, o processo de produção é realizado sem as mãos dos homens. Complementa Marx (1985):

Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. (p.428)

Se o homem serve apenas como força motriz, podemos inferir que qualquer um pode realizar o trabalho, operários desqualificados, mulheres, crianças, etc. Isso porque a máquina ferramenta substitui o trabalhador, cabendo a esse a simples tarefa de apertar botões e vigiar a máquina. Na “redoma de vidro” estaria agora a máquina e o trabalhador estaria do lado de fora, sem entender nada de seu funcionamento. Poderíamos dizer, então, que se a manufatura realizou uma revolução na força de trabalho, que passou a atuar parceladamente, a maquinaria realizou uma revolução nos instrumentos de trabalho. Segundo Palma,

Na maquinaria, as únicas operações reservadas ao trabalhador se reduzem aos serviços auxiliares de vigilância, de correção das operações mecânicas e de alimentação da máquina. Ademais, uma parte cada vez maior das funções manuais residuais é pouco a pouco mecanizada e incorporada às máquinas (...). A máquina, como contraposta

à ferramenta artesanal, é um mecanismo passível de um processo indefinido que passo a passo conduz à restrição da área de trabalho do trabalhador e, como limite, esvazia de conteúdo esse trabalho. Deste ponto de vista, as operações manuais propriamente ditas não são senão resíduos passíveis de mecanização quando se produzam novas modificações tecnológicas e, como resíduos, não têm importância para o estudo da organização da fábrica. (PALMA apud MORAES NETO, 1991, p.29)

O trabalho do homem passa a ser aquele de vigiar a ação transmitida pela máquina e protegê-la para que ela não seja danificada. O trabalho vivo passa a ser um apêndice da máquina. É, portanto, um trabalho desqualificado porque é desprovido de conteúdos qualificados sendo o trabalhador intercambiável.

Na maquinaria, a produção se transforma numa aplicação tecnológica da ciência, já que o instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência

A máquina de trabalho combinada, que agora é um sistema orgânico de diversas máquinas e grupos de máquinas, é tão mais perfeita quanto mais contínuo é seu processo total, i.e., quanto menores sejam as interrupções que ocorram no trânsito da matéria-prima desde a primeira fase até a última, e, portanto, quanto menor a intervenção da mão do homem neste processo e maior a do mecanismo, desde a fase inicial até a fase final. Se na manufatura o isolamento dos processos diferenciados é um princípio ditado pela própria divisão do trabalho, na fábrica já desenvolvida impera o princípio da continuidade dos processos específicos. (MARX, 1973)

Como vemos, há um desenvolvimento brilhante das forças produtivas com a cientificação dos processos produtivos. Esse não depende mais da subjetividade do trabalhador, mas da objetividade da aplicação científica. Assim, a maquinaria torna o trabalho vivo prescindível. O trabalho humano que resta, aquele que alimenta e vigia a máquina, torna-se desqualificado, pois qualquer um pode realizá-lo, sem que para isso precise de qualquer tipo de especialização.

Taylorismo, Fordismo, Ohnoísmo e Automação de Base Microeletrônica: o trabalho humano na indústria metal-mecânica

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento da indústria metal-mecânica, apostamos na idéia de que apenas com a revolução provocada pela automação de base microeletrônica as discussões propostas por Marx com relação ao papel

do trabalho humano no processo produtivo fazem sentido. Dito de outra forma, pretendemos retomar a discussão que mostra que o taylorismo e o fordismo são desvios históricos, na medida em que colocam para o século XX uma discussão que já havia sido colocada por Marx para os fins do século XVIII. Não apenas isso, mas tanto Taylor quanto Ford pretendem que suas discussões sobre o processo produtivo sejam tão atuais quanto aquelas propostas por Marx no estudo da Maquinaria. Iniciemos com o Taylorismo.

O taylorismo é um movimento criado pelo americano Frederick W. Taylor nas últimas décadas do século XIX. Seu principal objetivo era desenvolver métodos de organização do trabalho. Para tanto, propôs a gerência científica que significava um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Tinha como princípios uma dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, a separação entre concepção e execução e a utilização do monopólio do conhecimento do processo de trabalho por parte da gerência para que pudesse controlar cada fase do processo do trabalho e seu modo de execução.

Retomando a imagem da “redoma de vidro”, Moraes Neto mostra que o que Taylor fez foi

entrar dentro da redoma, observar as atitudes dos operários *sapientes*, contrários ao interesse do capital, e, ao sair, passar as informações ao capital e propor uma solução pela via da organização e da disciplina do trabalho(...) é como se tivesse sido aberto um buraco na ‘redoma de vidro’, através do qual o capital pudesse olhar e manipular.” (MORAES NETO & CARVALHO, 1997, p.24)

O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então monopolizados de fato pelos operários. Coriat retoma esta problemática dizendo que é no saber-fazer operário que reside o essencial da sua relação de força com o capital. “A questão de fundo é uma relação de força e de saber ou, mais precisamente, de **relação de força no saber**” (CORIAT, 1976, p.87 grifos do autor). À direção científica proposta por Taylor caberá a tarefa de expropriar os operários do saber. Para tanto, é preciso um plano. Este plano decompõe-se em três fases:

1ª. reduzir o saber operário aos seus elementos mais simples, medindo gestos e tempos; introduz-se o cronômetro na oficina;

2ª. uma vez todos estes gestos fragmentados, este saber em “migalhas” é sistematicamente selecionado e classificado;

3ª. para cada operação se retém a melhor maneira de realizar uma tarefa, e esta maneira é passada diariamente aos operários com os tempos requeridos para cada tarefa.

Como diz Taylor (apud CORIAT,1976, p.91), “a direção encarrega-se de receber todos os elementos que, no passado, estavam na posse dos operários, de classificar essas informações, de as sintetizar e desses conhecimentos deduzir regras, leis e fórmulas”. Nesse caso, Coriat diz ser possível falar não só em expropriação do saber, mas em confiscação desse saber pelo capital para seu proveito exclusivo.

Coriat defende a idéia de que os princípios propostos por Taylor para a organização do trabalho merecem a mesma importância dos princípios propostos por Ricardo na economia política. São princípios que ditaram as regras para organização do trabalho propiciando a materialização das tendências previstas por Marx. Vejamos como isso se dá pelas palavras do próprio Coriat (1976, p.103):

O papel histórico desempenhado por Taylor e pelo taylorismo parece-nos estar situado no seu verdadeiro lugar. Tudo o que Marx anunciava no que respeita aos caracteres especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento das tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção), Taylor, por sua vez, realiza-o, ou, exatamente, confere-lhe uma esfera de extensão, até aí inexistente.

Além disso, Coriat afirma que o taylorismo teria inaugurado histórica e teoricamente a separação entre concepção e execução. Moraes Neto observa que o grau máximo de separação entre concepção e execução já está posto desde logo pela introdução da maquinaria. A forma histórica dessa separação já estava dada na época de Taylor. A introdução da maquinaria promove a separação concepção/execução. No taylorismo essa separação se dá sem a introdução da máquina. Dito de outra forma, no taylorismo, trata-se de separar o trabalho intelectual do trabalho manual mantendo o trabalho manual como a base do processo de trabalho. Na forma anterior da maquinaria, na manufatura, isto já ocorrera; o parcelamento de tarefas acaba com o trabalhador integral; concepção/execução não pertencem ao trabalhador parcelado. Assim, a defesa de que o taylorismo teria realizado aquilo que Marx apenas anunciara parece

não fazer sentido. Pode-se falar, isto sim, que o taylorismo se colocaria mais próximo das discussões feitas por Marx quando falava sobre a manufatura do século XVIII.

Retomando as idéias que percorrem essa reflexão, apontamos para o fato de que no taylorismo o trabalho qualificado enquanto aquele que exige formação, treinamento, estudo, etc., desaparece; há uma especialização nos instrumentos de trabalho que atuam como extensão do trabalho humano. No entanto, ainda que desqualificado, o trabalho vivo é imprescindível no processo produtivo. É ele a base da produção. O homem, ainda que transformado numa máquina com seus gestos e tempos cronometrados e planejados, é o principal instrumento de trabalho.

Com relação à questão da introdução da ciência pelo taylorismo, muito discutida por aqueles que vêem o taylorismo como a realização do que Marx antevia, chamamos a atenção para o fato de que a ciência não é aplicada ao processo de trabalho, como sugere Marx na forma mais desenvolvida de produção, a maquinaria. Só é feita uma aplicação de um **método científico** com a utilização de amostragens para pensar um modo de dirigir o processo de trabalho por parte da gerência. Todavia, o processo produtivo não se cientifica. O próprio Taylor assume que a novidade que traz não é em termos de inovações para o processo produtivo, mas sim, em termos de sistematização e organização do trabalho.⁶

Moraes Neto (1991) afirma que o taylorismo caracteriza-se como uma forma avançada de controle do capital, com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho, por meio do controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, ou seja, do controle necessariamente despótico de todos os passos do trabalho vivo. Por essa via taylorista busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo.

Com relação ao fordismo - termo relacionado às novidades introduzidas por Henry Ford no processo de trabalho a partir da década de 10, início do século XX, enfatizamos que todas as observações de Ford se referem ao processo de trabalho na indústria automobilística. Todavia, sabemos que o padrão fordista também se expandiu para outras atividades que não a automobilística, o que enfatizou a importância do padrão instaurado por Ford.

⁶ Sobre esse assunto, ver Robert Linhart, *Lenine, os Camponeses e Taylor*, que diz "O próprio Taylor reconhece que em geral quase nada inova no plano técnico em relação à perícia operária preexistente" (1977, p.85).

Se fôssemos traçar uma linha histórica, diríamos que antes de Ford o que se tem é *craft-production*. No século XX, teríamos o marco da novidade trazida por Ford e a partir daí, a produção passaria a ser a *mass-production*. O desafio de Ford era grande, transformar a produção de automóveis de *craft-production* para *mass-production* tendo à mão a mesma base material que era precária. Apostando no potencial do imenso mercado de massa para o novo produto nos EUA, em 1903, é fundada a Ford Motor Company. Controlada por Ford, somente após 1907, a companhia produziu vários automóveis. A partir de 1909, a Ford Motor Company passou a produzir um único modelo, o modelo T. O objetivo de Ford era ter uma produção rápida, padronizada, garantindo alta produtividade. O desafio de passar a produzir em massa um produto metal-mecânico complexo como o automóvel teve de ser enfrentado por meio da estratégia da produção dedicada, que passou a ser tratada como sinônimo da própria produção em massa. As máquinas-ferramentas universais (MFU), que eram flexíveis e exigiam um determinado grau de *skill* dos operários, sofreram modificações. Trabalhava-se agora com as máquinas-ferramentas dedicadas, as quais garantiam a “standardização”. Essas máquinas eram chamadas de *semi-special purpose machines* e eram organizadas de forma seqüencial. Chama-se essa fase do fordismo de “rigidificação”. Ford não teve outra escolha na época, senão a opção pela rigidez, já que seu desafio era a intercambialidade de peças para garantir a produção em massa.⁷ No plano da fabricação, a grande mudança operada por Ford foi a criação da padronização, o que possibilitou a intercambialidade de peças. Restava-lhe um outro desafio: a atividade de montagem em massa, incluindo todas as submontagens mecânicas dos sistemas mais complexos e a montagem final (à época do modelo T, um automóvel compunha-se de 5.000 peças!). A solução para a montagem surgiu em 1913 com a linha de montagem móvel, a esteira. Nas palavras de Ford,

Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário em vez de levar o operário ao trabalho. Hoje todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter mais que um passo a dar; nenhum operário deve ter que abaixar-se. (1926, p.78)

Segundo Moraes Neto & Carvalho (1997), é preciso pensar o fordismo enquanto processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem. O

⁷ Para aprofundar a questão da produção dedicada, inclusive no que diz respeito a *semi-special purpose machines*, que não possuíam a rigidez como um inexorável, como nos mostrará Ohno décadas depois, ver MORAES NETO & CARVALHO, 1997.

fordismo deve ser entendido como desenvolvimento da proposta taylorista no sentido de que busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo). O autor vai mais longe afirmando ser o fordismo a socialização da proposta taylorista, pois enquanto Taylor procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realizava isso de forma coletiva, pela via da esteira.

O fordismo vivenciou dois grandes momentos: o primeiro momento é o que diz respeito à fase da “rigidificação” que fora mencionado há pouco; o segundo, é o pós- guerra que é conhecido como fase da “rigidez” do processo produtivo. Nessa fase há a introdução da máquina *transfer* que possibilitou a transferência, para a metal-mecânica, tanto do princípio genérico da continuidade como das possibilidades de automação da produção posta pelo conhecimento científico-tecnológico típico da base técnica eletromecânica.⁸

Retomando os conceitos iniciais, poderíamos dizer que na fabricação da planta fordista ainda era possível encontrar um tipo de trabalho qualificado, ainda que a grande maioria dos operários fosse desqualificada. Segundo relato do próprio Ford (1926, p.84)

(...) a maioria dos homens que se apresentam em nossa fábrica não possuem especialidade nenhuma e em horas ou dias aprendem o seu ofício(...) havia operários qualificados e não qualificados, modeladores e simples munhecas. Hoje contamos cerca de 5% de modeladores e fundidores realmente especializados. Os 95% restantes são apenas munhecas, ou operários especializados numa só operação que até o mais estúpido homem consegue aprender em dois dias. Cada homem passa a ter apenas uma operação a fazer, sempre a mesma. Os trabalhadores passam a ter suas tarefas especializadas o que faz com que percam o conhecimento do processo de produção como um todo.⁹

Com relação à imprescindibilidade do trabalho vivo, apontamos para o fato de que, após a introdução da máquina *transfer*, o processo de fabricação já havia passado por um intenso movimento de incorporação de automação dedicada, permitindo uma diminuição sensível da relevância do trabalho vivo o qual ajustara-se perfeitamente às características do trabalho sob a maquinaria ou seja, apendicizado e supérfluo. Assim, a dependência do capital pelo trabalho

⁸ Como bem observou Dina, a máquina *transfer* contém congeladas em sua estrutura física as informações geométricas e tecnológicas (apud MORAES NETO & CARVALHO, 1997, p.290).

⁹ Francesca Maltese conta em, *Notas para um estudo da indústria automobilística*, que as tarefas eram fracionadas a tal ponto que um trabalhador podia concentrar-se sobre uma área cada vez menor de responsabilidade e melhorar sua eficiência naquela operação”. p.39. (A tradução do capítulo é de Felipe Gomes e Moraes Neto.)

vivo, na virada dos anos 60 para os 70, aplica-se exclusivamente às linhas de montagem. Nessas, o trabalhador é altamente desqualificado. Ele faz apenas uma única tarefa, um único movimento. Resumidamente, podemos dizer que o fordismo da fase da “rigidificação” tinha como essência o trabalho humano, tanto na fabricação como na linha de montagem. O trabalho era imprescindível e desqualificado. Na fase da “rigidez”, pós-guerra, o capital diminui a sua dependência com relação ao trabalho vivo e desqualifica aquele que restou no processo de fabricação. Na linha de montagem, também nessa segunda fase, o trabalho humano é imprescindível e desqualificado.

É exatamente por entender que o fordismo baseou-se no trabalho vivo, ainda que consideremos apenas a linha de montagem na fase da “rididez”, que Gramsci escreve ilustre artigo, “Americanismo e Fordismo”, no qual mostra que a eficiência produtiva depende do grau de envolvimento do trabalhador para com a tarefa que realiza. Diz Gramsci: “os novos métodos de trabalho (fordistas) são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida” (1989, p.328). Se o processo produtivo não dependesse do envolvimento do homem, Gramsci não teria se preocupado em pensar o fordismo dessa forma. Ainda que o grau de envolvimento requerido fosse pequeno não poderia cair abaixo de certo nível, como ocorreu no final dos anos 60 e início dos 70 nos Estados Unidos.¹⁰

Se os Estados Unidos vivenciaram, nos anos 60/70, um período de crise no processo de trabalho o Japão vivenciou um período de grande salto no processo de trabalho industrial. O ohnoísmo surge no pós-guerra, nos anos 50, ainda de forma incipiente. Nos anos 70 alcança sua máxima surpreendendo o mundo, colocando-se a frente do padrão fordista. Nos anos 80, houve um momento em que a produção japonesa ultrapassou a produção americana. Depois, a produção voltou para a mão americana. O desafio de Taiichi Ohno era conseguir uma produção em massa, mas que fosse flexível, ou seja, queria produzir séries restritas de produtos variados em oposição ao fordismo que se propunha a produzir séries amplas de produtos padronizados. Esse esforço queria responder às características do mercado japonês da época, segmentado e fragmentado do pós-guerra. O dilema básico da indústria automobilística japonesa era a incompatibilidade entre a produção padronizada em larga escala e os requerimentos de um mercado fragmentado e relativamente pequeno. O que

¹⁰ Sobre os fatos que denunciavam este baixo grau de envolvimento e, mais do que isso, reforçavam a afirmação gramsciana (cf. MORAES NETO, 1998, p.329-30).

se propunha era produzir em grande escala, produção em massa, séries restritas e flexíveis.¹¹

Esta forma particular de organização do trabalho, implantada e desenvolvida no Japão chamada de ohnoísmo ou toyotismo, ergueu-se sobre dois pilares principais: o “*just in time*” e a “auto-ativação”. *Just-in-time* seria produzir o que é necessário na quantidade necessária e no momento necessário. Há uma mudança da produção “empurrada”, típica do fordismo, para a produção “puxada” pela demanda em que quem diz o que deve ser produzido é o mercado. A auto-ativação seria a tentativa de unificar em cada trabalhador as funções de operador e controlador de qualidade. O trabalhador passaria a ser polivalente. O que se espera é o controle autônomo de defeitos por parte dos trabalhadores, ou seja, o trabalhador deve ter autonomia para que identifique e resolva problemas e proponha e implante melhorias. A obsessão pela qualidade faz surgir um componente bastante necessário da gestão ohnoísta, qual seja, o princípio do melhoramento contínuo (*kaisen*). Os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) teriam a função principal de induzir e otimizar os esforços individuais de melhoramento contínuo. Para Salerno, a polivalência do trabalhador vai mais no sentido de um operador, sem muita experiência, alimentar várias máquinas do que ser um trabalhador de quem é exigida uma série de múltiplas habilidades, tanto é assim que quando é preciso aumentar a produção na matriz Toyota utilizam-se horas extras e subcontratação. Para o autor, esses esquemas estão longe de trazer um ideal de democratização aos locais de trabalho. O que se procura é introduzir uma participação tipicamente gerencialista. Os círculos só se dedicam a problemas referentes à redução de custo e não a problemas como a melhoria das condições de trabalho, de segurança, busca de maior autonomia no exercício das tarefas, etc. Com o CCQ continua havendo separação entre planejamento e execução das tarefas, na medida em que essas continuam simples e individualizadas, permitindo a rápida substituição do operário. Por sua vez, a gerência continua procurando interferir no processo de trabalho, e disciplinando o conhecimento operário,

¹¹ Sobre as particularidades do mercado japonês, ver Moraes Neto & Carvalho, 1997; também, Salerno (1985,p.191) para quem o ohnoísmo pode ser considerado uma “filosofia” de produção que emerge em tempo de crise. Com a crise mundial, a briga pela manutenção ou ampliação de mercados ganha contornos distintos, onde a diversificação é uma arma para o atendimento dos consumidores. As empresas de produção em massa deveriam estar atentas ao mercado, contando para isso com uma estrutura de produção flexível, com vistas a atender variações da quantidade e responder rapidamente a pedidos ou mudanças no comportamento do mercado.

essa gerência passa a reconhecer o potencial representado pela prática e por tal conhecimento e, dentro de sua ótica, procura aproveitar-se disso.

Vejam os como se coloca no ohnoísmo o conceito de *qualificação* que nos interessa particularmente. Sabemos que, diferentemente do fordismo, o ohnoísmo é considerado um sistema *fragile*, “um sistema de produção é *fragile* na medida de sua dependência relativamente a uma força de trabalho qualificada, flexível e motivada para a resolução de problemas e para o melhoramento contínuo...” (KRAFCIK & MAC DUFFIE, apud MORAES NETO, 1998, p.327)

Parece-nos que a palavra motivação assume o sentido mais importante na produção japonesa, isso porque é difícil falar em qualificação do trabalho para uma produção em massa. A produção em massa, lastreada no trabalho vivo, prescinde amplamente de qualificação e, mais do que isso, impõe a desqualificação, na medida em que se fundamenta no princípio da padronização das atividades de trabalho e na busca de graus bastante elevados de produtividade. O que ocorre, então, no ohnoísmo é a intensificação da motivação, mas não da qualificação. Há dificuldade de transferibilidade de trabalhadores já que se exige um altíssimo grau de envolvimento. Essa dificuldade não se dá pela qualificação, pois que não há saltos significativos nesse sentido, mas sim pelo envolvimento exigido.

Essa questão do envolvimento exigido pelo ohnoísmo parece-nos extremamente interessante, pois que coloca a relação capital/trabalho num novo desafio: como conseguir manter o trabalhador lastreado ao processo produtivo, sem qualificações, sem fazer parte do planejamento do trabalho, sem participar de todo o processo produtivo, e, ainda assim, muito envolvido com seu trabalho? Quais os mecanismos usados pelo capital para manter um alto grau de envolvimento dos trabalhadores? A tentativa de resposta foge aos limites desse trabalho.¹² Importa-nos, no momento, entender que o ohnoísmo, assim como o taylorismo e o fordismo tornam o trabalho vivo imprescindível, principalmente na etapa da montagem. Ainda que tenha avançado para uma produção em massa flexível, não há grandes inovações tecnológicas. As mudanças que ocorreram na planta automobilística são de ordem organizacional. É o trabalho humano, essencial para o ohnoísmo, que

¹² Sobre esse assunto, ver Coriat, *Pensar pelo avesso*, que fala do emprego vitalício, da diminuição do salário na mudança de emprego, da punição que as pessoas sofrem com o ostracismo, como algumas das razões que podem nos ajudar a entender a questão do envolvimento do trabalhador.

se re-arranjou. Assim como o taylorismo e o fordismo, o ohnoísmo traz algumas contribuições, em termos organizacionais para a indústria metal-mecânica, particularmente, para o setor automobilístico. A generalização das “inovações” ohnoístas para outros setores industriais, tal como acontece com o taylorismo/fordismo, carece de sustentação. Somente com a revolução provocada pela microeletrônica na indústria metal-mecânica podemos fazer algumas generalizações. Vamos ao entendimento dessa revolução.

A transformação **técnica** provocada pela automação de base microeletrônica na indústria metal-mecânica é tão intensa que é comum a referência a uma Terceira Revolução Industrial, a Revolução Microeletrônica. Essa revolução se deve ao fato de que a microeletrônica permitiu a geração de equipamentos que passaram a ter, em alguma medida, faculdades antes monopolizadas pelo homem. É importante saber que as máquinas-ferramenta equipadas com controle numérico computadorizado (CNC) só começaram a ser introduzidas no mercado mundial na primeira metade da década de 70. O CNC é um gabinete de controle numérico que incorpora um ou mais microprocessadores, adicionando ao equipamento capacidade de memória e permitindo que a programação seja feita diretamente no painel de comando da máquina.

Segundo Tauile ([19--], p.141), a introdução das máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN) tem o efeito equivalente ao impacto de uma explosão do processo de trabalho. Aquilo que era fruto de conhecimentos e habilidades concentradas nas atividades de uma só pessoa passa a ser executado em um processo coletivo de trabalho. São três grandes mudanças que ocorrem, segundo o autor

a) parte do conhecimento e das informações necessárias à produção em questão incorpora-se às MFCN e às fitas perfuradas, ou outras mídias que materializem o programa; b) as atividades de planejamento e programação de funcionamento (operação) do equipamento passam a ser exercidas por processistas, programadores, digitadores, etc.); c) conseqüentemente, a importância do operador de MFCN, medida pela sua capacidade de interferir no curso do processo e determinar o ritmo de sua atividades, certamente decai bastante. (p.141)

Comparemos o operador da MFU e o operador da MFCN e suas respectivas habilidades. O operador mecânico da MFU precisa de muita destreza manual e de muita experiência prática que se acumulam com o decorrer do tempo. Junto à máquina-ferramenta recebe de seu supervisor os desenhos e as

instruções, e dos serviços de apoio, as peças em bruto e as respectivas ferramentas. Interpretam os desenhos, estudam as instruções e revêem o ferramental a fim de verificar se, de acordo com seu conhecimento prático e sua própria conveniência, devem ser alterados ou corrigidos. Sua importância na produção é tão grande que são freqüentes as consultas que lhes são feitas por parte dos departamentos de projeto e planejamento da produção. Após exercer suas habilitações quanto à capacidade de concepção do próprio trabalho, ele passa efetivamente a executá-lo. Todavia, as principais funções do operador de MFCN são: introduzir a fita que contém o programa, montar a peça a ser utilizada e as respectivas ferramentas, zerar a máquina, dar a partida no processo e supervisionar a usinagem. A interpretação do desenho é feita previamente durante a confecção do programa, que incorpora velocidade de corte e de avanço, fluxo do líquido refrigerante, seqüência de utilização de ferramentas, etc., deixando muito pouca margem para decisões do operador.

Com a mudança na base técnica, algumas atividades produtivas tornam-se desnecessárias e desaparecem, enquanto que outras são criadas e ainda outras são, significativamente, transformadas. Uma parte das funções anteriormente exercidas pelo oficial mecânico operador de MFU é desdobrada e atribuída a diversas pessoas que trabalham no escritório. Exige-se desses funcionários um conjunto de conhecimentos teórico-abstratos que incluem elementos matemáticos de geometria, trigonometria, etc., e conhecimentos práticos os quais possibilitam a operação do equipamento. Dito de outra forma, as MFCN exigem um conjunto de qualificações diferentes das de base técnica eletromecânica. Os operadores precisam, por exemplo, ter maior capacidade de abstração para acioná-la e em seguida, controlá-la à distância, ao longo de seu ciclo de operações sem usar suas antigas habilidades manuais. Ficam, portanto, explícitas as limitações impostas às novas funções do operador e a concentração de poder de decisão que se acentua sobre as atividades de programação. Os programadores, detentores do novo saber técnico, rompem a antiga estrutura de poder operário baseado em um tipo de conhecimento prático.

Taule observa que a reorganização da produção é marcada também por uma transferência de controle sobre o processo produtivo que passa do local da fábrica para os escritórios. Assim, um novo segmento da força de trabalho, com uma cultura profissional distinta dos operadores de máquinas-ferramenta universais convencionais, passa agora a planejar e controlar à distância o processo de produção da fábrica, alterando também as formas de manifestação

da oposição trabalho/capital vigente na produção social. Acrescenta o autor que as MFCN têm o efeito de viabilizar o emprego de princípios tayloristas de administração científica, em atividades nas quais o saber operário era até então detido por trabalhadores manuais.

Segundo Moraes Neto (1995), a indústria metal-mecânica é a grande responsável pelo caráter revolucionário da nova tecnologia. O autor faz uma crítica a outros autores que consideraram a revolução de base microeletrônica como algo que tivesse acontecido em todos os setores industriais. Contrário a essa postura generalizante, Neto mostra que tanto a indústria de fluxo contínuo como a têxtil, passaram por algumas transformações, mas nada que pudesse ser chamado de revolução nos processos produtivos. Houve um aperfeiçoamento com a microeletrônica, uma maior sofisticação, mas não houve grandes modificações no processo produtivo. No caso da indústria de processo contínuo, já fora relatado que ela representa a vanguarda no processo de automação industrial. Trata-se de indústria automatizada por excelência mesmo antes do surgimento da microeletrônica como área de conhecimento científico-tecnológico. No caso da têxtil, observa-se que essa realizou importantes avanços, independentes da microeletrônica, como por exemplo, a incorporação dos teares sem lançadeiras (com pinças, jatos d'água ou de ar) e dos filatórios *open end*. Com a microeletrônica, a têxtil conseguiu desenvolver a perfeição, a idéia de “grande autômata” que havia inspirado Marx. Trata-se inegavelmente de um avanço, mas está muito distante de um revolucionamento.

Acompanhando a reflexão feita por autores clássicos do século XIX, por automação entendia-se, por um lado, a superação da dependência do processo produtivo frente à habilidade dos trabalhadores, por outro, só se concebia a automação enquanto automação dedicada ou rígida, isto é, ligada à produção, em grande quantidade de um determinado produto. Um exemplo desse tipo de automação é a de base eletro-mecânica. Não existe, nessa base técnica, elementos que permitam ao sistema de máquinas alterar seus movimentos para a fabricação de produtos diferentes, como é o caso do tear automático, da máquina *transfer*. Se a automação era sinônimo de automação dedicada, até o advento recente da microeletrônica, então, por negação, aquilo que necessitasse de flexibilidade não permitiria automação. Para que a flexibilidade pudesse acontecer recrutava-se o mais flexível dos instrumentos de produção: o homem.¹³

¹³ Pode-se ilustrar isso com o torno manual que impunha a mediação entre o homem e a matéria.

Como percebemos, o impacto que a microeletrônica causa é monstruoso. Esse impacto se observa tanto no que diz respeito ao nível de emprego como no que se refere à natureza da força de trabalho ocupada. Isso porque a natureza da máquina-ferramenta universal leva inexoravelmente à necessidade de um trabalhador qualificado, cuja formação guarda analogias com o artesanato medieval.¹⁴ Com a utilização das MFCN a produção se torna independentizada das habilidades do trabalho imediatamente aplicada à produção. O trabalho do operador fica agora reduzido a alimentar o equipamento com a peça em bruto e com as devidas ferramentas zerar a máquina antes do início da operação, apertar o botão de partidas e vigiar o processo de modo a paralisá-lo na eventualidade de desgaste excessivo da ferramenta e de quebra de equipamento.

A idéia de revolução provocada pela microeletrônica se dá na medida em que se coloca a indústria metal-mecânica em atraso tecnológico com relação aos outros setores de indústria. Daí o conceito de Terceira Revolução Industrial faz sentido. Seguindo o que já ocorria na indústria de fluxo contínuo, verifica-se, com a automação de base microeletrônica, uma tendência a que todos os setores industriais aumentem os níveis de integração, interdependência e continuidade dos processos produtivos, ou seja, todos devem seguir a concepção de sistema em fluxo contínuo em que, da matéria-prima ao produto final, não deve ocorrer intervenção do trabalho humano.

Só agora, após a automação de base microeletrônica, valem para **todos** os setores industriais as colocações de Marx que já eram válidas para a têxtil desde o século XVIII

A máquina-ferramenta é um mecanismo que, uma vez que se lhe transmite o movimento adequado, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes executava o trabalhador com outras ferramentas semelhantes. 'A máquina já não tem nada de comum com o instrumento do trabalhador individual. Distingue-se por completo da ferramenta que transmite a atividade do trabalhador ao objeto. De fato, a atividade manifesta-se muito mais como pertence da máquina, ficando o operário a vigiar a ação transmitida pela máquina às matérias-primas, e a protegê-la das avarias'. Tão logo a máquina possa executar sem ajuda do homem todos os movimentos necessários para elaborar a matéria-prima, ainda que o homem vigie e intervenha de vez em quando, teremos um sistema automático de maquinaria. (MARX apud MORAES NETO, 1986, p.36)

¹⁴ Tauile observa: "(...) as máquinas-ferramenta universais são flexíveis e versáteis para atender à produção de unidades, lotes e pequenas séries de peças diversas e freqüentemente complexas. Eram exatamente essas características das MFU que exigiram as melhores qualificações, principalmente habilidades manuais e experiência dos seus operadores". (apud MORAES NETO, 1986)

A partir da MFCN chega-se às formas mais desenvolvidas da indústria mecânica, os Módulos Flexíveis de Manufatura(FMM), as Células Flexíveis de Manufatura (FMC) e os Sistemas Flexíveis de Manufaturas(FMS).¹⁵

Considerações Finais

Sem a pretensão de concluir ou fechar esse debate, a primeira idéia que reiteramos é a de que o taylorismo, o fordismo e o ohnoísmo contribuem para a reflexão das relações de trabalho, especificamente, no processo produtivo da indústria metal-mecânica, com ênfase na planta automobilística. Todas as discussões que partem do pressuposto de que esses três movimentos são paradigmáticos e, portanto, impõem um modelo de entendimento para todos os setores industriais, parecem-nos equivocadas. Já mostramos o caminho, no leito da automação, percorrido pela indústria têxtil e pela indústria de fluxo contínuo e apontamos para o fato de que o taylorismo, o fordismo e o ohnoísmo são um desvio no que concerne às previsões de Marx para o leito da automação. Todos eles lastreiam o processo produtivo ao trabalho humano ficando longe daquela idéia de Marx de trabalhador como apêndice da máquina, como supérfluo. Se há uma maior automação na fase da “rigidez” fordista, a montagem faz com que o trabalho humano continue sendo imprescindível. No caso do ohnoísmo, como tentamos mostrar, não ocorre nenhum avanço tecnológico significativo. As mudanças propostas são de âmbito organizacional. No entanto, muitos autores tratam o ohnoísmo como sinônimo das transformações provocadas pela automação de base microeletrônica à indústria metal-mecânica. Se esse for o caminho explicativo escolhido não se falará em trabalho humano como essência do processo produtivo, já que até na montagem, a microeletrônica entrou e tirou o homem, substituindo-o por robôs. Daí, poderíamos adequar os dizeres de Marx, no que se refere ao trabalho como “apêndice”, como supérfluo, ao ohnoísmo. No entanto, sabemos que o movimento causado pela “revolução” microeletrônica não está vinculado ao ohnoísmo. Esse ainda está preocupado com a produção lastreada no trabalho vivo, ainda que seja, na maior parte, na montagem. A microeletrônica vem em um momento posterior para fazer a “revolução” também nas propostas de Ohno. É ela que traz as mudanças tecnológicas ao ohnoísmo, o qual provocou mudanças apenas de ordem organizacional.

¹⁵ (cf. MORAES NETO, 1986, p.37)

Assim, as discussões que colocam o ohnoísmo em um momento de total automação na planta automobilística estão equivocadas. Dessa forma, tudo o que Marx anteviu com relação ao trabalho humano apendicizado e supérfluo, só faz sentido para a indústria automobilística, pós-automatização de base microeletrônica. Só a partir daí é que a indústria metal-mecânica entra no leito da automação e alcança os outros setores industriais que já vinham por esse caminho da automação há muito.

Uma outra questão que tem merecido nossa atenção durante todo esse percurso é a que diz respeito ao caráter paradigmático da indústria automobilística para vários autores. Por que generalizar discussões que só caberiam à especificidade da planta automobilística, a todos os setores industriais? Por que taylorismo/fordismo se tornaram modelos explicativos para as questões relativas ao trabalho industrial de um modo geral? Por que marcaram uma presença tão forte na história dos processos produtivos? Por que o modelo japonês, ohnoísmo ou toyotismo, que nasce dentro da indústria automobilística se expande para outros setores industriais? Por que o capital teria adotado o automóvel, esta forma menos desenvolvida da produção, na etapa monopolística do capitalismo?

A quantidade de capital que esta indústria movimentava, a quantidade de trabalhadores que sempre empregou, nos tempos do taylorismo/fordismo, por exemplo, fazendo com que a clássica oposição capitalista se mantivesse - classe trabalhadora/capital - talvez tragam algumas pistas explicativas para o fato de ser paradigmática a indústria automobilística. O longo tempo em que essa indústria esteve fora do leito da automação permitiu manter a luta de classes, fundamento do capitalismo. Mas por que teria ficado tanto tempo longe do desenvolvimento das forças produtivas, longe do processo que leva à automação? O autor Nilton Vargas sinaliza um caminho explicativo, o novo produto, automóvel, requeria rapidez na produtividade. A falta de conhecimentos da ciência e da tecnologia na época não deixou alternativa para o taylorismo/fordismo; a esteira, por exemplo, foi a resposta possível da época à montagem. Além disso, a especificidade do produto inviabilizou a automatização total do processo produtivo. Nas palavras de Nilton Vargas:

(...) desejamos mostrar que a especificidade do produto automóvel inviabilizou a automatização total do processo produtivo. A nosso ver, devido a duas principais características. Primeiro, esse produto não é fruto de transformações contínuas a partir de uma matéria-prima básica (como, por exemplo, os produtos químicos), mas é a

junção de milhares de componentes (cinco mil na época de Ford e hoje cerca de dez mil); muitos deles são materiais diferenciados com processamentos distintos. Segundo, o fato de ser um bem de consumo, insere-se na estratégia de vendas com mudanças contínuas no modelo, o que poderia tornar rapidamente obsoleto um equipamento muito automatizado. (VARGAS apud MORAES NETO, 1991, p.61)

As razões apontadas teriam estendido o não-desenvolvimento tecnológico na fabricação e, principalmente, na **montagem** do automóvel, por muito tempo, o que teria permitido um emprego considerável da mão de obra não qualificada. Grandes volumes de capital e de trabalhadores podem justificar a importância da indústria automobilística enquanto modelo que fixa parâmetros organizacionais nas relações de trabalho para todos os setores industriais.

É preciso ter cuidado com a armadilha que pode se colocar a partir do que dissemos sobre a indústria automobilística. Vários autores deixam transparecer um certo saudosismo com relação ao taylorismo/fordismo quando discutem a questão atual do desemprego. As soluções dadas pelo atraso tecnológico da época de Taylor e Ford, qual seja, adotar o trabalho humano como a essência do processo produtivo, forçando ao limite máximo as possibilidades produtivas desse, ganham, na discussão atual sobre a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, objetivado pela ciência e pela tecnologia, um perigoso espaço para o saudosismo.

Como observa Moraes Neto (1991, p.3), para Marx, o capitalismo é, a um só tempo, brilhante no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, e medíocre enquanto forma social, “Em sua face taylorista-fordista, fundamentalmente na indústria de montagem, o que se passou a ter foi uma perversa aliança entre a mediocridade do capitalismo enquanto forma social e a mediocridade em termos de forças produtivas”. Com a automação de base microeletrônica, volta o capitalismo a ser brilhante em termos de sua capacidade de desenvolver as forças produtivas, mantendo, todavia, sua mediocridade enquanto forma social.

Gostaríamos de ressaltar um outro ponto que nos chamou a atenção durante toda a discussão: que Marx teria ficado perplexo com a observação de Coriat quando diz que Taylor realizou aquilo que ele anteviu, parece-nos evidente. Que Marx teria proposto a Ford retomar as discussões da manufatura, já colocadas no século XVIII, nos parece plausível. Que as inovações propostas pelo ohnoísmo não diriam nada a Marx em termos de desenvolvimento das forças produtivas, também nos parece possível. No entanto, será que Marx ao

invés de falar em trabalho humano como apêndice, supérfluo, desqualificado, não teria dito que o trabalho humano que restou, após o processo de automação – e aqui estamos pensando no grau máximo de desenvolvimento das forças produtivas dado pela automação de base microeletrônica – seria extremamente qualificado? Ainda que a automação prescindia do trabalho humano no processo produtivo, aquele trabalho de vigiar, de alimentar e de intervir quando necessário não requer alto grau de qualificação? Não são outros os desafios enfrentados pelos trabalhadores que permaneceram no processo produtivo?

Sabemos que a discussão a respeito da centralidade do trabalho acerca do desemprego não é em vão. A grande maioria dos operários, “filhos” do taylorismo/fordismo, é hoje supérflua e desqualificada. Não há lugar no processo produtivo para esses operários. Os desafios colocados pela automação microeletrônica ao processo de trabalho requerem um outro tipo de trabalhador. Não há mais lugar para o operador manual, dotado de *skill*, nem tampouco para aqueles que se desqualificaram com o parcelamento de tarefas. Parece-nos que a questão da qualificação ganha um outro entendimento neste início de século. Quanto mais o trabalho humano torna-se prescindível, em razão do alto grau de automação, maior é o nível de qualificação daqueles trabalhadores que restaram no processo produtivo, tanto na fábrica como no escritório. Os trabalhadores não precisam mais ser hábeis manualmente, mas precisam desenvolver uma capacidade de abstração e de rapidez no raciocínio lógico; precisam ter noções das ciências exatas, de informática, de mecânica, precisam conhecer outras línguas, etc. O modelo de trabalhador que serviu de referência para as previsões de Marx está desaparecendo. São outros os desafios da contemporaneidade e são outros os modelos de trabalhadores e de trabalho que se nos colocam.

A busca por outros caminhos de organização do trabalho humano é um desafio a ser enfrentado por todos nós que pretendemos contribuir, de alguma forma, com a emancipação do homem. Quem sabe, chegaremos à mesma conclusão de Weiss, de que a obsolescência crescente da divisão industrial do trabalho, determinada pelo crescimento da produção automatizada sob o capitalismo, é ao mesmo tempo a chave para o estabelecimento de uma sociedade sem classes! (MORAES NETO, 1991, p.5)

Com o desenvolvimento das forças produtivas, que alcança um alto grau de desenvolvimento com a revolução de base microeletrônica, a produção se mostra como “aplicação tecnológica da ciência” sendo o trabalho humano,

diretamente ligado ao processo produtivo, supérfluo. Está aí a contradição do Capital que retira o trabalho humano, cada vez mais, da cena da exploração capitalista. A explosão do capitalismo como modo de produção pode estar em vias de acontecer.

A seguinte citação de Moraes Neto abre espaço para que se possa pensar não só no brilhantismo do capitalismo, quando do desenvolvimento das forças produtivas, mas no desafio que está posto com relação ao alcance do brilhantismo, também no que diz respeito às relações sociais que, no limite, abriria possibilidade para um novo modo de produção da vida em sociedade:

A proeminência do trabalho morto, ou seja, dos elementos objetivos do processo de trabalho, a objetivação crescente, traria não só desdobramentos importantes de natureza econômica, mas uma perda de sentido histórico da forma capitalista: uma forma social que se alicerça na exploração do homem pelo homem deixa de ter sentido histórico se o processo produtivo deixa de usar o próprio homem. (MORAES NETO, 2000, p.10)

Referências

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CORIAT, B. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: _____. **Science, technique et capital**. Paris: Seuil, 1976.

_____. **A automação e a noção de processo de trabalho do tipo process**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

_____. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

FORD, H. **Minha vida, minha obra**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1926.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LINHART, R. **Lenine, os camponeses e Taylor**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

MALTESE, F. Notes for a study of the automobile industry. In: REICH, E. et al. (Org.). **Labor market segmentation**. Boston: D.C. Heath, 1975. p.85-93..

MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento de tarefas. In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, K. **El capital**. 8.ed. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1973.

_____. **O capital**. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. v.1.

MORAES NETO, B. R. de. Automação de base microeletrônica e organização do trabalho na indústria metal-mecânica. **Revista de Administração de Empresas**, v.26,n.4,p.35-40, 1986.

MORAES NETO, B. R. de. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Microeletrônica e produção industrial: uma crítica à noção de revolução generalizada. **Textos para Discussão**, Araraquara, set. 1995.

_____. Fordismo e Ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n.28, p.317-49, 1998.

_____. Nota sobre Marx e o processo de trabalho no final do século XX. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.11,n.2,p.5-13, 2000.

MORAES NETO, B. R. de. ; CARVALHO, E. G. de. Elementos para uma história econômica da rigidez e da flexibilidade na produção em massa. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27,n.2,p.271-307, 1997.

SALERNO, M.S. Produção, trabalho e participação: CCQ e Kanban numa nova imigração japonesa. In: FLEURY, M. T. ; FISCHER, R. M. (Org.). **Processo e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985.

TAUILE, J. R. **Máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN) e seus efeitos sobre a organização da produção: o caso brasileiro**. [S.l.:S.n.], [19--].

TAYLOR, F.W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1980.

AS MÚLTIPLAS FACES DA OPRESSÃO À CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO AMIANTO¹

Jovana Alves de MELO²

Resumo: O presente artigo faz uma reflexão acerca dos impactos da globalização e do neoliberalismo na sociedade contemporânea, analisando o modo pelo qual essas medidas se refletiram diretamente no mundo do trabalho e mais especificamente no caso dos trabalhadores do ramo amiantífero. Apresenta dados sobre a contaminação de trabalhadores que tiveram contato direto com esse mineral e os dilemas do mesmos com as pressões das empresas e o desemprego.

Palavras-Chave: Amianto; doenças profissionais; trabalho; globalização e neoliberalismo.

Abstract: This article is a reflection about globalization and Neoliberalism impacts on the contemporary society. It analyses how the theories reflect on the labour and especially the asbestos workers. The article introduces information about contamination and the problems that workers have with factories and unemployment.

Key-words: Asbestos; professional illnesses; work; globalisation and neoliberalism.

Introdução

O amianto ou asbesto é o nome comercial de uma fibra mineral comprovadamente cancerígena, utilizada em larga escala pelos diversos ramos da indústria nacional e internacional, suas propriedades físico-químicas permitem uma aplicabilidade industrial extensiva, pois é incombustível, bom

¹ Este trabalho é parte da reflexão que venho desenvolvendo atualmente na minha dissertação de mestrado.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

isolante térmico, fácil de ser tecido, além de ser facilmente retirado da natureza e ter um custo reduzido (COSTA, 1983).

Tem sido aplicado desde a antigüidade, mas é com o advento da Revolução Industrial que ele passa a ser intensamente utilizado. Até meados da década de 1980 mais de 3000³ produtos diferentes apresentavam em sua composição o amianto. Hoje, sua utilização está concentrada nos produtos de cimento-amianto, que representam 85% do consumo dessas fibras, materiais de fricção 10%, produtos têxteis 3% e a produção de juntas de vedação e gaxetas cerca de 2%. (SCLIAR, 1998).

Os estudos sobre a nocividade do amianto tiveram início há mais de um século, mas é a partir de 1960 que os mesmos passam a ser efetivamente publicados e os males causados por essa fibra passam a ser divulgados. Na década de 1980 o amianto havia sido utilizado em larga escala e os estudos epidemiológicos sobre as doenças causadas pela exposição ao amianto já apontavam milhares de casos registrados (INSERM, 1996).

Inicialmente, os estudos estavam concentrados na discussão da exposição profissional ao asbesto, quando foi comprovado cientificamente que a exposição a esse mineral é altamente perigosa e pode causar diversas doenças⁴. Desde então, as empresas do ramo adotaram formas de amenizar o contato das fibras com o trabalhador direto.

Essa política foi chamada de uso controlado do amianto, que na prática se constituiu na adoção de algumas medidas de segurança como: o uso de máscaras, aspiradores elétricos usados para a remoção das fibras de amianto espalhadas na produção dos objetos e novos equipamentos que promoveram a automação da linha de produção na tentativa de modernização das fábricas com o objetivo de fazer com que o trabalhador do ramo amiantífero tivesse menos contato com as fibras.

Essa modernização se estendeu à todos os ramos das indústrias que utilizam amianto, por exemplo nas fábricas de telhas as ondulações das telhas de amianto eram feitas manualmente, com essa modernização essa ondulação

³ São produtos os mais diversificados possíveis, desde roupa para bombeiro, para vulcanólogo, cortina de teatro, jateamento em paredes de cinema e danceterias (é isolante térmico, acústico e incombustível), pastilha de freio pois suas fibras são muito resistentes, comparável somente ao aço, caixas d'água, telhas, vasos, dentre outros.

⁴ As doenças relacionadas a exposição ao amianto são: asbestose, mesotelioma de pleura, peritônio, pericárdio, câncer de pulmão, câncer de laringe, de estômago, esôfago, do Cólon-retos, e outras localizações tais como ovário, pâncreas e rins (MENDES, 2000).

passa a ser feita mecanicamente, anteriormente as placas de amianto antes de ganharem a forma do produto final eram lixadas também manualmente, hoje já é inserida nas fábricas a lixadeira automática.

Outra importante medida de segurança foi a implantação de máquinas de lavar roupas dos trabalhadores que manuseavam amianto, para que as partículas do mineral não saíssem do ambiente da fábrica. Esse fato ocorreu no Brasil somente em meados da década de 1990, quando a nocividade do mineral passou a ter maior visibilidade no país, sobretudo, quando os movimentos sociais⁵ desempenharam um importante papel no que se refere a denúncias e reivindicações por melhorias sociais, nesse caso a mobilização gira em torno da reivindicação pelo banimento do uso desse mineral.

Vários trabalhos foram publicados sobre o tema, Algranti (1986), Inserm (1996), Costa (1983), Mendes (2000), Scavone et al. (1997), Scliar (1998) discutiram mais profundamente a questão da exposição ao amianto e o grande alcance que essa exposição pode ter, desde o ambiente de trabalho, aos moradores próximos às indústrias que utilizam amianto, lixões aos quais são depositados materiais com amianto ou ainda as próprias fibras.

A partir dessas reflexões a utilização desse mineral e os males advindos dessa exposição passam, em alguns países, a ser tratados como uma questão de saúde pública, esse fato enfraquece decisivamente a defesa do uso controlado do amianto.

Desse modo, as discussões sobre o banimento do amianto passam a ter maior repercussão mundial, já que fica comprovado cientificamente que toda e qualquer exposição (ocupacional e/ou paraocupacional e/ou ambiental) ao amianto pode causar câncer e que não há limite seguro de exposição, toda e qualquer exposição pode gerar um adoecimento que tem um longo período de latência, em média 30 anos (INSERM,1996).

As informações sobre a nocividade do amianto tiveram maior impacto nos países com leis trabalhistas consolidadas, tal qual a União Européia que, juntamente com alguns países da América Latina, sobretudo o Brasil, alavancaram a luta pelo banimento da utilização desta fibra, por meio do movimento social

⁵ Estudos sobre movimentos sociais no Brasil apontam para o surgimento dos mesmos a partir de um debate político que tinha como princípio o enfrentamento do Estado, dada a ausência de outras formas de interlocução com os partidos políticos, sindicatos e outros setores da sociedade e da incapacidade do mesmo de processar demandas advindas do acirramento das desigualdades sociais no sistema capitalista. Ferreira (1999), Oliveira (1993).

anti-amianto⁶, que pressiona os governos para que a utilização dessa substância seja banida.

Após muita mobilização do movimento social pró-banimento do amianto a União Européia outorgou que até 01 de janeiro de 2005 todos os países componentes deste bloco deixarão de usá-lo. Alguns países já o fizeram como é o caso da Itália, Holanda, Dinamarca, Suécia, Suíça, França (SCAVONE e al, 2000).

Já nos EUA, desde da década de 1950 o amianto vem sendo substituído por outras substâncias. Entretanto, esse país ainda é um grande produtor e exportador dessa matéria-prima, tal qual o Canadá, que também é um grande exportador de amianto, mas seu consumo é reduzidíssimo. No continente asiático e africano o consumo de amianto é alto e as discussões sobre a nocividade do amianto estão presentes, mas as indústrias do ramo ainda estão bem fortalecidas.

Na América Latina, o movimento social pró-banimento é forte, mas as indústrias, sobretudo as multinacionais ainda estão muito atuantes. No Brasil, alguns estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul aprovaram projetos de lei para banir a utilização dessa matéria-prima. Entretanto, como a proibição do amianto no país ainda não é em todo o território nacional, ainda há um nível de exposição alto.

Mesmo após o banimento, os produtos já instalados representam um alto risco de exposição, à medida que há a circulação em ambientes que contém produtos com amianto, como telhas, vasos, caixas d'água, dentre outros, há o risco de contaminação ambiental. A situação está agravada no Brasil em virtude dos produtos que contém amianto ainda estarem sendo fabricados e largamente utilizados⁷.

No presente artigo, discuto as implicações específicas da utilização do amianto no Brasil, analisando o modo pelo qual o modelo político-econômico atual tem atuado de forma a priorizar os interesses do grande capital em detrimento da saúde e dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo da categoria

⁶ O movimento social pró-banimento do amianto teve início com a formação da rede virtual BANASBESTO, que tinha como objetivo divulgar informações sobre a nocividade do amianto e fortalecer uma grande associação de pessoas que auxiliassem na divulgação da nocividade do amianto. Esta rede foi fortalecida pelas Associações locais dos expostos ao amianto espalhados por muitos países como: Brasil, França, Inglaterra, Chile, Argentina, Itália.

⁷ Mais de 90% das caixas d'água instaladas no Brasil para uso doméstico são de amianto (GIANNASI & THÉBAUD-MONY, 1997).

submetida ao grande dilema: Arriscar a vida nos trabalhos insalubres ou enfrentar o desemprego.

Os Percursos da Sociedade Contemporânea: Globalização e Neoliberalismo, ocultação das lutas específicas - o caso do amianto.

Teoricamente a globalização pode ser definida como a integração e uniformização dos povos. Desde a Antigüidade esse processo vem se consolidando e sua marca principal é a formação de grandes impérios que assumem o comando político-econômico central (MIGLIOLI, 1999). Esse termo ganhou maior destaque nas duas últimas décadas, embora se trate de um fenômeno que vem ocorrendo há pelo menos cinco séculos.

De acordo com Vilas (1999) há algumas falsas delineações acerca da globalização que acabaram se constituindo no núcleo da ideologia globalizante, tais como: a globalização é um fenômeno recente e se constituiu num processo homogêneo e homogeneizador, pois se dissemina a idéia de que todos alcançaram o nível de desenvolvimento e consumo estadunidense e/ou europeu, esse fenômeno conduz a humanidade ao progresso e ao bem estar coletivo, além de conduzir os Estados a uma democracia plena, com forte tendência de enfraquecimento do aparelho estatal.

Dessa forma, a globalização ganha um caráter falsamente inovador, já que é propagada a idéia de que esse evento traz consigo a promessa de ajustar os problemas mais cruciais de todas as sociedades: ruptura das fronteiras físicas, agilidade na comunicação e na interação espacial e cultural entre os países, melhoria na economia e homogenização do desenvolvimento social mundial, dentre outros.

... a crença na virtualidade homogenizadora da globalização ressen-te-se de fundamentos, e choca com o desenvolvimento efetivo do processo. O aprofundamento das desigualdades a partir das quais as regiões e os países se apresentam incorporados à etapa atual da globalização, é uma das características deste processo, em ausência de fatores interventores que definam contratendências eficazes. (VILAS, 1999, p.38)

No plano econômico o neoliberalismo é o norteador da sociedade contemporânea, desde a década de 1970, quando formou-se uma forte aliança entre EUA e Inglaterra. Os EUA representado por Ronald Reagan e a Inglaterra representada por Margareth Thatcher, consolidaram políticas neoliberais que

passaram a ser a orientação econômica predominante, incorporadas por todos os segmentos políticos.

... o estado intervém em favor dos grupos melhor articulados aos processos de globalização para fortalecer sua posição no mercado e promover seus interesses e os capitais é tanto função dos mercados como resultado da getão política do estado.

A etapa atual da globalização na explicação financeira e neoliberal oferece uma reorientação no sentido da gestão do estado. ...

Há certamente um retraimento da presença empresarial do estado na economia. No entanto (...) esta retração é muito mais marcada nas economias menos desenvolvidas que nas mais industrializadas, na qual o estado mantém amplas margens de intervenção direta e indireta. (p.51-2)

A idéia de padronização política e econômica e a redução do Estado advindas com a globalização e o neoliberalismo escondem os autores dessas ideologias na tentativa de transparecer a redução do poder do estado e da política. Como assevera Vilas (1999), caso os estados e a política fossem irrelevantes como explicar o interesse e investimento das elites empresariais no controle político dos estados?.

O neoliberalismo se caracteriza como a política de livre mercado, as quais estão priorizadas a iniciativa privada e a liberdade do consumidor (MCCHESENEY apud CHOMSKY, 1999). O mercado não regulado é o centro desse sistema, pois este é regulado diretamente pelos consumidores que somente consomem o que melhor lhes convém, por isso afirma Milton Friedman – guru do neoliberalismo no livro *Capitalismo e liberdade*

todo governo que segue políticas contrárias ao mercado é antidemocrático, com independência do apoio popular bem informado de que desfruta. Para tanto, o melhor é restringir os governos a tarefa de proteger a propriedade privada e fazer cumprir os contratos, limitando o debate político a temas de menor força. As questões importantes, a produção e distribuição de recursos, assim como a organização social, deve determinar as forças do mercado (FRIEDMAN apud CHOMSKY,1999, p. 9-10).

Na prática, o sistema Neoliberal funciona como catalisador de concentração de renda e produção exacerbada de desigualdades sociais. Esse processo tem representado a desagregação dos movimentos sociais, sindicais e a ausência de uma perspectiva de conquistas trabalhistas que representem efetivamente as necessidades da classe trabalhadora.

A problemática que envolve a utilização do amianto revela o modo pelo qual o sistema político-econômico atual tem sido eficaz na expansão de um modelo desenvolvimentista, fundamentado na exploração dos países ditos periféricos, acentuando as desigualdades sociais por meio da concentração de renda, saúde, poder econômico e político. Pois curiosamente os países de capitalismo avançado não estão mais utilizando essa fibra cancerígena. Nos EUA e Canadá ainda existe a produção, mas o consumo é baixíssimo, já na União Européia até 2005 o amianto não mais será utilizado. Em contrapartida, esses países sediam as matrizes das multinacionais que têm filiais que utilizam em larga escala o amianto nos países ditos periféricos.

Com o acirramento de diversos problemas sociais, houve resistência nos mais variados setores, e essas formas de resistência à ordem vigente se transformaram, no discurso dos dominadores em uma ameaça. Podemos observar vários casos dessa resistência e o modo pelo qual os EUA têm lidado com as mesmas. Um exemplo claro, retratado por Chomsky (1996) é o narcotráfico na Colômbia. Para o autor, a guerra dos EUA contra o narcotráfico na Colômbia é um mito, pois o objetivo-real é desmobilizar a população colombiana, que há anos vem representando resistência à política dos EUA.

O autor chama atenção ainda para a importância da propaganda, para ele, as minorias inteligentes de todos os países devem manter sistematicamente informada a população, pois somente dessa forma pode-se compreender os processos mentais e as pautas sociais que são utilizadas para a manutenção da dominação.

Da mesma forma, as reivindicações trabalhistas são fortemente combatidas, por meio de um conjunto de medidas como, por exemplo: o enfraquecimento dos sindicatos, a ameaça constante de desemprego, o desmantelamento dos movimentos sociais, dentre outros.

As massas devem ser controladas para seu bem, e as sociedades mais democráticas, onde cabe o recurso a força, os manipuladores sociais devem utilizar todas as novas técnicas de controle, em boa medida mediante a propaganda. (CHOMSKY, 1996, p.61)

Pode ser chamado de consentimento sem consentimento, termo usado pelo sociólogo Franklin Henry Giddings (CHOMSKY, 1999) para retratar as relações de poder que a classe dominante tem exercido sobre os dominados, e o modo pelo qual essa dominação está diluída por toda a ideologia burguesa dominante,

que faz com que as classes subalternizadas consintam sem ter a real dimensão desse consentimento.

Atualmente, várias têm sido as formas pelas quais a classe dominante tem se apoderado para manter sua hegemonia, a principal delas certamente é a mídia, seja pela difusão da Indústria Cultural⁸, seja pela propagação de informações enganosas, que é uma forma de desarticulação da classe trabalhadora.

O caso das informações veiculadas na imprensa sobre a utilização do amianto no Brasil é um exemplo atual da manipulação enganosa de informações. As indústrias do ramo (a maioria das que atuam no Brasil são multinacionais poderosas econômica e politicamente, que mais faturaram na última década), insistem em veicular informações, nos mais diversos meios de comunicação, que afirmam que o amianto brasileiro não é cancerígeno e que o maior mal é a desinformação. Mesmo sendo consenso científico de que o amianto é cancerígeno, a indústria do ramo tem utilizado vários artifícios para confundir a opinião pública e continuar atuando no país. Em agosto de 1999 a *Revista Isto É* (de circulação nacional) publicou em várias edições, em geral de duas páginas inteiras, dando informes enganosos sobre o amianto. Em julho de 2002 foi inaugurada no estado de Goiás a sala do amianto, tal inauguração foi uma iniciativa da (AGIM) Agência Mineral de Goiás e da SAMA (Sociedade Anônima de Mineração de Amianto Ltda) voltada para pesquisadores, estudantes e interessados em geral pelo assunto que tem por objetivo principal divulgar notícias sobre as diversas aplicabilidades do mineral.

No Brasil, os opositores à utilização dessa fibra cancerígena são os ex-trabalhadores, a exemplo dos trabalhadores de Osasco, que fundaram a ABREA (Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto). Em geral, os trabalhadores ativos não vem se mobilizando. Contribui para isso o medo do desemprego, a desinformação e a omissão das empresas do ramo e do governo brasileiro em asseverar a defesa da saúde de seus trabalhadores.

A ABREA tem insistentemente contraposto as falsas informações divulgadas pela indústria amiantífera no Brasil. Contudo, essa Associação não consegue ter a expressão nacional que as empresas do ramo possuem. Os defensores do amianto utilizam meio de comunicação de massa (revistas, jornais,

⁸ Discussão esta desenvolvida por Adorno e pela escola de Frankfurt - A Indústria Cultural como toda e qualquer indústria tem somente um objetivo: altos lucros. Mas no caso da expressão indústria cultural, adverte Adorno, essa não está ligada ao processo de produção no sentido literal, mas sim a padronização na qual são submetidas grande parte das chamadas produções culturais. (ADORNO, 1986)

TV) de custos elevados, já a ABREA, fundamentalmente por falta de verbas, não consegue fazer circular extensivamente as informações sobre a nocividade do amianto.

Para ilustrar a gravidade da situação apresentamos a seguir uma tabela de dados estatísticos coletados pela ABREA de ex-trabalhadores da Eternit de Osasco, de **970** ex-trabalhadores examinados, **515** apresentaram **doenças causadas pela exposição ao amianto** e **47** trabalhadores vieram a **óbito** causados por doenças relacionadas ao amianto.

Grupo de 970 ex-trabalhadores da Eternit de Osasco

Examinados até nov. de 2001

100 Casos de Asbestose

190 Casos de Placas Pleurais

222 Casos de Distúrbios Respiratórios

03 Casos de Câncer de Pulmão

03 Óbitos por Mesotelioma de Pleura

08 Óbitos por Asbestose

06 Óbitos por Câncer de Pulmão

01 Óbito por Câncer de Laringe

13 Óbitos por Distúrbios Respiratórios

16 Óbitos por Câncer de Pulmão

TOTAL DE CASOS: 515

TOTAL DE ÓBITOS: 47

Fonte: (GIANNASI, 2002).

Esses dados revelam, ao contrário do que a indústria do ramo amiantífero divulga, que a incidência das doenças profissionais relacionadas ao amianto é elevada. Entretanto, vários são os fatores que contribuem para a invisibilidade

dessas doenças, como, as propagandas veiculadas pelas empresas afirmando que o amianto utilizado no Brasil não é cancerígeno, o período alto de latência das doenças (em torno de 30 anos), as doenças são pouco conhecidas, por exemplo o mesotelioma foi registrado no CID (Classificação Internacional das Doenças) em 1995, além do que essas doenças necessitam de um diagnóstico e exames de alta precisão, caso contrário podem ser confundidas com outras doenças, como câncer de pulmão não relacionado ao amianto ou tuberculose.

Dessa forma, a nova configuração da sociedade contemporânea sob o jugo da globalização e do neoliberalismo deixou a classe trabalhadora mais ameaçada, com perdas sucessivas dos direitos trabalhistas como, carteira de trabalho assinada, direito a férias, a 13º salário e a ameaça constante de desemprego. Os trabalhadores que têm emprego com carteira assinada acabam se submetendo a subproletarização, à pressões e condições de trabalho desumanas e a insalubridade, pois o grande sonho da classe trabalhadora hoje é estar empregada.

No Brasil, a estimativa de trabalhadores expostos ao amianto é dispersa, pois devem ser incluídos os trabalhadores diretos e indiretos, ou seja, desde o trabalhador que manuseia o amianto na fabricação de produtos industriais até o trabalhador que faz reparos utiliza algum produto que contém amianto como, por exemplo, quem trabalha com guarnições de freio e embreagens, ou o trabalhador que monta telhado ou instala uma caixa d'água de amianto. O que dificulta muito as estatísticas dos trabalhadores envolvidos de alguma forma com o amianto é que muitos desses trabalhos são informais ou esporádicos e certamente esses trabalhadores não entram nas estatísticas dos expostos ao mineral.

Em São Paulo, as empresas que atualmente utilizam amianto estão localizadas nos municípios de Leme e Capivari, em ambos os municípios não há mobilização dos trabalhadores ou dos sindicatos da categoria opondo-se a utilização desse mineral cancerígeno⁹. No primeiro município citado são três empresas que empregam por volta de 400 trabalhadores e no segundo atua uma multinacional com aproximadamente 1000 funcionários expostos diretamente ao amianto.

⁹ Na minha dissertação de mestrado pretendo fazer uma análise mais ampliada dos sofrimentos causados pelos trabalhos insalubres em geral e do amianto em particular, bem como a ausência de mobilização destes trabalhadores que acabam assumindo no âmbito individual este problema que é social. Além do amianto são utilizados muitos outros produtos nocivos a saúde como, sílica, agrotóxicos, processo de galvanoplastia e tratamento de metais, produtos químicos diversos como mercúrio e cromo, ou ainda máquinas perigosas que causam a mutilação ou morte dos trabalhadores.

Desse modo, conclui-se que a política-econômica atual acirra as disparidades sócio-econômicas em grande parte dos países da América Latina, África, grande parte da Ásia e Oriente Médio com o aumento paulatino da pobreza, do desemprego, da subproletarização, do enfavelamento das cidades e da crescente opressão da classe trabalhadora (VILAS, 1999).

O Mundo do Trabalho Contemporâneo: novos paradigmas?

A primeira Revolução Industrial formulou o paradigma do capitalismo do nosso tempo, desde então, as relações de trabalho, de geração de mais valia e de lucro vem se reformulando e acentuando as desigualdades sociais.

Até meados do século XVIII as diferenças entre os países considerados de primeiro mundo e aqueles considerados de terceiro mundo eram muito menores que no século XX. A Europa ocidental, EUA e Japão são os países que mais se desenvolveram economicamente com a política de desenvolvimento contemporâneo. É claro que esse desenvolvimento se reflete em todos os segmentos dessas sociedades, mas é no trabalho que percebemos diferenças gritantes, seja por conta de salários mais dignos quando comparado aos salários dos países em desenvolvimento, seja pelas melhores condições de trabalho, ou até mesmo pela existência do emprego, que nos países em desenvolvimento está escasso.

Os estudos sobre trabalho se avolumaram na década de 80 e 90, Fordismo, Taylorismo, Toyotismo, trabalho informal e desemprego foram moldando o universo do trabalho no mundo todo. Na sociologia essa temática é objeto de estudo de muitos autores. Farei uso das argumentações de autores que questionam a centralidade do trabalho na sociedade e nos estudos sociológicos das últimas décadas como fio condutor na análise da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo.

Para as tradições clássicas da sociologia burguesa e marxista o trabalho constituiu o fato sociológico fundamental. Entretanto, Offe (1989) vem ampliar essa tese na análise das sociedades capitalista das décadas de 1980 e 1990. Para tal ele formula algumas proposições históricas, no modo pelo qual a sociologia analisou as transformações no mundo do trabalho

Os estudos sociológicos do século XX consolidaram o trabalho em sua forma pura, ou seja, separado de outras atividades. Trabalho livre, desvinculado dos laços

feudal, regulado pelo mercado e não mais orientado imediatamente para o uso concreto, mas dirigido pela tortura da fome (Weber), da coação estrutural para ganhar a vida é, por assim dizer, a matéria-prima das construções teóricas dos clássicos da sociologia. (OFFE, 1989, p.6)

Separado das famílias e das formas tradicionais de associação, e privado de proteção política, o trabalho assalariado foi vinculado a organização e a divisão capitalista do trabalho, assim como aos processos de pauperização, alienação, racionalização e as formas organizadas e desorganizadas de resistência (econômica, política e cultural) intrínsecas a estes processos. (OFFE, 1989, p.12)

O autor observa que há um considerável declínio de pesquisas nas ciências sociais centradas no trabalho. Ele levanta várias transformações na sociedade que contribuíram para que as ciências sociais buscassem também outras temáticas em suas pesquisas. No embasamento dessa afirmativa o autor faz algumas indagações

A sociedade está objetivamente menos moldada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? Pode-se afirmar que, não obstante o fato de uma esmagadora parcela da população depender de salário, o trabalho se tornou menos central para os indivíduos e para a coletividade? Pode-se, portanto falar de uma implosão da categoria trabalho? (OFFE, 1989, p. 6)

Para o autor essas indagações são positivas porque o trabalho contemporâneo se diversificou tal qual os trabalhadores e acabou adquirindo um novo sentido, embora as relações trabalhistas continuem sendo fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea, não podem mais ser analisadas isoladamente, mas sim num contexto interdisciplinar.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas essas modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise do século XX, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1998, p.15)

Essas transformações no mundo do trabalho vem ocorrendo desde a década de 1970-1980 na Europa e desde a década de 1980 e 1990 no Brasil. Entretanto, há uma grande lacuna numérica causada pela implantação de novas tecnologias que substituem a mão-de-obra humana, que ainda não foi

preenchida por uma outra atividade que proporcionasse a autonomia financeira e moral do indivíduo.

Ao contrário, as crescentes taxas de desemprego no mundo trazem como conseqüência um aumento da violência, do uso de entorpecentes, de álcool, de doenças mentais, da exclusão social. E por outro lado, obriga determinadas categorias a submeterem-se a condições de trabalho sub humanas ou de risco de vida como é o exemplo dos bóias frias, dos trabalhadores que manuseiam amianto, sílica, produtos químicos em geral, dentre outros.

No caso específico da utilização do amianto, instaurou-se um paradoxo ainda maior para esses trabalhadores, pois as informações sobre a nocividade do amianto estão mais presentes na mídia e no cotidiano. Em geral, os trabalhadores sabem que estão manuseando uma fibra altamente cancerígena, que podem estar contaminando a si próprio ou a seus familiares, mas permanecem em seus postos de trabalho, pois o medo de represálias das empresas e a ameaça do desemprego são ainda maiores que o medo de se contaminar e desenvolver uma doença fatal.

Por fim, o mundo do trabalho permanece no seu antigo paradigma: é a atividade central da sociedade contemporânea, se configurando como centro das transformações e dos problemas da nossa sociedade. “Ainda que presenciando uma redução quantitativa no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca.” (ANTUNES, 1998, p.75).

Considerações Finais

O século XX foi palco de grandes inovações científico-tecnológicas que resultaram na consolidação de uma sociedade altamente industrializada, com grandes recursos tecnológicos e acentuadas desigualdades sociais. Da mesma forma que a Revolução Industrial foi o marco histórico que decididamente influenciou nosso tempo, século XX e início do XXI, a globalização e o neoliberalismo serão as marcas históricas delineadoras das sociedades futuras.

Essas formulações político-econômicas desencadearam reformulações epistemológicas que se refletiram no estado, na sociedade civil, na democracia, na política e no trabalho.

Todavia, essas grandes transformações são vivenciadas por todos, mas compreendidas apenas por uma parcela muito pequena da população. Para Chomsky – excetuando-se os estudiosos e os empresários – o termo neoliberalismo é desconhecido das pessoas comuns, sobretudo nos EUA.

No Brasil, os efeitos negativos desses paradigmas políticos-econômicos são sentidos de forma mais intensa, ainda que a população em geral não seja conhecedora dos significados *sui generis* dessas transformações, a precarização do trabalho, as altas taxas de desemprego e o agravamento dos problemas sociais e da violência certamente são os norteadores para uma reflexão de que o sistema político-econômico atual não tem respondido a diversidade dos problemas sociais brasileiros.

As iniciativas neoliberais se apresentam como políticas de livre mercado que priorizam a iniciativa privada e a liberdade do consumidor. Nesse contexto, a mídia e a Indústria Cultural foram fortalecidas e se tornaram as grandes aliadas do neoliberalismo.

“O sistema neoliberal tem, portanto, seqüelas importantes e necessárias: uma cidadania despolitizada, caracterizada pela apatia e cinismo”(CHOMSKY, 1999 p.10). As conseqüências destas políticas foram imediatas: o aumento da desigualdade social e econômica, degradação ambiental, instabilidade econômica mundial e uma exacerbada concentração de renda.

Chomsky assevera que o neoliberalismo não traz nada de novo, “é somente uma versão atualizada da batalha a favor de que as minorias ricas restrinjam os direitos políticos e os poderes civis da maioria” (MCCHESENEY Apud CHOMSKY 1999 p. 14).

Os impactos dessa política-econômica trouxeram conseqüências profundas para o mundo do trabalho, tais como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho (desde ter que trabalhar com uma fibra comprovadamente cancerígena, até ao veto do direito a licença maternidade/paternidade), o crescimento do trabalho informal, como bem afirma Antunes (1999 p.16):

A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados.

Desse modo, os movimentos sociais e as lutas específicas vão surgindo para contrapor o saber convencional e o neoliberalismo asseverando que há

alternativa de construção de uma sociedade voltada para as necessidades das classes subalternizadas.

Finalmente, cabe registrar que o caso específico da utilização do amianto espelha e reforça a precariedade pela qual a saúde e o trabalho estão sendo administrados na sociedade contemporânea. Bem como as estratégias neoliberais têm instaurado eficazes mecanismos de controle social e concentração de renda, que comprometem a saúde física e mental do trabalhador que neste caso acaba submetido a um grande paradoxo: arriscar sua vida nas atividades insalubres ou correr o risco eminente de ser excluído do mercado de trabalho.

Referências

- ADORNO, T.W. **Theodor W. Adorno: sociologia. Organização e comentários Gabriel Cohn.** São Paulo: Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais, 54).
- ALGRANTI, E. Riscos à saúde causados pelo asbesto e o controle médico. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.16, n.63,p.10-1, 1986.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHOMSKY, N. **Política y cultura a finales del siglo XX: un panorama de las actuales tendencias.** 2.ed. Barcelona: Ariel, 1996.
- _____. **El beneficio es lo que cuenta: neoliberalismo y orden global.** Barcelona: Crítica, 1999.
- COSTA, R. L. **Estudo da asbestose no município de Leme.** 1983. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FERREIRA, M. M. **As Caetanas vão à luta: a trajetória do movimento feminista face as políticas públicas.** 1999. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, São Luiz.
- GIANNASI, F. **Amianto e saúde pública: história e realidade brasileira.** São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.abrea.com.br/10saude.pthmamianto>. Acesso em 20 maio 2003.

- GIANNASI, F. ; THÉBAUD-MONY, A. Occupational exposures to asbestos in Brazil. **International Journal of Occupational Environmental Health**, Philadelphia, v.3, p.150-7, 1997.
- INSERM. Institut National de Sa Santé e de La Recherche Medical. Effects sur la san'te des principaux types d'exposition à l'amianto: expertise collective. **Synthese**, 1996.
- MENDES, R. **Efeitos da inalação de fibras de asbesto (amianto) sobre a saúde humana**: estado atual do conhecimento e fundamentação científica para uma política de priorização da defesa da vida, da saúde e do meio-ambiente. Brasília: IDEC, 2000.
- MIGLIOLI, J. A globalização numa visão histórica. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.3,n.6, 1999.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.4, n.10, 1989.
- OLIVEIRA, F. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticos no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: IBASE, 1993.
- SCAVONE, L. et al. **Amianto e suas conseqüências sócio-familiares**: uma abordagem comparativa franco-brasileira. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1997. Relatório Final de Pesquisa.
- _____. **Saberes institucionais, saberes profanos**: doenças profissionais, gênero e amianto. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2000. Relatório Parcial de Pesquisa.
- SCLIAR, C. **Amianto**: mineral mágico ou maldito? Ecologia humana e disputa político-econômica. Belo Horizonte: CDI, 1998.
- VILAS, C. Seis idéias falsas sobre globalização. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.3,n.6, 1999.

MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: ROMPENDO AMARRAS

Ricardo SAPIA¹

...a pobreza, vizinha da morte,
reorganiza ao morrer o seu amor pelo mundo,
pela transformação, pelo devir.

Toni Negri

Resumo: Busco destacar alguns elementos que acredito importantes para pensar os sindicatos e as novas formas de resistência dos trabalhadores. Procuo me ater a realidade do meio rural da região de Ribeirão Preto, particularmente ao setor Agroindustrial. Utilizo alguns resultados de pesquisa que contou com financiamento da FAPESP – Fundação e Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e que acabou por resultar na minha Monografia de Conclusão de curso em ciências sociais.

Palavras-Chave: Sindicatos; movimentos sociais; classes sociais; reestruturação produtiva.

Abstract: I try to stand some important elements to understand the unions and resistance of workers. I have as focus Ribeirão Preto's country, particularly the agro industrial sector. I used some research that was financed by FAPESP (Foundation of support to research of São Paulo state). It led into my term paper of the Science Social course.

Key-words: Unions; social movements; social classes; productive restructuration.

A questão que persigo neste trabalho é a de destacar alguns elementos que me parecem imprescindíveis para pensar a crise global do movimento sindical.

¹ Doutorando do Programa de Pós – Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP. Bolsista: FAPESP.

Evidentemente não tenho a pretensão de estender as minhas conclusões a toda e qualquer realidade, por outro lado, é bem verdade, que acabo por considerar a crise global do movimento sindical enquanto crise institucional, o que leva a crer, que o modelo de sindicalismo ainda vigente se debate entre a crise propriamente dita e o declínio. Crise e declínio são termos cunhados pelo Professor Leôncio Martins Rodrigues (1999) que ao analisar o movimento sindical global, destacando exemplos pontuados dentre os quais, Itália, França, Alemanha, Finlândia, Noruega e Suécia, dentre outros, conclui que estamos vivenciando uma realidade que chama de extrema dessindicalização. É ainda nas conclusões que o autor melindra sua inquietação bastante provocativa de questionar se estaríamos diante da crise ou declínio do movimento sindical. Crise, entendida enquanto momento passageiro, passível de reorganização. Já declínio, entendido como derrocada, derrota, impossibilidade de reversão do quadro. É nesta linha entre crise e declínio, ou então, entre sindicato e resistência, que procuraremos formular nossas argumentações.

Sustentamos de fato que o fordismo esgotou suas possibilidades históricas, que as rígidas amarras que prendiam os trabalhadores entre os muros das fábricas foram rompidos, o que não significa dizer que ele desapareceu. Outra questão que se deve considerar é que a totalidade de um sistema produtivo transcende as possibilidades de apreensão que se pretendem absolutas. Essa talvez seja uma admissão de modéstia que nos coloca diante de uma sociologia, ou por que não de uma ciência, em vias de fazer-se, para lembrar Pierre Bourdieu (2000).

Trabalho e Restruturação Produtiva

A crise do movimento sindical deve ser pensada no contexto das mudanças operantes no que se convencionou chamar de mundo do trabalho. Se atentarmos para a reconfiguração global da nova realidade produtiva observamos a reorganização de um novo quadro que desponta sobre nossos olhos. Essas mudanças operantes no mundo do trabalho, ao que parece, apresentam algum consenso, ou seja, a admissão de que alguma coisa mudou. Por outro lado não se pode arriscar mais do que essas rápidas colocações, pois adiante isso surge um grande divisor de águas. As duas grandes correntes em

que se procuram agrupar as mais díspares teorias são aquelas do neofordismo e da acumulação flexível².

Especialmente no campo do que se convencionou chamar de marxismo o cerne da discussão, por assim dizer, se situa entre aqueles que defendem a atualidade integral da teoria do valor-trabalho colocada por Marx e aqueles que dizem que a produção material já não agrega mais valor-trabalho como outrora. Evidentemente isso não é tão simples assim, mesmo por que não se trata de colocar essas teorias em divisões bipolares.

Se de fato existe a substituição do homem pela máquina, conforme se pode constatar, por outro lado novos postos de trabalho estão surgindo. Esses tendem a operar naqueles campos em que o desenvolvimento técnico – científico não foi capaz de promover essa substituição homem/máquina. Assim, os poucos postos de trabalho que estão sendo criados requerem um perfil profissional altamente qualificado, resultante de um processo de formação longo e ininterrupto. Por outro lado, os postos de trabalho que permanecem ou surgem em larga escala, buscam aproveitar a grande massa de trabalhadores pouco qualificados e de fácil substituição. Esse não é um fenômeno novo e pode-se dizer que segue a mesma fórmula em todas as chamadas Revoluções Industriais.

É exatamente essa a realidade verificável na agroindústria da região de Ribeirão Preto, mais particularmente com relação aos trabalhadores da cana-de-açúcar, ou melhor dizendo, do setor sucro-alcooleiro. Tanto na fase puramente agrícola quanto naquela industrial, os trabalhadores estão sendo substituídos num ritmo vertiginoso por máquinas que são operadas por um número bastante reduzido de trabalhadores altamente qualificados. Os trabalhadores da cana, ou bóias-frias³, como são popularmente conhecidos, se reservam à sorte da

² Para a corrente da chamada “especialização flexível”, que tem como principais expoentes Piore & Sabel (1984) o sistema de produção fordista é completamente substituído por um modelo complexo, que exigindo produção versátil, de qualidade e flexível, imporia uma nova relação também flexível entre homens e máquinas. Trata-se de um sistema que aproxima as etapas de concepção, execução e controle. O que implica em se contrapor à rigidez do fordismo. Já para os “neofordistas” a mudança no sistema de produção e resultado do ajuste e readequação do fordismo frente à crise. O paradigma da especialização flexível apesar de presente nos pós-fordistas, procura ir além, não se esgotando nessa interpretação. Para os chamados “neofordistas” existe ainda grande distanciamento entre concepção e execução. Sustentam que a polivalência nada mais é que a combinação de várias tarefas simples, e que os gerentes altamente qualificados e responsáveis pela produção, estão nos centros das empresas e não no chão de fábrica.

³ “Bóia-fria” é a designação popularmente conhecida, que acabou por ganhar uma conotação pejorativa, pela qual são chamados os assalariados rurais. “Bóia-fria” por que os assalariados rurais não residem em seus ambientes de trabalho, conforme acontecia em outras relações de produção no campo, como o colonato e a meação, por exemplo. São “bóias-frias” por que se alimentam com comida fria, transportadas em “marmitas” que são preparadas

intensificação da exploração da mão-de-obra. Várias vezes pudemos ouvir o depoimento de patrões que declaram abertamente que nesses casos a mão-de-obra ainda é mais barata que a implementação das novas técnicas de produção. O desemprego estrutural guarda um grande contingente humano que gravita entre tarefas rotineiras e de fácil aprendizado e aquelas ocupações conhecidas como “bicos”. Dada a mobilidade e a fácil substituição desses trabalhadores à exploração se intensifica. Se por um lado restam alguns poucos trabalhadores altamente qualificados nos setores tipicamente industriais sob a vigência do assalariamento, por outro um enorme contingente de trabalhadores restam como mão-de-obra barata, degradante, migratória e de fácil substituição. Também deve se observar que um grande número de trabalhadores que já não encontram mais guarida nos postos de trabalho assalariado se organizam das mais variadas formas figurando também no mercado informal.

Na seqüência de nossos estudos temos identificado o surgimento de vários movimentos de resistência, principalmente na luta pela terra, sendo que nenhum deles passa pelo crivo da luta pelo assalariamento.

Tenho apontado em meus estudos e particularmente nas conclusões de minha monografia de final de curso, que o sistema produtivo observado na agroindústria da região é antes a mescla de várias experiências produtivas, do que um sistema puro. Sendo assim, aproveita algumas formas de gestão e organização do trabalho eminentemente urbana como o toyotismo e o fordismo⁴, bem como outras que remontam à formas que se julgavam extintas a exemplo do colonato e a meação que são eminentemente rurais. É nesse intento que pensamos os chamados “trabalhadores da cana” – cortadores e plantadores de cana, que exercem tarefa enfadonha, rígida e repetitiva que podem ser

em suas casas. Esse termo acabou por ser usado como sendo sinônimo de pessoa pobre, grosseira e com pouca educação. Ser “bóia fria” é sinônimo de despossuído, desqualificado, ser marginal perante o mercado de trabalho e a sociedade.

⁴ O fordismo é um sistema produtivo, surgido originalmente na indústria. Foi Henry Ford quem primeiro o introduziu em 1914 nos E. U. A. Este modelo de organização da produção guarda fortes semelhanças com o taylorismo que o antecedeu, por isso, muitos autores costumam usar a caracterização taylorista/fordista. Alguns vêm como um sendo a definitiva realização do outro. O fordismo, conforme apontam alguns autores, dentre eles David Harvey (1993) pode ser caracterizado em duas palavras: rigidez e repetitividade. Guardando as características do taylorismo, como a exata medição dos movimentos do corpo, o fordismo se organizava na forma de gestão do trabalho repetitivo e rígido. Talvez tenha sido o modelo produtivo mais cruel, uma vez que definitivamente o trabalho “pensado” era completamente separado do trabalho executado. Um bom trabalhador era aquele capaz de repetir com rapidez e destreza o maior número de vezes possível, a mesma tarefa. Ou então: O que havia de especial em Ford (e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (cf. HARVEY, 1993, p.135; 184)

identificadas com aquelas experiências produtivas eminentemente urbanas, surgidas na indústria. São trabalhos de baixa qualificação, que requerem mais resistência do que aprendizado. Por isso concebo esse tipo de trabalho como fordista, e é dessa forma que identifico a sua crise. Portanto, procuro demonstrar o rompimento com as premissas da sociologia clássica que previam uma separação rígida entre campo e cidade.

Mas ao mesmo tempo em que se verifica a crise do trabalho formal de corte fordista, evidencia-se por outro lado o surgimento de uma série de atividades profissionais de toda ordem: Trabalho informal, muitos altamente qualificados e outros de baixa qualificação, e outros postos de trabalhos formais em número bastante reduzido, exigindo-se maior qualificação.

Vale considerar que trabalho entendido enquanto atividade eminentemente humana, não pode ser confundido com a categoria histórico-formal em que se entende o trabalho assalariado. A crise do emprego é antes de tudo a crise do emprego formal. Aquele modelo profissional gestado pelo fordismo esta desaparecendo, o que não significa dizer que as pessoas estejam trabalhando menos. Pelo contrário, pensamos que com a crise do sistema fordista de produção as pessoas passam a trabalhar mais, uma vez que suas atividades produtivas não se resumem ao ambiente de trabalho e nem mesmo a disposição de rígidas jornadas. Portanto, apontamos desde já uma mudança completa que pode chegar a se constituir numa profunda alteração espaço-temporal.

Na medida em que alguns postos de trabalho são extintos os trabalhadores vão se tornando “descartáveis” para a ótica do assalariamento e para as organizações e movimentos de resistência, a exemplo dos sindicatos, que se constituem sob a égide do industrialismo. Suas condições de trabalho tendem a se degradar, bem como seus salários tendem a diminuir. Essa grande massa desempregada antes de figurar como exército industrial de reserva aguardando impunemente ser recrutada pelo grande capital tem se organizado das mais variadas formas. Assim, desde já vale ponderar que a identificação em se tratando de influxo dos movimentos de resistência, vem principalmente daqueles que resistem em reconhecer a crise do corporativismo que caracterizou a era fordista.

É exatamente nesse ponto, em que a crise ganha novos contornos e a exploração se intensifica, que identificamos novas possibilidades de reorganização dos trabalhadores. Ocorre que esses que aqui chamamos de novos movimentos

de resistência devem atentar para o fato de que não se pode mais reivindicar os escombros dos sindicatos organizados sob base fabril. Qualquer modelo de organização e resistência que se pretenda impactante para os ganhos e lucros do capital deve atentar para a premissa de exploração que vai para muito além dos muros da fábrica.

Se tomarmos como exemplo os novos setores produtivos veremos que a exploração no trabalho transcende o limite do ambiente reservado a produção. O que implica apontar que a exploração vai além do tempo e do espaço reservados às atividades consideradas produtivas. Assim não é de se estranhar que alguns autores, dentre eles o italiano Antonio Negri (2001), chama a atenção para o fato de que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, produção e consumo são quase equivalentes. Ou então, que o “trabalho imaterial” está tão sujeito à exploração quanto o trabalho que se corporifica imediatamente na produção. Um exemplo disso seria a micro-eletrônica e a informática que são potencializadoras da capacidade de organização individual e de interesses específicos e que não necessariamente se materializam, ou não se materializam em sua totalidade. Afirmar o contrário seria admitir que toda esta revolução técnico-científica só teria sentido na materialização, ou seja, na produção do computador/máquina.(COCCO, 2000). Outro exemplo pode ser encontrado no fluxo constante e avassalador do capital financeiro que transfere do dia para noite fortunas que quando não pairam sobre as nossas cabeças transferem valor, sem que haja materialização correspondente e mensurável na produção material. Revendo a tradição marxista, significaria dizer que medir a taxa de extração da mais-valia é impossível.

Alguns autores, dentre eles Habermas (1987), Claus Offe(1989) e Robert Kurz (1993), dispõem de um vasto aparato analítico que acaba por admitir que o trabalho assalariado, que teve no auge do fordismo seu apogeu, já não desempenha mais papel fundamental. No Brasil, um autor que busca combater essas vertentes analíticas, pelo que nos parece é Ricardo Antunes(1997), que em seu livro *Adeus ao Trabalho?* assinala que a sociedade ainda é capitalista e regida pela teoria do valor trabalho, ou seja, a sociedade seria regida pelo trabalho abstrato (assalariado e alienado) e o trabalho concreto não só existe como é o preponderante. Já Harvey (1993) observa que as modificações do pós-fordismo e da flexibilização não passam de conseqüências das contradições do capitalismo. Portanto, repõe a teoria do valor trabalho mostrando as diversas formas de ampliar a mais-valia relativa e absoluta. Podemos com esse debate enfatizar um

exemplo rápido que se constitui naquilo que Bourdieu⁵ (2000) dizia ser essencial a um pesquisador: a promoção do debate entre autores tendo em vista mais o sistema social do que a filiação a este ou aquele autor, o que neste último caso se constituiria no que chamava de fechamento prematuro. Ou seja, o trabalho abstrato existe e de certa forma rege a sociedade, pois a máquina não opera sozinha, e no mais das vezes exige a presença do trabalhador. Ocorre, como observa Habermas(1975) que a ciência, a técnica e a comunicação revolucionam essa relação. Assim pode-se indicar que existe a substituição do homem pela máquina sem que, contudo, deixe de existir o trabalho abstrato. Antunes (1997) ao que parece, busca restabelecer o marxismo enquanto método. Contudo, é Gorender (1999) que nesse ponto insiste que o cerne do próprio método marxiano é a dialética. Insiste afirmando que o processo histórico e a emergência das novas relações sociais não devem servir apenas como confirmação da teoria, e sim como condição para reformulação dessa mesma teoria. Segundo Gorender não se deve desconsiderar o momento histórico em que Marx escreve nem mesmo todo o processo de reestruturação produtiva operante.

Sindicatos

Os sindicatos devem estar atentos para além do ambiente de trabalho e das atividades profissionais regulamentadas. Em outras palavras, o desafio colocado pela nova realidade profissional subverte a noção de tempo restrita ao horário de trabalho, e ao espaço compreendido dentro do setor de produção material e fabril. O que implica dizer que a formação de consciência necessária à solidariedade e as atividades coletivas passa pela totalidade (OFFE, 1989) da vida dos trabalhadores. Como bem aponta Toni Negri & Lazzarato

As pessoas compreenderam que é a subjetividade que produz e que todas as atividades se tornaram lugares da produção, já que não há mais 'um lugar da

⁵ - Bourdieu propõe que a filiação a esta ou aquela teoria é secundária com relação a pesquisa e a ciência sociológica. Ou seja, a teoria do conhecimento nunca estabelece separação a *priori* entre os autores. Aliás, a epistemologia serve exatamente, na maioria das vezes, para aproximar autores que no campo doutrinário estariam separados. Esta seria a ciência em via de fazer-se, a retificação do pensamento que passa de um conhecimento menos verdadeiro a outro mais verdadeiro. Contudo tal procedimento carece antes do embate travado no curso da própria pesquisa e não a simples relativização de pontos de vistas diferentes. Qualquer obediência incondicional a esta ou aquela linha teórica levaria ao fechamento prematuro ao invés da chamada 'sociologia espontânea' que é por excelência especulativa e criativa (BOURDIEU, 2000, p.7-44).

produção'. Havendo uma tal consciência cada vez mais ampla, cada vez mais profunda, as pessoas que participam dos movimentos pacifistas se mesclam aos movimentos dos trabalhadores – tanto do trabalho material quanto do trabalho imaterial – que, por sua vez, se mesclam aos movimentos sociais, aos movimentos das mulheres, às pessoas dos centros sociais... (2001, p.27)

Negri assinala a crise da teoria do valor de Marx na medida em que ficou impossível mensurar trabalho necessário e trabalho excedente. Por outro lado, aposta no trabalho, principalmente naquele que compreende a subjetividade do trabalhador. A explosão, por assim dizer, da mão-de-obra, e, portanto dos focos de luta e resistência, não podem mais ocorrer no espaço puramente industrial da fábrica, mas em todo ambiente comum que não é mais nem público e nem privado. Trata-se da construção de um novo espaço que não se limita mais a separação estanque erigida com o modo de produção fordista. A convulsão constituinte que rompeu os limites espaço-temporal do fordismo, remeteu a noção de público e privado à insignificância. Ninguém mais é capaz de sentir-se unicamente em um desses espaços. Na medida em que esses espaços se confundem não faz mais sentido considerá-los, senão na exata medida de sua superação. A questão colocada é então da construção de um novo espaço público. (COCCO; URANI & GALVÃO, 1999) observa:

A transferência do 'lugar' da produção para o território das cidades extrapola a localização estritamente privada característica do regime de acumulação fordista. Afinal, o espaço da produção ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade (no território), ganha uma conotação pública inexistente anteriormente. (p. 23)

Esse ponto é central uma vez que toda e qualquer instituição, dentre as quais os sindicatos e os partidos políticos, são constituídos segundo velhas premissas que não podem mais ser invocadas. Todas as normas e regulamentações são condizentes com um outro momento que não este em que estamos vivendo. As pessoas não se sentem mais representadas, essa é que é a questão. Os sindicatos e partidos com suas engrenagens velhas e enferrujadas não são mais capazes de representar os anseios nem individuais e nem de classes. A luta agora se estabelece num circuito global e a exploração da mão-de-obra transcende os limites materiais do ambiente. É nesse sentido que o movimento se torna um movimento global que é ao mesmo tempo antiglobal, por que resiste ao modelo vigente. É nessa mesma ordem que ao ser antiglobal possibilita organizações locais sustentáveis atentas aos fluxos globais. É assim também que a classe social não pode mais ser compreendida como aquela explorada na indústria conforme o modelo fordista.

No lugar dessa classe surgem as “multidões”, explorados de toda ordem, objetiva e subjetivamente, que devem buscar conexões de interesse para o enfrentamento e a luta. Ou como afirma Marazzi:

A new economy tem isto de específico; é um modo de produção capitalista atravessado pela comunicação, pela força produtiva da linguagem, seja na esfera diretamente produtiva de mercadorias, seja na monetária e financeira. É dentro das coordenadas lingüísticas do sistema de produção e de distribuição da *new economy* que devem ser buscadas as contradições e as formas do conflito social. (2002, p.35)

Trata-se de uma nova configuração que sendo alterado o mundo do trabalho e o perfil profissional, nos coloca diante de novos desafios que põem em cheque os velhos paradigmas. Outras questões podem ser apontadas dadas às especificidades de cada caso. Uma delas de caráter mais geral diz respeito a democratização que busca quebrar o modelo sindical corporativo herdado da era Vargas⁶. Muitos autores, dentre eles Adalberto Cardoso (1999) têm proposto as OLTs – Organização por Local de Trabalho como medida essencial à democratização e a representação sindical. Seria uma forma de acabar com os chamados sindicatos de fachada, que só existem enquanto instituição e que não tem nenhuma base de representação, e deixar florescer aqueles que de fato possuem base participativa.

O FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado em 1990, tem como um de seus objetivos principais financiar cursos de qualificação e requalificação profissional. Sua verba é originária da arrecadação do PIS/PASEP um fundo composto de contribuições das empresas que é usado nos programas sociais de combate ao desemprego. É importante lembrar que as verbas do FAT compõe cerca de 40% do patrimônio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Dentre as instituições que mantém convênio com o FAT, destacamos o PLANFOR – Plano Nacional de Formação Profissional, criado

⁶ Usamos o termo “varguismo” para demonstrar a particularidade de um modelo de gestão político-administrativa inaugurado pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Essa terminologia é usada por nós para demonstrar o modelo corporativo que caracterizou a chamada era Vargas. Em linhas gerais esse modelo pode ser caracterizado pela transposição dos conflitos entre capital e trabalho para dentro do aparelho de Estado. O Estado “varguista” ou a “era Vargas” que marcou decisivamente a história do Brasil procurava compor interesses conflitantes, tendo o Estado como mediador, ou melhor, como patrocinador. Durante toda sua trajetória política Vargas procurou “andar na corda bamba” fazendo concessões ora para o capital, ora para os trabalhadores. Dessa forma toda e qualquer decisão entre os agentes (capital e trabalho) passava, necessariamente, pelo crivo do Estado. Tanto os sindicatos quanto a legislação trabalhista funcionavam por meio do Estado. Também do ponto de vista do capital, era o Estado que intervinha diretamente na economia como forma de patrocinar e promover o desenvolvimento econômico. Ou seja, o “varguismo” chamava para si o direito de arbitrar as diferenças em nome de uma sociedade que era corporificada pelo Estado.

pelo governo federal em 1996 como medida prioritária de combate ao desemprego.

No Brasil a participação dos sindicatos na execução de programas de qualificação e requalificação profissional se intensificou principalmente com o processo de democratização na década de oitenta, mas particularmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse fato pode ser verificado por meio dos novos espaços institucionais de atuação sindical, como os fóruns tripartites abertos no interior do aparelho de Estado. Assim, em tese, passa a existir maior legitimidade, autonomia e representatividade por parte dos atores envolvidos. (Estado/Capital/Trabalho). Também o CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador é composto por órgãos dos três segmentos, Estado, patrões e trabalhadores via sindicato. O que implica dizer que todo o processo de escolha e implementação dos cursos de formação profissional passam pelo crivo dos três agentes envolvidos.

Os sindicatos, via de regra, tem implantado quase que consensualmente as propostas conjuntas discutidas no interior dos conselhos. A própria indefinição por que tem passado o movimento sindical obsta qualquer atuação classista que rompa com a lógica da cooperação. E como não estamos aqui tratando de simples relações de causalidades, pode se dizer que ao mesmo tempo que se verifica a crise do movimento sindical, se observa que ela própria acaba tirando proveito disso. O declínio do poder de representação dos sindicatos, de certa forma, tem se amparado na política dos cursos de formação profissional, como paliativo para atender a base sindicalizada. Guardadas as particularidades e diferenças de cada caso, pode se dizer que a promoção de cursos de qualificação e requalificação profissional tem se constituído em prática prioritária de alguns sindicatos.

Mas, o grande mal é que o efeito dessas “políticas da ilusão” tem sido devastadores para a vida do trabalhador. Se por um lado, as propagandas de Estado se ocuparam durante muito tempo em propagar que o desemprego tinha, dentre suas principais causas, a ausência de trabalhadores qualificados, por outro, as políticas de formação profissional se ocuparam desse recorte. Diante do desemprego e imersos nessas políticas da ilusão, os trabalhadores se frustram quando percebem que, mesmo após terem concluído os módulos de cursos propostos, continuam desempregados e sem perspectiva de emprego. E o pior é que tendem a atribuir a derrota a si próprios, sendo que a maior qualificação não implica em demanda para a ampliação de capitais e para a criação dos novos postos de trabalho.

O que se percebe é que o perfil profissional massificado engendrado pelo fordismo, que exigia rápido aprendizado em tarefas rotineiras e repetitivas, está desaparecendo. Evidentemente, não existe consenso acerca dessa questão, conforme já havíamos observado. Haja vista que a maioria dos postos de trabalho criados no setor terceirizado e de serviços são altamente degradantes e de baixa remuneração. Porém, existe um outro fator que merece relevância. O fato de muitos movimentos apontarem para novas possibilidades na medida em que envolve os trabalhadores para além da relação puramente salarial. Foi com surpresa e espanto, porém não com descontentamento, que na durante a pesquisa pude perceber que os sindicatos patronais têm conseguido resultados mais satisfatórios com relação à qualificação profissional, que aqueles sindicatos de base classista dos trabalhadores. Isso ocorre devido ao fato desses sindicatos patronais representarem uma base ampla que compreende tanto o grande capital que se constitui em grandes latifúndios produtivos, quanto os pequenos e médios produtores. Evidentemente não nos remetemos ao grande capital devido os mesmos abdicarem da necessidade da qualificação. Contudo, os cursos profissionalizantes voltados para a pequena produção têm conseguido aliar teoria e prática para além da relação de exploração. O pressuposto desse tipo de qualificação não é a exploração do trabalho assalariado como ainda se percebe nos sindicatos dos trabalhadores. Ao contrário, implica em resultados eficientes na medida em que para além da relação de exploração vislumbra-se o envolvimento com todas as fases da produção.

Enquanto escrevo estas linhas para o fechamento do artigo posso ler com entusiasmo, e é claro, com ceticismo, as medidas anunciadas para o próximo governo recém eleito. Anuncia-se o fim do tão discutido imposto sindical e o deslocamento das verbas do FAT e dos programas de qualificação do Ministério do Trabalho para o Ministério da Educação. São duas medidas interessantes, e que pese sobre minha cabeça essa opinião, interessantes por que em primeiro lugar o alvo perseguido com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical visa acabar com os sindicatos de “fachada”, mais conhecidos como “sindicatos de carimbo”. Por outro lado, se são verdadeiras, ou mesmo se se proceder em partes nossa conclusões, os cursos de formação profissional executados pelos sindicatos dos trabalhadores tem servido mais a continuidade desses sindicatos de fachada e assim ao corporativismo sindical do que aos interesses perseguidos pelos trabalhadores. Ainda, o Ministério da Educação deve certamente saber corresponder melhor a essa relação totalizante entre trabalho e educação.

Novos Movimentos sociais de Resistência

Nos estudos procurei romper com aquelas teorias que sustentam o fim do campesinato e da agricultura familiar. Refiro-me principalmente a teoria da desintegração do campesinato, que pregava o fim desses por meio da diferenciação social resultante da crescente desigualdade criada com o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, antevia-se que, inevitavelmente, os camponeses, ou mais tarde os trabalhadores rurais, se transformariam definitivamente em assalariados rurais. A “profecia” identificada mais precisamente com a emergência das teorias socialistas do final do século XIX, não apenas deixaram de acontecer como também se pôde verificar a reconstituição dos movimentos camponeses. Refiro-me ao surgimento da via camponesa em 1992 que congrega organizações de todos os continentes, do MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil, e ainda do EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México.

Esses movimentos destacados como sendo os mais significativos, para não mencionarmos outros tantos que surgiram no meio rural, são apresentados aqui como os “novos movimentos sociais”. Esta diferenciação entre novos e velhos movimentos sociais parece importante, na medida que entendemos como novos aqueles movimentos que surgiram com a crise institucional das organizações de classe, como os sindicatos. O modelo sindical, e aqui pensamos particularmente no movimento sindical rural brasileiro, para não adentrarmos em discussão mais ampla, está organizado conforme orientação do sistema produtivo fordista. Portanto, trabalho com a hipótese de que sejam essas as principais causas que levaram à crise aguda do sindicalismo.

Mas essas organizações dos trabalhadores rurais de que falo lutam contra o que chamamos de paradigma dominante. Penso que não se trata de um embate corporativo na tentativa de se afirmarem como alternativa. Tais organizadores lutam, antes de tudo, contra as condições de subalternidade que ainda se encontram, ou seja, lutam pelo reconhecimento da cidadania. Esse fator se expressa na clássica divisão entre campo e cidade vaticinada tanto pelos liberais quanto pelo que em alguns seguimentos se convencionou chamar de esquerda. A atual configuração do quadro social aponta não apenas para o fim dessa divisão como também para a emergência de uma nova organização produtiva. Das pesquisas realizadas pude observar que o modelo produtivo vigente na agroindústria sinaliza para uma configuração que aproveita experiências produtivas e de organização do trabalho que não são puramente industriais. Ao

que parece, se trata de um modelo de adequação que aproveita experiências tanto industriais quanto outras eminentemente rurais.

Considerando essa vertente, o processo de formação e organização dos trabalhadores não segue um modelo singular e pré-determinado, mas capta experiências das mais díspares em sua formação. Quem melhor expressa esta opinião é o historiador inglês E. P. Thompson, (1987) em sua obra clássica, *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Esse autor procura alcançar a dimensão subjetiva dos trabalhadores que no dia-a-dia passam por variadas experiências enquanto sujeitos individuais e coletivos. As percepções desses trabalhadores, de suas realidades concretas interagem em suas consciências. Sua consciência, por sua vez, é formada por valores já condicionados no sentido de suas próprias ações individuais e coletivas. Nesse sentido a dimensão subjetiva dos trabalhadores, entendida enquanto consciência de classe é um fazer-se constante que revela o fator experiência vivida como fator central.

Considera-se ainda o elemento da “subjetividade” desses trabalhadores. Subjetividade esta que não pode ser verificada à luz dos velhos paradigmas, mas sim, em conformidade com a dinâmica das mudanças operantes no âmbito das forças produtivas. O que em outras palavras procurei mostrar, é que os trabalhadores rurais, ou proletários rurais não deixaram sua condição de subalternidade para serem explorados na indústria. A mutação é bem mais complexa.

Conclusão

Ao contrário das teses que procuram argumentar pelo fim da centralidade do trabalho, penso que hoje estamos trabalhando mais do que nunca. Todavia, ocorre sim, o rompimento do trabalho enquanto categoria histórico – formal, ou seja, assistimos hoje a crise daquele trabalho de corte fordista.

Dessa forma o conceito de cidadania é completamente alterado, e para que o capital seja capaz de expandir os seus domínios e maximizar sua exploração é preciso que aqueles agentes subalternos, dantes relegados ao descaso figurem como cidadãos. Não basta mais considerá-los como não consumidores, conforme faziam os liberais, ou mesmo como agentes incapazes de promover a revolução, conforme algumas clivagens de esquerda.

São rompidas as rígidas amarras do modelo sindical organizado sob base fordista. A rigidez da instituição sindical entrou em crise no momento em que também entra em crise o sistema fordista de produção. Por outro lado, o processo de desenvolvimento e recomposição do capital que engendra novas formas de exploração, possibilita também outras formas de resistência e organização dos trabalhadores.

Os “novos movimentos sociais”⁷ surgem do movimento dos movimentos e da multidão de explorados de toda ordem que rompe com qualquer rigidez que os aprisiona. Não são apenas trabalhadores do campo, ou trabalhadores da indústria, mas também estes. Portanto, quer seja o campo, quer seja a cidade, em qualquer contextualização, não podem ser considerados para além de elos de um grande sistema: Os novos territórios produtivos. Pasmem qualquer pretensão ortodoxa, ressurgem novas possibilidades de um contra poder organizado por novos sujeitos sociais. São os operários sociais, que conforme aponta Negri (2002) são “móveis, flexíveis, pobres, inteligentes, aleatórios e radicais.”

⁷ É assim que considero todos os movimentos sociais que “explodiram” no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Sem enumerar vários deles como, por exemplo, dos “Sem Teto”, dos “Atingidos por Barragens” e etc. Cito três grandes exemplos. O MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil, A Via Campesina que congrega filiados de todos os continentes e o EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional no México. São exemplos significativos e pontuais da criação de novos territórios, das emergências das novas lutas sociais, e que passam a ser considerados cidadãos aqueles que tradicionalmente foram considerados marginais, ou até mesmo desconsiderados, tanto pela direita quanto por algumas clivagens de esquerda.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- BOURDIEU, P. et al. A profissão de sociólogo. **Petrópolis:** Vozes, 2000.
- CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal:** a Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- COCCO, G. **Trabalho e cidadania:** produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.
- COCCO, G. ; URANI, A ; GALVÃO, A. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- GORENDER, J. **Mundos do trabalho.** São Paulo: [S.n.], 1999.
- HABERMAS, J. **Legitimation crisis.** Boston: Beacon Press, 1975.
- _____. **Tecnologia e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARVEY, D. **Condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- MARAZZI, C. **A crise do New Economy e o trabalho das multidões.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEGRI, A. ; LAZZARATO, M. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEGRI, A **Assim começou o fim do império.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KURZ, R. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise. São Paulo: [S.n.], 1993.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PIORE, M. ; SABEL, C. **The second industrial divide.** New York: Basic Books, 1984.
- RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo.** São Paulo: Ed.USP, 1999.
- THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3.

A REVOLUÇÃO DENTRO DA ORDEM: BRASIL E EUA

Leonardo Barbosa e SILVA¹

Resumo: Este artigo analisa o caráter conservador das revoluções burguesas nos Estados Unidos e no Brasil, buscando se contrapor à percepção bastante difundida nos círculos acadêmicos de que o processo brasileiro sofre de uma inércia conservadora.

Palavras-Chave: Revolução burguesa; conservadorismo; revolução passiva; modernização conservadora.

Abstract: The article tries to analyse the conservative nature in the burgesy revolution in the USA and in Brazil. However, it aims to go against the perception in the academic circle relation to conservative inners.

Key-words: Burgesy revolution; conservative; passive revolution; conservative modernization.

Introdução

O objetivo deste trabalho é estabelecer uma comparação entre os processos denominados de revoluções burguesas no Brasil e nos EUA, tendo por foco o caráter distintamente conservador de ambos. Vários são os teóricos que se debruçam sobre a revolução burguesa e numerosas são também as análises que definem como clássicos os processos europeu ou norte-americano, caracterizados pela suposta ruptura completa com os modos de produção anteriores e suas superestruturas jurídicas, políticas e ideológicas. Reservando ao Brasil o registro de nascimento inapagável de iberismo, patrimonialismo ou cordialidade, podendo “ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva” (VIANNA, 1997, p.12). São passíveis de percepção dois exageros: a) o primeiro diz respeito

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

ao caso norte-americano, símbolo da luta pela liberdade individual e pela democracia, que esconde em seu mito a preservação de situações pouco revolucionárias circunscritas a 1776 ou 1865; o que forçosamente exige que repensemos a temática, sob a possibilidade de terem resultado “das revoluções americanas, grosseiramente falando, países que continuaram a ser o que eram, somente sem o controle político dos britânicos, espanhóis e portugueses” (HOBSBAWM, 1996, p.72); e por conta disto, b) o conservadorismo da revolução burguesa no Brasil não ser marca de uma excepcionalidade.

O reconhecimento dos limites da democratização de cada processo possibilitar-nos-a atribuir à revolução burguesa os seus devidos termidores. As lutas de classes, historicamente determinadas, conduzem as crises à superação de formas de organização social anteriores, todavia os caminhos da ruptura absoluta são raros e, por que não dizer, inexistentes. A revolução não pode ir além das fronteiras que garantem a reprodução de algumas frações dominantes da burguesia. Desta forma, cada processo histórico, cada configuração do conflito de classes será determinante do grau de conservadorismo das revoluções.

A análise cirúrgica das revoluções burguesas seria necessária para a determinação de sua natureza e dos possíveis desvios em relação aos eventos clássicos, o que nos obriga a incursões nos eventos europeus ou americanos que trarão elementos para o esclarecimento das interrogações. No entanto, a modesta dimensão deste trabalho impossibilitará grandes vôos sobre a temática, cabendo a compreensão de que os apontamentos aqui explicitados devem ser vistos como provocadores de novas e mais profundas pesquisas, não mais do que isto.

O que se entende por revolução burguesa

A tradição marxista convencionou denominar os fatos históricos, provocadores de destruições radicais das estruturas produtivas e de suas conseqüentes aparelhagens institucionais, políticas e ideológicas, como revoluções. De uma tacada, um modo de produção sofria a desintegração anunciativa de uma nova ordem, sob novos pilares e padrões sociais. O comum descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e a ordem institucional arremessava as classes subalternas contra as dominantes. Todavia, as revoluções que sucederam os chamados casos clássicos exigiram do marxismo a retomada

do tema no sentido de aceitar a diversidade ou assimetria para os diferentes casos.

Desta forma faz-se prudente apelar para a adaptação construída por Florestan Fernandes sobre o tema, reconhecendo que a revolução burguesa pode apresentar-se enquanto um acontecimento, um fato histórico ou um fenômeno estrutural longo de formação de uma sociedade de classes (FERNANDES, 1987, p.20-1). Vale lembrar que esse autor, em outra obra, apresenta sua compreensão do que seria uma sociedade de classes; nas suas palavras seria um,

(...) arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista. Neste sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formatação de um Estado nacional formalmente representativo. (FERNANDES, 1981, p.33)

Este trabalho não compartilha dessa visão de sociedade de classes. Com o rigor referenciado pelo próprio Marx, as classes sociais representam agrupamentos de pessoas que compartilham determinadas condições objetivas, ou seja, a mesma situação no que se refere à apropriação privada dos meios de produção. O que permite entender que mesmo anteriormente às sociedades ditas capitalistas, outras sociedades se organizavam em classes. Tampouco, vai ao encontro das formulações de Mészáros (2002) acerca da diferenciação entre capital e capitalismo, sendo o primeiro um complexo sistema de metabolismo social, e o segundo uma de suas manifestações históricas específicas.

No entanto, acata-se a caracterização da revolução e seus desdobramentos como válidos, acrescentando que tal evento é, em grande parte, político na medida em que substitui do centro diretor do Estado antigas classes por novas, e remodela sua estrutura dando-lhe capacidade para legalizar as desigualdades sociais típicas de uma sociedade capitalista para que ao fim dilua o conflito entre elas.

A dificuldade de operar-se com esta categoria teórica emerge da própria heterogeneidade dos movimentos. O que na França foi obra de um terceiro estado recheado de setores que vão da burguesia, próxima da corte até os camponeses mais empobrecidos, nos Estados Unidos processou-se sob a regência de pequenos proprietários, lavradores e advogados provincianos e na Inglaterra, por fim, obra de uma pequena aristocracia rural. Caracterizá-las como burguesas é um esforço que se deve aos obstáculos combatidos, aos setores vitoriosos e à

configuração das políticas estatais posteriores à tomada do poder (PALMER, 1972, p.60).

Os vários exemplos revolucionários trazem em si convergências inegáveis que encontram no caso francês a referência. O que não se pode roubar da França é a capacidade de transformar sua experiência em um fenômeno ecumênico. Engels, no prefácio do *Dezoto Brumário* entende que este caso ilustrativo francês é clássico pois,

(...) a França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classes foram sempre levadas à decisão final e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se conduzem seus resultados tomam contornos mais nítidos. (ENGELS, [19--])

Nela, a radicalidade dos setores descontentes com o Antigo Regime se manifestou de maneira mais profunda, sobretudo por contar com o apoio das massas. Valores nacionais, éticos e de justiça ganharam amplitude mundial e tornaram-se referências para as posteriores constituições. Em uma ascensão, constitucionalistas, girondinos e jacobinos sucederam-se à frente do Estado e levaram seus antecessores ao corte afiado da guilhotina. À mesma guilhotina foi submetido o rei, como sinal incontestável dos anseios revolucionários de limpar o solo francês das práticas feudais que dividiam os homens por sorte de nascimento. O passado de privilégios seria substituído pela igualdade jurídica. Definir precisamente, no caminhar da revolução, a igualdade que se deseja é uma tarefa difícil por tratar-se de um movimento heterogêneo que, à medida que a história se desenrolava, deixava mais claro o caráter da revolução.

Neste caminho, seria pertinente demonstrar que, muito embora o movimento tenha um comportamento absolutamente revolucionário, a radicalidade em que se processavam os fatos, principalmente até a República Jacobina e o Terror, chocava-se de frente com os interesses das camadas mais abastadas da burguesia francesa. Em meio à instabilidade econômica e social em que se inseria o grupo de Robespierre, ao final de 1794, a Convenção, no Nono Termidor, põe fim à república dos *sans-culottes* e dos jacobinos, então isolada. Cinco anos antes, lampejos da natureza do processo sinalizavam a direção a percorrer após a destruição das instituições feudais. Trata-se aqui do documento que representa com maior brilho o momento, o que Hobsbawm assim descreve:

Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. ‘Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis’, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que ‘somente no terreno da utilidade comum’. A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas se a corrida começasse sem *handcaps*, era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. A declaração afirmava (como contrário à hierarquia nobre ou absolutismo) que ‘todo cidadão tem o direito de colaborar na elaboração das leis’; mas ‘pessoalmente ou através de seus representantes’. E a assembléia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental de governo não era uma assembléia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática que poderia ter parecido uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas, embora alguns também advogassem esta causa. Mas no geral, o burguês liberal clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata mas sim um devoto do constitucionalismo, um estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários. (HOBSBAWM, 1996, p.77)

As conquistas que brotam desse período são tão evidentes quanto os limites a elas impostos pelas classes que o dirigiram. O Termidor fez recuar em boa medida a agressão burguesa ao antigo regime. A democratização, ainda que burguesa, dos aparelhos legais e institucionais foi uma conquista processual, mesmo que aberta no final do século XVIII. As pressões populares que marcaram o século XIX, foram responsáveis por arejar os espaços oficiais e as relações entre estes e os cidadãos por eles representados.

Obviamente, não se pretende que as revoluções burguesas transformem-se em proletárias ou socialistas; nem mesmo é desejo nosso reconhecer que a Restauração se sobrepôs à Revolução – por mais que elas estivessem presentes em momentos especiais, ainda que superados pela onda transformadora. Mas não se pode, por outro lado, entendê-las como um movimento de destruição das formas de opressão feudais e substituição destas por regimes democráticos de representação. O alcance reduzido frustra os apaixonados pela via francesa, mas possibilita-os enxergar que a democratização é posterior aos conflitos

revolucionários e não se devem necessariamente aos interesses da fração burguesa agora dominante.

Ainda no caso francês, ao final da jornada revolucionária (1789-1799), o Diretório não se sustentava frente aos constantes golpes desferidos por grupos absolutistas, jacobinos e socialistas (Babeuf e a Conjuração dos Iguais) e à crise econômica. Uma alternativa ergue-se com Napoleão cujo papel desempenhado foi fundamental para a consolidação do Estado burguês e a internacionalização dos seus códigos legais. Essa via alternativa abortou os projetos de liberdade e igualdade construídos e compartilhados pelos setores populares e portanto, opõe-se ao combate legítimo à opressão e a desigualdade que norteou jacobinos e *sans-culottes*. Ainda no Consulado, Napoleão assegurou o direito natural à propriedade privada, proibiu as greves operárias e a organização sindical. A interpretação desses fatos encaminha-nos para uma leitura menos apologética da revolução. O longo processo de destruição do modo de produção feudal que empunhou a bandeira do liberalismo, não foi marcado pela ampliação automática e autônoma das conquistas sociais e da democratização das relações sociais. Talvez “a associação histórica entre os conceitos relativos aos direitos civis e a instauração das sociedades de mercado tenha sido acidental e que, em princípio, estes conceitos possam associar-se a outros tipos de organizações comunitárias” (SANTOS, 1998, p.09).

As marcas conservadoras de cada revolução são sinais de que, ao seu tempo, as conquistas representariam empecilhos aos interesses dominantes e que as reservas de costumes e práticas políticas sintonizadas com um passado recente é perfeitamente cabível num processo como este. O que varia, reafirmo, é o grau de conservadorismo de cada uma delas, dependendo sempre da configuração social, do estágio em que se encontram os conflitos de classes, das forças sociais que compõem o quadro do combate e que assumem posições importantes dentro e fora das instituições do Estado.

Outras revoluções menos clássicas:

EUA

É fundamental o recurso aos casos dos revolucionários americanos, sobretudo o estadunidense que serviu de guia para importantes liberais brasileiros

ou teóricos endossados pelo seu relevante passado junto ao pensamento social de nosso país, como é o caso de Emília Viotti da Costa. Em várias ocasiões, no seu *Da Monarquia à República*, ela realiza comparações entre o caso brasileiro e o dos EUA, acreditando que o segundo é um tipo modelar de federação democrática (COSTA,1999). Fazendo coro com vários colegas de profissão, a autora mergulha no consenso apologético, secundarizando algumas variáveis que podem dar novos traços ao processo histórico em questão.

No que se convencionou chamar de Revoluções norte-americanas estão contidos dois eventos específicos: A Independência e a Guerra Civil. Sobre a primeira, há uma enorme dificuldade em encará-la como processo revolucionário, principalmente se a compreendemos como um evento e não como um dos elementos do processo histórico de estruturação da sociedade burguesa. Essa afirmação justifica-se a partir da incapacidade da Independência ter provocado rupturas para além da superfície das relações sociais, econômicas e políticas dos Estados Unidos.

A partir dos conflitos comerciais em que a colônia se viu envolvida com sua metrópole, a necessidade de romper com o estatuto colonial ganhava prioridade. O resultado não foge ao desenlace dos compromissos coloniais e a unificação nacional, isto, no entanto, sem efetivar transformações sensíveis na estrutura social.

A concentração regional da atividade econômica, as relações de trabalho, as formas regionais de propriedade e de divisão do trabalho não sofreram alterações substanciais e, portanto, negam à Independência qualquer status revolucionário. Como propõe Moore Jr. (1967), “a afirmação de que a América teve uma revolução anticolonial pode constituir boa propaganda, mas é má história e má sociologia”. O que não se pode negar é que tal evento, diferentemente do brasileiro, foi resultado de uma guerra sem conciliações ou acordos prévios que tornasse ameno o embate entre colônia e metrópole. Seus desdobramentos darão à nação e ao Estado norte-americano uma condição autônoma que fertilizará a história do país, abrindo portas para o desenvolvimento capitalista nacional. Obviamente que esta possibilidade ancora-se na própria história da constituição das treze colônias. Mas é importante salientar que a forma e o conteúdo do fim do pacto colonial para os Estados Unidos não revelam o mesmo conservadorismo dos demais casos americanos.

Um trabalho um pouco mais árduo caberia à análise da Guerra Civil enquanto revolução. Tradicionalmente, o conflito entre o norte e o sul dos EUA, que fez eclodir em 1865 a Guerra Civil, é tratado como um fenômeno causado

pelo desenvolvimento desigual e, em certos aspectos, antagônicos das duas regiões. Ao norte, o formato da colonização por povoamento condicionou um desenvolvimento industrial e capitalista que se assemelhava aos caminhos europeus. As pequenas propriedades e o trabalho assalariado demandavam práticas protecionistas e contrapunham-se ao modelo sulista de plantação sob a égide do trabalho compulsório escravo e a necessidade de abertura comercial para fins de ajuste à divisão internacional do trabalho em que a região estava inserida.

As distinções tencionavam e ameaçavam a unidade nacional, a ponto de ser prioritária a defesa da união. O próprio Lincoln, anos antes da eclosão da Guerra, já externava em seus textos a clara intenção de sacrificar a abolição em nível nacional, para fazer coesa a federação. É certo que a escravidão ocupava espaço central no conflito, sobretudo pela diferença entre modelos de desenvolvimento capitalista adotados pelas duas regiões. A conciliação tornava-se mais distante na medida em que os industriais do norte e os agricultores livres do oeste selavam alianças sobre as questões pertinentes à política fiscal, fundiária e trabalhista. Além do mais, a ausência de um proletariado organizado e ameaçador, por seu turno, evitou que uma união oportuna entre norte e sul afastasse o perigo da Guerra (MOORE Jr., 1967, p.168).

No interior do bloco hegemônico norte-americano havia uma dualidade de poder razoavelmente distinta (industriais nortistas e proprietários sulistas). A contraposição de tais interesses não estimulava a existência de setores mais radicais. Alguns raros republicanos encaravam a Secessão como o conflito entre o progresso capitalista e o atraso agrário-escravista e pretendiam levar às últimas conseqüências as questões fundiárias e abolicionistas, propondo uma reforma geral nas instituições nacionais como o confisco das terras sulistas e sua distribuição aos negros libertos. O limite do sucesso dos republicanos radicais era o interesse dos proprietários nortistas, receosos de que suas posses fossem atingidas pela reforma. Assim, a Guerra de Secessão terminara sem romper definitivamente com os ranços tipicamente sulistas. Pelo contrário, **reinsere** a grande propriedade na lógica de funcionamento do capitalismo industrial e inibe transformações sociais de combate à marginalização do negro.

Aliás, estaria aqui uma das pedras de toque na análise do caráter revolucionário da Guerra Civil. A abolição da escravidão norte-americana não garantia a inclusão social do negro. De outra forma, e fazendo justiça, ela foi responsável pela legalização da marginalidade. Aliviada pelo mito da mobilidade

social e da liberdade com que seus cidadãos viviam, os norte-americanos não consideravam a questão do negro como um elemento do passado a ser transposto, a fim de anular as marcas da brutalidade arcaica do período escravista e estimular a construção de uma sociedade mais democrática.

Amparados pela liberdade concedida pelo federalismo, a elite nortista esforçou-se para não fraturar a organização sulista mantendo em seus Estados o poder relativamente intocado. Como se vê, a democracia materializada no federalismo estadunidense é, em boa medida, uma leitura equivocada por seu exagero ou inversão de valores.

O deslocamento do negro de suas funções de escravo para as de trabalhador sem posses era uma das faces do pós Guerra Civil. Legalmente,

(...) até as pequenas conquistas políticas do negro – para não falarmos nos direitos sociais mínimos que ele adquirira, inteiramente desproporcionais ao esforço e aos sacrifícios totais implícitos nessa guerra – lhe foram sistematicamente tiradas. Um por um, e sem nenhuma interferência de qualquer espécie, os estados sulinos principiaram, por lei, a impor sistemas de segregação social e de abolição de direitos civis, que colocaram o negro totalmente à margem da corrente principal da vida cívica no sul. Por volta de 1900, estava o processo virtualmente completo. (MCKITRICK, 1972, p.165)

Por tudo isso, é duvidoso, para dizer o mínimo, que ambos os eventos - a Independência e a Guerra Civil - tenham uma dimensão revolucionária. Se, por outro lado, estendermos as considerações de Florestan Fernandes sobre a revolução no Brasil até os EUA, poderemos entender que a estruturação de formas capitalistas de produção material e de organização política-jurídica-ideológica foi uma realização processual e não segue, por conseguinte, a modelagem clássica francesa. Além disso, recoloca práticas conservadoras típicas de momentos históricos anteriores não afetados pela Independência e pela Guerra Civil. Mas os limites com que nos deparamos no momento da realização deste trabalho impedem o desenvolvimento desta adaptação.

BRASIL

Finalmente, à luz do caminho percorrido acima, é preciso debruçar sobre o caso brasileiro. São vários os teóricos que deram relevo à questão da revolução burguesa no Brasil. O recorte escolhido abordará preferencialmente as noções

presentes em Fernandes (1987). Com efeito, assumindo várias das suas interpretações acerca dessa temática, deve-se partir comumente do processo de descolonização brasileira para a análise da Revolução Burguesa nacional. Vale reafirmar que, neste caso, não se trata de um fato histórico de ruptura com a antiga ordem e construção de uma nova, mas de um processo longo e estruturante da ordem competitiva ou, como quer o autor, da sociedade de classes, o capitalismo.

Partir da Independência justifica-se pela novidade de a acumulação de capitais ter sido internalizada, ampliada em sua concentração e diversificada em sua composição pelos seus agentes comerciais. O que não quer dizer que as relações sociais de produção já se tornassem capitalistas, ou mesmo que o aparato estatal tivesse instrumentos legais de regulação sintonizados com a reprodução de supostas práticas burguesas. Muito pelo contrário, sabe-se que até 1888 as relações escravistas predominavam no interior das unidades produtivas nacionais, mesmo sob pressões internacionais carentes de uma reforma na divisão internacional do trabalho e que a compatibilização do Estado brasileiro e a construção de uma ossatura definitivamente burguesa deverá esperar até a terceira década do século XX.

Todavia, há, a partir de 1822, a construção da nação, como típica manifestação da consolidação de uma ordem legitimamente burguesa. A sociedade nacional constrói-se a partir do Estado, sobre os interesses difusos e desorganizados da população, que sempre ameaçada em sua unidade, exigirá esforços extremos para manter sua coesão, induzindo os setores dominantes a preservar as relações de poder locais através de um federalismo de inspiração norte-americana. O que unifica ambos os processos neste instante é o caráter conservador de seu federalismo. É bem provável que esta avaliação possa se estender também à formação do Senado. A título de lembrança, o Senado, na história contemporânea, aparece como órgão conservador a serviço de Napoleão. Era, então, fundamental que se afastassem os setores representativos das camadas populares, comprometidas com as mudanças mais profundas (leia-se democráticas). Como órgão consultivo ou legislativo, o Senado desempenhou no século XIX uma função reacionária. Nos EUA ele terá o papel de representar as regiões, ainda que elas funcionem como válvula de escape para a ausência de resolução para as tensões e conflitos. É possível que eles sejam também atingidos pelos espectros da modernização conservadora, ou, quem sabe, sejam resíduos de uma certa via prussiana que não é exclusividade de nenhum país americano.

Ora, retomando o debate sobre a Independência, é válido dizer que o sentido dado aqui à formação da nação brasileira é político e remonta à busca pela identidade de um grupo que deseja autodeterminar sua história sob a condição de instaurar certos critérios de cidadania (HOBSBAWM, 1998, p.31). Logo, a etnicidade e a língua são indícios secundários na emergência das nações. No caso brasileiro há, de início, uma séria contradição que de certa forma esclarece a especificidade de sua revolução.

A Independência do Brasil, mesmo que recheada de movimentos nativistas regionalizados e impulsionados pela verve iluminista e liberal, desenvolve-se efetivamente a partir das guerras napoleônicas e da transferência da família real portuguesa para o Brasil, “cabendo à iniciativa do príncipe herdeiro da Casa Real o ato político que culminou no desenlace da Independência, em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora” (VIANNA, 1997, p.13).

Não havia, *a priori*, grandes questões que polarizassem as elites rurais e urbanas no país. A bem da verdade, a burguesia nacional, em sua maioria, beneficiava-se econômica e politicamente das relações coloniais pretéritas. Temerosa dos levantes populares, as elites nacionais se aperfeiçoaram em encaminhar transições pelo alto. O choque irreversível entre a burguesia francesa e sua monarquia absolutista foi traduzida para a língua portuguesa no Brasil como uma aliança que durará quase todo o século XIX.

É a aversão às formas democráticas de governo, a desconfiança no povo, composto em sua maioria por escravos, que poderiam por em xeque a escravidão, fator que levará a classe dominante brasileira a contemporizar o máximo possível com a monarquia portuguesa. (MAZZEO, 1997, p.133)

Frente à diversidade das elites nacionais, via de regra imediatistas e utilitárias, somada à ausência da participação popular efetiva nos processos mais genéricos de transformação, a burocracia do Estado chamou para si a responsabilidade de criar e implementar um projeto civilizatório.

Com efeito, o vão aberto entre a sociedade civil e o Estado dão ao último um caráter bonapartista, ilustrado não só pelo processo descolonizador em questão, mas também por eventos de grande importância como a Proclamação da República, a Abolição, a emergência do nacional-desenvolvimentismo, etc. Um bonapartismo historicamente particular

(...) que aparece (...) como um elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos pólos centrais do capitalismo, para o qual a sociedade civil se restringe aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. (MAZZEO, 1997, p.133).

Isto, a nosso ver, não avaliza interpretações defensoras da inércia conservadora brasileira que atribuí aos “espíritos portugueses” a responsabilidade por nossa natureza. É a configuração social brasileira e sua luta de classes, que determinam, em última instância, o caráter do Estado, mesmo que isto permita ao aparato institucional práticas políticas relativamente autônomas, dissonantes e contraditórias em relação à sua fonte inaugural.

Entretanto, retomando o debate anterior, não havia, por parte das elites nacionais, qualquer compromisso de estender a Independência para além da quebra do estatuto colonial. Para tanto foram preservadas as bases materiais e morais que sustentavam a Colônia, ou seja, a estrutura fundiária, as relações de propriedade e produção, as formas de ascensão social e os privilégios oligárquicos o que fez com que o liberalismo nacional não se vestisse de um conteúdo mais radical ou democrático, refazendo-se em solo brasileiro como instrumento de institucionalização de uma elite nacional. Em outras palavras, a agenda liberal foi reinterpretada para o fim de manter coesa a nação (SANTOS, 1998, p.22), imune, portanto dos possíveis conflitos provenientes de uma abolição mais profunda seguida de reforma agrária.

O projeto liberal de ruptura não se efetivava, para Fernandes (1987, p. 188), pois

o ‘protesto burguês’, como uma afirmação econômica, social e política revolucionária, não se equacionou historicamente, a partir de manifestações coletivas de condenação da ordem social escravocrata e senhorial ou de exaltação de um ordem alternativa. Pela razão muito simples: o agente humano que melhor encarnava a condição burguesa não tramava contra aquela ordem social. Identificava-se com ela, material e politicamente, e só iria abandonar o barco quando ela se mostrasse irremediavelmente inviável.

Até porque, a atividade comercial que provocou fissuras irremediáveis na estrutura feudal de várias regiões européias, no Brasil, embora eficaz para promover um crescimento econômico novo e modernizador, não possuía envergadura nem proporção para romper radicalmente com a ordem anterior. Adaptou-se à dinâmica e às estruturas senhoriais, perdendo sua tenacidade

transformadora (FERNANDES, 1987). Neste contexto, é válido afirmar que no Brasil “qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram sua razão de ser na firme intenção de evitá-la” (VIANNA, 1997, p.12).

Quando finalmente esgota-se a vida monárquica e escravista, as transformações políticas da Revolução Burguesa começam a delinear um novo Estado com feições tipicamente capitalistas. O aparato legal de regulamentação da vida social institucionaliza o trabalho assalariado (é bem verdade que de maneira incompleta, frente ao alcance da CLT) e universaliza a igualdade jurídica. Os limites desse processo estão estampados em qualquer esfera da vida social, refletindo a incompletude das reformas e deixando em aberto importantes aspectos da racionalidade econômica capitalista, a saber, a da estruturação de um mercado interno e da produtividade agrícola possivelmente alcançada pela reforma agrária. Deste modo, preserva-se a essência das relações sociais do passado, seus setores dominantes e a natureza conservadora das transformações.

Como a estruturação da sociedade capitalista em um país dependente como o Brasil deu-se pela via da conciliação entre as elites do passado e as do presente, é possível concluir que a máquina produtora da coesão e do consenso sociais não só busque descolar-se da sociedade civil, mas se constrói sobre o abandono das bandeiras tradicionais da burguesia democrática européia. O poder político, por conseguinte, impõe-se de cima para baixo como uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 1987).

O que não é válido, na interpretação proposta, é ignorar o papel de setores sociais marginalizados na depuração dos vícios coloniais que se preservaram. Um destaque deve ser feito à resistência negra na forma de fugas aos quilombos; a setores da classe média urbana que se indispuseram frente aos privilégios oligárquicos e defenderam ideais de meritocracia e cidadania, à resistência imigrante à servidão por contrato, ao operariado anarco-sindicalista ou ligado ao PCB e sua luta por conquistas sociais relativas ao mundo do trabalho. A contrapartida dessa análise submete ao Estado e a sua burocracia ou ao espírito ibérico o dom supremo de operar mudanças sociais absolutamente desconexas da vida social.

Das várias fontes teóricas de onde poderíamos buscar exemplos ilustrativos, podemos citar duas de relevo que se associam, nos mais diferentes graus, à visão de que a história nacional sofre de **inércia conservadora**: Sérgio Buarque de Holanda e o próprio Florestan Fernandes. Mesmo não sendo objeto central deste trabalho a descrição detalhada dos vínculos dos intelectuais com tal visão

(até porque a tarefa demandaria pesquisa muito mais refinada) valeria uma breve passagem sobre suas interpretações.

Em Holanda (1995), o elemento ibérico marca as relações sociais de afetividade e camaradagem, criando obstáculos para a racionalização da “ação social” e para a aplicação das prescrições legais. São os laços carismáticos e tradicionais que dão o tom para a prática política e para o funcionamento do aparelho de Estado, afastando-o da modelagem burocrática e impessoal típica das sociedades capitalistas desenvolvidas. É por tudo isso que o liberalismo brasileiro, diferentemente do francês e inglês, segundo o autor, arrefeceu a dosagem de democracia e impessoalidade, ganhando adaptação às **prénoções** nativas e cordiais. Com efeito, os movimentos, “aparentemente reformadores” partiram unicamente de cima para baixo, distante dos punhos das camadas populares, predominando, por isso, ações autoritárias, dissimuladas em discursos defensores da moral e da democracia.

Fernandes (1987, p.68), por seu turno, utiliza com freqüência a argumentação de que o Estado brasileiro, no século XIX, em meio à revolução, era formalmente liberal, mas patrimonialista em sua prática, ou que a Independência concedeu formação à racionalização da máquina do Estado ou a sua burocratização, dando manutenção, todavia, às formas tradicionais de dominação, em um novo patamar de ruptura da ordem colonial e construção de uma sociedade nacional, o que o teórico denominou de revolução dentro da ordem. Aqui se esconde uma questão de método. Ao fazer coexistir a interpretação sob o prisma das classes sociais e das formas de dominação, o referido autor abre espaço para que se reconheça que o patrimonialismo brasileiro é a expressão de um atraso no desenvolvimento da racionalidade. Sendo também fiel ao weberianismo, aceitaria neste duo de matrizes sociológicas, que nossa oligarquia nutriria sua autoridade no dom da graça ou carisma e no “ontem eterno, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo” (WEBER, 2001, p.), perdurando por gerações um espírito contaminado por fontes de afetividade e pessoalidade que inibem a objetividade necessária à racionalização. Não poderia passar em branco a ponderação sobre os compromissos éticos e a importância de Fernandes para o marxismo brasileiro presentes na obra. O que, evidentemente, não impede a detecção do ecletismo metodológico do qual o teórico é tomado, comprometendo a forma e o conteúdo de suas argumentações.

Essas matrizes do pensamento sociológico brasileiro, juntamente com suas congêneres, alimentaram e alimentam as interpretações sobre a natureza específica dos movimentos de conservação da ordem no Brasil e, de uma forma ou de outra, colaboram para reforçar a idéia de compormos um caso paradigmático sem qualquer paralelo. Ainda que elas iluminem as especificidades da formação e desenvolvimento social do Brasil, rendem-se a mecanismos explicativos que deformam e condenam nossas relações sociais, políticas e econômicas a um destino único do qual não se pode escapar

Conclusões

Diante do que foi visto, percebe-se que os processos revolucionários, fatos históricos ou longos períodos estruturantes da ordem capitalista foram responsáveis por arquitetar uma sociedade cindida em classes tipicamente capitalistas, exigindo formas de dominação também burguesas. Todavia, em suas especificidades demonstraram graus diferenciados de limites conservadores.

Ora a democratização ora a racionalidade econômica foram abortadas por políticas que impuseram frenagem na consolidação de uma sociedade burguesa, com uma diversidade que corresponde também diretamente às respectivas configurações dos setores sociais em conflito. O que não se deve secundarizar é que os desdobramentos da revolução possibilitam o encaixe gradativo das peças que restam para a construção de um projeto social de caráter capitalista. As revoluções burguesas, por fim, seguiram trajetórias que se tocam no fundo estruturante do modo de produção capitalista. Mas, igualmente verdadeiro é que apresentaram tonalidades diversificadas.

Não se pretende lutar aqui contra a imputação de sentido aos processos históricos. A conservação claramente ligada aos processos de mudança na história do Brasil é fato. A profundidade com que se desenvolveu foi, em vários momentos, de maior destaque do que outras experiências internacionais. Porém, tudo isso não nos permite concluir que **uma inércia de conservação** lateja em um suposto espírito brasileiro, contra o qual parece não se poder lutar.

Referências

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HOBBSBAWM, E. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ENGELS, F. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--], v.1. p.199-285.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Cortez, 1997.

McKITRIC, E. A reconstrução: a revolução ultraconservadora. In: WOODWARD, C. V. (Org.). **Ensaio comparativos sobre a história americana**. São Paulo: Cultrix, 1972. p.159-70.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Cosmos, 1967.

PALMER, R. R. A revolução. In: WOODWARD, C. V. (Org.). **Ensaio comparativos sobre a história americana**. São Paulo: Cultrix, 1972. p.59-71.

SANTOS, W. G. dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2001.

A MECÂNICA DA ORDEM: INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM DURKHEIM

Edison BARIANI JÚNIOR¹

A máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia.

Abriu-se majestosa e circunspecta,
sem emitir um som que fosse impuro
nem um clarão maior que o tolerável

(...) assim me disse...

(...) “O que procuraste em ti ou fora de
teu ser restrito e nunca se mostrou,
mesmo afetando dar-se ou se rendendo,
e a cada instante mais se retraindo,

olha, repara, ausculta: essa riqueza
sobrante a toda pérola, essa ciência
sublime e formidável, mas hermética,

essa total explicação da vida,
esse nexos primeiro e singular,
que nem concebes mais, pois tão esquivo

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

se revelou ante a pesquisa ardente
em que te consumiste ... vê, contempla
abre teu peito para agasalhá-lo'

(...) baixei os olhos, incurioso, lasso
desdenhando colher a coisa ofertada
que se abria gratuita a meu engenho

(...) e a máquina do mundo, repelida

se foi miudamente recompondo
enquanto eu, avaliando o que perdera
seguia vagaroso, de mãos pensas

Carlos Drummond de Andrade

Resumo: O artigo analisa brevemente a relação entre indivíduo e Sociedade a partir da sociologia de Durkheim, bem como considera criticamente as implicações dessa polaridade em termos de determinação do sujeito.

Palavras-Chave: Durkheim; indivíduo; sociedade; geral; particular; ordem; sujeito.

Abstract: The article analyses the relationship between individual and society in Durkheim's sociology society and discusses the determination of subject.

Key-words: Durkheim; individual; society; general; private; order; subject.

A ordem do tempo

A convulsionada passagem do século XIX ao XX perturbou muitos espíritos. Uns puseram-se de imediato ao lado da transformação, da revolução e da redenção; outros, reagindo ao turbilhão, pregaram a lei e a força; houve ainda alguns poucos que, sensíveis ao sinal dos tempos mas temerosos das conseqüências funestas da mudança sem peias, bradaram pela reforma prudentemente assentida pela ordem das coisas e não simplesmente pelas coisas da ordem. Os primeiros são vistos hoje como românticos e heróis, os segundos vivem na memória dos

que acusam os primeiros pelos males do século, já os últimos foram relegados os ventos da história impedem o equilíbrio no gume da espada.

Durkheim certamente pertenceu aos últimos. Numa França – e numa Europa – socialmente transformada, as convulsões pareciam-lhe haver trazido nem tanto o novo, nem tanto o bem. Desconfiado do radicalismo e profundamente preocupado com a coesão e integração e ainda com a afirmação da sociologia como ciência autônoma, procurou nos meandros do organismo social, as explicações para os problemas humanos. Contudo, na sua busca pelo entendimento do mecanismo e dos fundamentos da ordem social, afastou-se da compreensão dos sujeitos – mormente das classes sociais² e dos indivíduos³.

Para ele, representante da pequena burguesia francesa - “uma classe ascendente que acabava de converter-se em protagonista da política da III República Francesa”, para a qual “o tempo aparece como o âmbito de uma progressão contínua, de uma evolução positiva” – “todo elemento conflitante será reputado como patológico e, como tal, possível objeto de um reajuste político que estabeleça o equilíbrio harmônico nesse âmbito social”. O tradicionalismo do “antigo regime” seria tão ameaçador quanto a volúpia revolucionária do proletariado, cabendo então ao “conservadorismo reformador” (MOYA, 1977) por e repor a ordem social. Tal ordem – necessariamente superior e impessoal - teria nos apetites, nas paixões, na impetuosidade das vontades, possivelmente sem freios e sem compromissos com o organismo social e sua estabilidade, grandes inimigos. Os sujeitos, tanto coletivos como individuais, seriam fontes inesgotáveis de conflito, principalmente estes últimos que, se precariamente integrados aos grupos sociais e à própria Sociedade, poriam em cheque a saúde do organismo; se aos grupos poder-se-ia exigir uma função socialmente “construtiva”, ao indivíduo, em última instância, só interessaria o céu, na terra⁴.

² Na questão das classes sociais, ao contrário das críticas doutrinárias, não cabe acusar Durkheim de ignorá-las ou suprimi-las; vista de dentro, a construção durkheimiana não parece comportar um conceito forte dessa natureza, sob pena de implodi-la; entretanto, do ângulo externo – e este me parece mais importante – é razoável censurar-lhe o descaso para com o papel dos grupos sociais como entidades socialmente diversificadas, conflitantes e relativamente autônomas, e não apenas como mecanismos de integração. Por ocasião – e limitação - destas anotações, tal questão ficará ao largo.

³ As breves considerações que se seguem não enfrentam a questão de saber se a formulação da relação indivíduo – Sociedade na concepção de Durkheim é a mesma durante a construção de toda sua obra, muito provavelmente não o é, admitindo variações que creio sutis, entretanto, tomamos como pressuposto que há um núcleo duro da questão que permanece, passando as ‘diferentes’ formulações e autorizando uma visão de conjunto do problema. Para uma visão discrepante, que vê na obra de Durkheim mudanças substanciais em relação à abordagem do tema, ver Timasheff (1973).

⁴ Assim, em Durkheim, “O homem individual é um homem de desejos, e, por isso, a primeira necessidade da moral e da sociedade é a disciplina. O homem precisa ser disciplinado por uma força superior, autoritária e amável, isto é, digna de ser amada. Esta força, que ao mesmo tempo se impõe e atrai, só pode ser a própria sociedade” (ARON, 1993, p.319).

Indivíduo e Sociedade

Havia para Durkheim (1978b, p.87) o imperativo de fundar a Sociologia - autônoma em método e objeto – e institucionalizá-la. Como a ciência do social, esta deveria ater-se aos fatos sociais, definidos pela “exterioridade em relação às consciências individuais” e pela “ação coercitiva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências”. Segue-se então que o indivíduo e suas particularidades não seriam objeto da Sociologia – tomada como ciência privilegiada para explicação da sociedade humana - mas da Psicologia; a Sociologia não se construiria apesar do indivíduo, mas, sobretudo, para além dele. Explicar a sociabilidade humana e seus procedimentos implicaria no afastamento das questões pertinentes ao indivíduo, sob pena de se sacrificar a própria Sociologia a injunções de extração filosófica, psicológica e mesmo biológica.

O indivíduo constitui-se para Durkheim numa criação social⁵. A condição individual de seres humanos não lhes seria imanente, essa condição nasce com a complexificação social, com o advento de sociedades densas e diferenciadas; sua existência numa sociedade simples é inviável, uma vez que o coletivismo das relações se impõe monoliticamente, monopolizando os comportamentos e mentalidades.

Daí a importância da divisão-do trabalho que impulsiona a diferenciação social e torna possível a existência do indivíduo, determinando o tipo de solidariedade social e a sociabilidade dela resultante.

A consciência individual, considerada sob esse aspecto [da solidariedade mecânica], é uma simples dependência do tipo coletivo e dele decorrem todos os movimentos, como o objeto possuído segue os movimentos que lhe imprime seu proprietário. Nas sociedades onde esta solidariedade é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence ... é literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe....(DURKHEIM, 1978c, p.69)

A solidariedade produzida pela acentuada divisão do trabalho (orgânica) é totalmente diferente. Enquanto a precedente (mecânica) implica que os indivíduos se parecem, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera

⁵ Durkheim deduz uma idéia que manteve por toda a sua vida e que ocupa o centro de toda sua sociologia: a que pretende que o “indivíduo nasce da sociedade e não que a sociedade nasce dos indivíduos” (ARON, 1993, p.301).

própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade... Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes, a unidade do organismo é tanto maior quanto a individualização das partes seja mais acentuada; a sociedade torna-se mais capaz de mover-se como conjunto, ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios.

O advento do indivíduo, todavia, não lhe confere autonomia⁶, pois ele continua sendo uma criação da Sociedade e, como tal, tem não só seu horizonte psico-ontológico limitado por ela, como também suas possibilidades e o uso que faz destas; é o caso, por exemplo, de um dos fenômenos modernos resultantes do individualismo: o suicídio egoísta, “tipo particular de suicídio que resulta de uma individualização desmesurada...”. Essa individualização traz consigo certa desestruturação social, uma vez que o distanciamento entre o indivíduo e a Sociedade resulta em comportamentos destrutivos:

Por mais individualizado que cada um seja, existe sempre qualquer coisa que permanece coletiva, é a depressão e a melancolia que resultam dessa individualização exagerada. **As pessoas se comunicam na tristeza quando não há mais outra coisa que lhes seja comum.** (DURKHEIM, 1988, p.111, ênfase nossa)⁷

Assim, mesmo tais comportamentos têm um enraizamento social, o egoísmo, por exemplo, é ele próprio produto do social:

... os mesmos sentimentos que parecem levar mais em conta a formação pessoal do indivíduo dependem de causas que os ultrapassam! Nosso egoísmo é mesmo, em grande parte, um produto da sociedade. (1988, p.143)

Não se infira daí, porém, que a determinação social dos indivíduos uniformiza as mentalidades e padroniza as condutas; interna à generalidade há uma imensa diversificação, pois:

... uma uniformidade tão universal e absoluta é radicalmente impossível; com efeito, o meio físico imediato envolve cada um de nós, os antecedentes hereditários, as influências sociais de que dependemos variam de um indivíduo para outro e, por conseguinte, diversificam as consciências. (DURKHEIM, 1978b, p.121)

Por outro lado, a Sociedade, como síntese, abarca os indivíduos e suas múltiplas formas de ser, eleva-se autonomamente acima dos seres que a

⁶ Para um comentarista, na visão de Durkheim: “... a sociedade se instala na consciência individual. Forma seus fins propondo valores a essa consciência. Possui, aliás, suas próprias técnicas para exercer duravelmente essa ação, para manifestar-se periodicamente” (PIZZORNO, 1977, p.71).

⁷ Durkheim percebe sensivelmente a melancolia do isolamento... Mas e a angústia da massificação, da integração arrebatadora?

constituem e cria uma dinâmica própria, independente da somatória das características individuais, pois “um todo não é idêntico à soma das partes que o constituem; é algo de diferente cujas propriedades diferem das que revelam as partes de que é composto (DURKHEIM, 1978b, p.139).

Fica patente o procedimento durkheimiano quando aborda os fenômenos sociais por meio do que interpreta ser significativo, a regularidade e frequência de ocorrências dos fenômenos, cristalizadas no tipo médio e nas taxas de ocorrência:

Pois como cada um desses números [total médio de casamentos, nascimentos, suicídios etc.] compreende todos os casos particulares indistintamente, as circunstâncias individuais que podem desempenhar qualquer papel na produção do fenômeno se neutralizam mutuamente e, por conseguinte, não contribuem para determiná-lo. O que cada número exprime é um certo estado da alma coletiva.

Nisto consistem os fenômenos sociais, uma vez desembaraçados de quaisquer elementos estranhos. Quanto as suas manifestações privadas, elas têm realmente algo de social também, uma vez que reproduzem em parte um modelo coletivo; mas cada uma delas depende outrossim, e em grande parte, da constituição orgânico-psíquica do indivíduo, das circunstâncias particulares em que está colocado. (apud CASTRO & DIAS, 1975, p.87)

O indivíduo, em sua existência privada, conserva um algo único - que não é socialmente relevante - mas também é influenciado pelas determinações sociais; mesmo a revolta não se constitui de uma reação individual ao domínio da coletividade, pois quando se revolta manifestam-se condutas prescritas pela Sociedade; e quando o faz, conseqüentemente, opõe ao velho o novo da própria coletividade e por meio de uma contestação institucionalizada: a ciência.

Concebe-se que a rebelião contra a tradição moral como uma revolta do indivíduo contra a coletividade, ou seja, de nossos sentimentos pessoais contra os sentimentos coletivos. Mas o que eu oponho à coletividade - dentro deste conceito de rebelião - é a própria coletividade; uma coletividade, no entanto, com consciência mais elevada de si mesma.

Poder-se-ia dizer que esta consciência mais elevada de si a sociedade não adquire verdadeiramente a não ser dentro de e por um espírito individual? Absolutamente, pois esta consciência mais elevada a sociedade não a consegue senão pela ciência, e a ciência não é algo particular do indivíduo, é um objeto social e impessoal de primeira ordem. (DURKHEIM, 1994, p.101)

Atitudes individuais e suas correspondentes formas mentais (os fenômenos psíquicos) estariam constantemente submetidos à influência da consciência

oletiva, entretanto, são possíveis casos nos quais fazem valer seu conteúdo particular, mesclando-se com fenômenos sociais e dando origem a uma incômoda categoria de fatos, que Durkheim honestamente reporta mas opta por relegá-la ao terreno do acidental, já que desafiam os cânones da análise que empreende; o pressentimento da ruptura da até então óbvia barreira entre o psíquico e o social e, em última instância, do individual e o coletivo, da Psicologia e da Sociologia, leva-o a deixar a questão no âmbito do residual, no limite do irracional.

Os fenômenos psíquicos só podem ter conseqüências sociais quando estão intimamente unidos a fenômenos sociais que a ação de uns e de outros se confundem necessariamente. É o caso de certos fatos sócio-psíquicos. Assim, um funcionário é simultaneamente uma força social e um indivíduo. Daí resulta o fato de poder servir-se da energia social que detém, num sentido determinado pela sua natureza individual, e de poder exercer uma influência sobre a constituição da sociedade. É o que acontece aos homens de Estado e, de uma forma mais geral, aos homens de talento. Estes, ainda que não desempenhem uma função social, adquirem dos sentimentos coletivos de que são alvo uma autoridade que constitui, também, uma força social, e que, em certa medida, podem por ao serviço de idéias pessoais. Mas constata-se que estes casos são devidos a acidentes individuais e, por conseguinte, não poderiam afetar as características que constituem a natureza social, a única que interessa à ciência. A restrição ao princípio enunciado anteriormente não tem portanto uma grande importância para o sociólogo. (DURKHEIM, 1978b, p.143)⁸

Nas palavras de um crítico (LUKES, 1977, p.30-1):

Durkheim estava equivocado em acreditar que seu ataque ao individualismo metodológico e sua defesa da explicação sociológica exigiam que defendesse essa forma extrema de realismo social e sustentasse que os fatos sociais eram *sui generis*, com substrato próprio; bastaria afirmar que poucas atividades humanas podem ser identificadas ou satisfatoriamente explicadas sem referência, explícita ou implícita, a fatores sociais. Além disso, é muito importante perceber que, traçando essa linha extremamente nítida entre o social e o individual, Durkheim estava, mais uma vez, confundindo certo número de distinções (muito) diferentes. Essa dicotomia aparentemente inocente compreende, pelo menos, as seguintes distinções: 1) entre o socialmente determinado e o que é dado orgânica ou biologicamente; 2) entre fatores específicos a sociedade particulares, e traços abstraídos de, ou postulados sobre a natureza humana; 3) entre fatores gerais dentro de uma dada sociedade ou grupo, e os que são particulares a um ou vários

Há que se perguntar se não teriam importância para o sociólogo questões como o papel (individual) de Lênin na Revolução Russa de 1917? Ou o de Vargas na história recente do Brasil?

indivíduos; 4) entre a experiência e o comportamento de indivíduos associados por oposição aos indivíduos isolados; 5) entre obrigações socialmente prescritas e desejos e comportamentos espontâneos; 6) entre fatores provindos de ‘fora’ do indivíduo, e os que são gerados em sua consciência; 7) entre pensamentos e ações dirigidas para objetos sociais ou públicos e os que são puramente pessoais ou privados; 8) entre comportamento altruístico e egocêntrico.

O geral e o particular

Percebe-se que na visão de Durkheim que o indivíduo é determinado socialmente, isto é, tem o limite e o fundamento de seu modo de ser estabelecidos por uma dada Sociedade, em sua configuração própria, o que é – obviamente – um dos pilares da Sociologia, o que não se resume a Durkheim, já que é bastante plausível para o pensamento sociológico que o indivíduo não se situe fora ou além da Sociedade que habita.

Há que se considerar precisamente no autor a relação que o indivíduo mantém com a coletividade. É certo que a Sociologia como ciência deve fundar seus juízos em conceitos, e estes só têm validade heurística se abarcarem a diversidade, se domarem a variedade de fenômenos particulares; no dito hegeliano (herança platônica), não há ciência do particular. Entretanto, se para Durkheim o indivíduo é contido e determinado pela Sociedade – do que pouco se pode divergir – também está todavia diluído na generalidade social, no coletivo, na consciência coletiva.

Como emanção do particular, os indivíduos são passíveis de quantificação, aproximação, agrupamento etc., o que possibilita à Sociologia formular categorias mais amplas para analisar o comportamento humano; o homem certamente não é uma ilha⁹. Mas, no percurso da indução sociológica durkheimiana, o individual esvanece-se até ser totalmente absorvido pelo coletivo, numa operação de terraplanagem social que esmaga as diferenças de modo a destruir as particularidades conceituais, operacionalizando uma teorização funcional que privilegia a Sociedade, a ordem, a consciência coletiva, a moral etc. Nesse percurso, a avalanche generalizadora esvazia os conceitos intermediários e as mediações, relegando ou desconsiderando a importância das partes, dos setores sociais e

⁹ Tal afirmação, vale esclarecer, não pretende negar a viabilidade de métodos “individualistas”, uma vez que mesmo tais métodos não se baseiam na singularidade e sim na particularidade, abordam o social por meio da intersubjetividade individual e não considerando cada indivíduo concreto em si.

suas formas de relação/interação que simplesmente não são funcionais ou assimilatórias, sendo a principal delas o conflito social.

Nesse holismo avassalador o todo – como síntese – assimila os particulares e eleva-se sobre eles, constituindo assim uma supra-realidade, não somente independente mas sobretudo isolada. “(...) um fenômeno coletivo (...) é um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles: está em cada parte porque está no todo, não está no todo por estar nas partes” (DURKHEIM, 1978b, p.90-1).

Numa analogia com a biologia, o autor afirma que “a vida ... reside no todo e não nas partes” (1978b, p.78), ou seja, as partes são apenas argamassa para erigir o todo, elementos que se consumirão no processo, só a finalidade – o resultado – e a totalidade estruturada são epistemologicamente significativas. Morfologia e fisiologia, estática e dinâmica, progresso e Sociedade, são dualidades fundamentais que explicam o social e estruturam a história. Mas onde estão os sujeitos?

Pode-se argumentar seriamente que os indivíduos, para Durkheim, possuem um substrato particular que, embora definidos nos moldes de uma dada sociedade, mantém um conteúdo “privado”, próprio, que não se confunde totalmente com o conteúdo social; e cabe retrucar que esse conteúdo específico, para o autor, não é representativo do social, não é significativo para a análise sociológica, uma vez que não pode ser estendido aos outros indivíduos, não é essencial à vida coletiva, não é substantivo como experiência humana em geral e, não podendo servir à explicação do social, logo, não serve ao entendimento da Sociedade. Só interessaria à Sociologia o que é comum, regular, extensivo aos indivíduos “em geral”, coletivo, ou seja, o que não é “individual” no indivíduo. Mas como cindilo no que é e no que não é socialmente significativo, no que é individual e no que é coletivo nas atitudes e na consciência¹⁰? Curioso que o indivíduo não será significativo no que tem de mais substancial: o papel de sujeito¹¹. É certo que não é apenas nessa situação que o ser humano é sujeito, talvez mesmo, relativizando, seja a situação na qual tem menos eficácia social como agente –

¹⁰ *Este error fundamental de interpretación, debido al desconocimiento de los distintos niveles y a la ignorancia de los conflictos que surgen entre ellos, y que son convertidos en la antinomia sociedad-individuo, este error, há sido puesto en evidencia también por las recientes investigaciones sobre la reciprocidad de perspectivas entre las conciencias (...) la tensión entre los tres polos del Yo, el Otro y el Nosotros, es concebida como uno de los aspectos más esenciales de toda conciencia* (GURVITCH, 1953, p.31).

¹¹ Será que a obra de Goethe, Balzac ou Machado de Assis seria menos importante sociologicamente que o número de contemporâneos seus que escreveram um livro?

isto é, se comparada a situações como a de classes, de gênero, etc. –, ainda assim, é uma condição que não pode ser relegada, já que estruturadora de ações coletivas, pois ao contrário do que possa parecer, estas não prescindem das atitudes – e mentalidades – individuais na sua conformação, mas estruturam-se por meio delas¹².

Peter Berger (1986, p.105, ênfases do autor), carregando nas tintas, pinta um amplo quadro da concepção do autor que:

A seguirmos a concepção durkheimiana, portanto, a sociedade se manifesta como um fato objetivo. Ela **existe**, é algo que não pode ser negado e que se tem de levar em conta. A sociedade é externa a nós. Ela nos cerca, circunda nossa vida por todos os lados. Estamos **na** sociedade, localizados em setores específicos do sistema social. Essa localização pré-determina e pré-define tudo quanto fazemos, desde a linguagem até a etiqueta, desde nossas convicções religiosas até a probabilidade de que venhamos a cometer suicídio. Nossos desejos não são levados em consideração nessa questão de localização social, e nossa resistência intelectual àquilo que a sociedade aprova ou profere adianta muito pouco, na melhor das hipóteses. A sociedade, como fato objetivo e externo, manifesta-se sobretudo na forma de coerção. Suas instituições mudam nossas ações e até mesmo nossas expectativas. Recompensam-nos na medida em que nos ativermos a nossos papéis. Se saímos fora desses papéis, a sociedade dispõe de um número quase infinito de meios de controle e coerção. As sanções da sociedade são capazes, a todo momento da existência, de nos isolar entre os homens, expor-nos ao ridículo, privar-nos de nosso sustento e de nossa liberdade e, em último recurso, privar-nos da própria vida. A lei e a moralidade da sociedade podem apresentar complexas justificativas para cada uma dessas sanções, e a maioria de nossos concidadãos aprovará que sejam usadas contra nós como castigo por nosso desvio. Finalmente, estamos localizados na sociedade não só no espaço, como também no tempo. Nossa sociedade constitui um entidade histórica que se estende temporalmente além de qualquer biografia individual. A sociedade nos precedeu e sobreviverá a nós. Nossas vidas não são mais que episódios em sua marcha majestosa pelo tempo. Em suma, a sociedade constitui as paredes de nosso encarceramento na história.

O expressionismo da ilustração denuncia uma visão desumanizada da Sociedade e da História.

Cumpramos observar, entretanto, em desagravo, que em alguns de seus trabalhos tardios há elementos de problematização dessas questões por parte de Durkheim, mormente em *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912, na qual se pode ler:

¹² Tem-se como lugar comum que uma multidão age diferentemente e independentemente de um indivíduo, não obstante, não consumará ação alguma se cada indivíduo em particular não tomar tal atitude. Geral e particular influenciam-se, são determinações recíprocas.

Se, como acontece ordinariamente, não se vê no conceito senão uma idéia geral, o problema [do papel da sociedade como na gênese do pensamento lógico] parece insolúvel. O indivíduo, com efeito, pode, por seus próprios meios, comparar suas percepções ou suas imagens, separar o que elas têm de comum, numa palavra, generalizar. Portanto, seria difícil perceber por que a generalização seria possível somente na e pela sociedade. Mas, primeiramente, é inadmissível que o pensamento lógico se caracterize exclusivamente pela maior extensão das representações que o constituem. Se as idéias particulares não têm nada de lógico, por que seria diferente em relação às idéias gerais? **O geral não existe senão no particular, ele é o particular simplificado e empobrecido.** Portanto, o primeiro não poderia ter virtudes e privilégios que o segundo não tem. Inversamente, se o pensamento conceitual pode aplicar-se ao gênero, à espécie, à variedade, por mais restrito que ele possa ser, por que ele não poderia se estender ao indivíduo, isto é, ao limite para o qual tende a representação na medida em que sua extensão diminui? (1978a, p. 234-5, ênfase nossa)

Nota-se uma preocupação lógica do autor em não diluir a diversidade do real, não estrangulá-la pelo peso de conceitos paquidérmicos, no entanto, parece haver uma dessintonia entre as conclusões ‘teóricas’ e a aplicação em análises empíricas, ao reconhecimento do indivíduo como agente ativo da construção social. Ainda assim, como exceção a tal afirmação, poder-se-ia considerar suas formulações no libelo em favor de Dreyfus, no famoso caso – embora seja um texto de combate e ocasião – no qual o individualismo é apresentado como um humanismo abstrato.

A Sociedade Leviatã

Segundo Gabriel Cohn, há na obra de Durkheim a busca da integração entre indivíduo e Sociedade, da “comunhão” (Durkheim) entre eles:

... o pensamento durkheimiano é percorrido por uma espécie de utopia não explicitada, em que a sociedade aparece, no limite, como plenitude da participação associada à plenitude da realização pessoal. Não se trata de idéia incompatível com um pensamento social que concebe a liberdade na sua feição mais severa e mais clássica, de capacidade de ser ‘senhora de si’ na sua integração com os outros. Ao mesmo tempo, essa concepção assinala a dimensão trágica do pensamento durkheimiano, vincado pela presença simultânea de um esquema analítico que opera com dualidades irreduzíveis (o individual e o social, o sagrado e o profano e assim por diante) e uma concepção de fundo marcada pelo anseio à unidade íntegra, à plenitude da experiência e da consciência¹⁴. (COHN, 1999, p.36)

Uma outra face da “dimensão trágica” do pensamento durkheimiano reside, talvez, na busca de uma integração que, além de tentar juntar elementos irreduzíveis, subordina-os acintosamente, já que o indivíduo é esvaziado significativamente para atender aos reclames da coletividade. É possível que a ausência de grupos sociais significativos como sujeitos (classes ou estratos) também deva-se a isso, daí o recurso a grupos sociais aglutinadores, integracionistas e consensuais com relação ao todo, esvaziados de qualquer autonomia volitiva, como grupos corporativos, associações etc. O organismo social reclama ordem, coerência, consenso, e toda forma de conflito parece afligir a construção durkheimiana; tem-se então um único sujeito: A Sociedade.

Preocupado com as questões sociais e temeroso em relação ao potencial desagregador de um individualismo radical, Durkheim permaneceu fiel a um certo liberalismo, vislumbrando na Sociedade e não no Estado o núcleo aglutinador:

Uma sociedade composta por uma poeira infinita de indivíduos desorganizados, que um Estado hipertrofiado se esforça por encerrar e conter, constitui uma verdadeira monstruosidade sociológica. Pois a atividade coletiva é sempre muito complexa para poder ser expressa por um único órgão do Estado; além do mais, o Estado está muito longe dos indivíduos, tem com eles relações muito exteriores e muito intermitentes para que lhe seja possível penetrar profundamente nas consciências individuais e socializá-las interiormente. (DURKHEIM, 1978c, p.19)

Elevando-se como um ente superior, geral, acima dos conflitos e das contestações dos particulares, a Sociedade - portadora da consciência coletiva - erige-se como um Leviatã social, um sujeito transcendental¹⁴ que determina, que submete e não é afligido, uma vez que o processo de indução dissolve os particulares no geral descartando o que é dissonante, o que é contestador.

...ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão origem a um ser, psíquico por assim dizer, mas que constitui uma individualidade psíquica de um estilo novo. É portanto na natureza desta individualidade, e não na das unidades

¹³ Ver também Lukes (1977, p. 32): “... essa dicotomia central mas, como vimos, múltipla, entre o social e o individual, num certo sentido, é a pedra de toque de todo o sistema de pensamento de Durkheim”.

¹⁴ Para um exame cuidadoso dessa questão ver Giannotti (1971).

componentes, que se deve procurar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem. (DURKHEIM, 1978b, p.139)

A contestação percebida – e permitida – é apenas a que advém da própria racionalidade da Sociedade, em seu movimento de auto-renovação; a história se faz a partir do desenrolar da ordem, jamais a partir da desordem, da “anomia”.

Esse imenso Leviatã não só instrumentaliza os indivíduos na sua volúpia de existir, como não é construído **por** eles mas **com** eles, e ainda, refaz-se a partir de si, de sua moral e seus valores coletivos, do consumo dos indivíduos pela máquina da ordem.

Tal instrumentalização do indivíduo pode ser definida pelo que Carlos Moya (1977, p.57) nomeou como o “ideal positivo da ‘funcionalidade social do indivíduo’”, a saber, este deve inserir-se organicamente na Sociedade, conforme as necessidades daquela, desempenhando suas funções no sentido da preservação da ordem e harmonização das relações entre os indivíduos. Para Moya (1977, p.74), “o ideal humano durkheimiano postula a plena identificação individual com as normas comuns, com a ordem moral, socialmente vigentes”. O trágico em Durkheim parece consistir num humanismo sem a participação ativa dos homens¹⁵.

Na busca frenética pela explicação do social, dos mecanismos, dos sistemas, das relações, das causas fundamentais e das leis imanentes e implacáveis, a sociologia – muitas vezes – obstinou-se em desvendar os nexos e descuidou do seu “objeto” primordial, o homem, mormente na sua modalidade mais cotidiana, o indivíduo.

Como bem observou Simmel (1977, p.18):

Os destinos individuais ocupavam, outrora, na história, o primeiro plano do quadro. Olhamos agora como sendo a potência verdadeiramente ativa e decisiva as forças sociais, os movimentos coletivos, dos quais a parte que cabe ao indivíduo se deixa raramente destacar com nitidez: a ciência do homem tornou-se a ciência da sociedade humana.

¹⁵ Não é fortuito que Durkheim, ao se declarar socialista, define assim o socialismo: “Chamamos de socialista toda doutrina que proponha a incorporação de todas as funções econômicas, ou de algumas delas, que na verdade estão dispersas; aos centros diretores e conscientes da sociedade” (apud ARON, 1993, p.348).

A sociologia como ciência particular ... abstrai, para disso fazer objeto de uma observação especial, os elementos, o lado puramente social da totalidade da história humana, isto é, do que acontece na sociedade. Em outros termos, e para exprimi-lo com uma concisão um tanto paradoxal, estuda ela, na sociedade, o que não é senão 'sociedade'.

Referências

- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. (Antropologia, 1).
- CASTRO, A. de. ; DIAS, E. F. **Introdução ao pensamento sociológico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.
- COHN, G. (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- COHN, G. **Individualidade e cidadania num mundo dividido**. São Paulo: perspectiva, 1999. v.22.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril, 1978a.
- _____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978b.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril, 1978c.
- _____. **Sociologia**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1988. (Grandes Cientistas Sociais, 1).
- _____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.
- GIANNOTTI, J. A. A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim. **Estudos CEBRAP**, n.1, 1971.
- GURVITCH, G. **La vocación actual de la sociología: hacia una sociología diferencial**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- LUKES, S. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.15-46.
- MOYA, C. **Imagem crítica da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

PIZZORNO, A. Uma leitura atual de Durkheim. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.47-84.

SIMMEL, G. O problema da sociologia. In: BIRBAUM, P. ; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: Hucitec, 1977. p.18-21.

TIMASHEFF, N. **Teoria sociológica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

OS CONCEITOS DE *HABITUS* E CAMPO NA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU¹

Karine Fernandes de CARVALHO²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo situar o pensamento de Pierre Bourdieu no movimento de síntese teórica que marcou a Sociologia do século XX. Destacamos os conceitos de *habitus* e campo como chaves explicativas de sua teoria.

Palavras-Chave: *Habitus*; campo; síntese teórica e Bourdieu.

Abstract: The article studies Pierre Bourdieu's thoughts in the movement of theoretical synthesis that characterized the Sociology of the 20th Century. We show the concepts of the *habitus* and fields as a explanative key of his theory.

Key-words: *Habitus*; fields; teoric synthesis and Bourdieu.

Introdução

O nosso objetivo neste texto é fazer uma exposição, ainda que breve, sobre o pensamento de Pierre Bourdieu. Para tanto, situaremos-lo no movimento de síntese teórica que norteou a sociologia do século XX, assim como pretendemos abordar os dois conceitos chave que dão corpo a sua teoria: quais sejam, *habitus* e campo. O texto é composto de quatro itens substanciais: o primeiro é esta introdução na qual situamos o autor no movimento de síntese, aludido acima, mas também tentaremos caracterizar o que se chama de conhecimento praxiológico. O segundo caracterizar-se-á por uma exposição sobre o conceito de *habitus* e o terceiro será dedicado ao conceito de campo. Por fim, faremos

¹ As idéias contidas neste artigo são frutos das reflexões motivadas pelo Prof. José Maurício Domingues no âmbito da disciplina Teoria Sociologia III, realizada no IUPERJ durante o primeiro semestre de 2002. Agradeço os comentários do Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso e de Nathalie Reis Itaboraí. Todavia, os equívocos aqui cometidos só poderão ser atribuídos à autora.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – 22260-100 – Rio de Janeiro – RJ. Bolsista: CAPES.

algumas considerações em que ressaltaremos as possíveis lacunas deixadas pelo nosso autor e também destacaremos o seu papel como intelectual engajado nos temas políticos do nosso tempo.

A sociologia do século XX foi marcada pelo movimento de síntese teórica das diversas abordagens sobre a vida social. Tal movimento que começa na primeira metade do século e tem como representantes autores como Blum, Schutz e Parsons intensifica-se na década de 1970 (DOMINGUES, 2001) a partir de uma nova nuance que privilegia a superação da fragmentação teórica característica da década anterior. Posto isso, nosso propósito nesta introdução é situar o pensamento de Bourdieu nesse movimento de síntese teórica que marcou a sociologia a partir da década de 70 e que se caracterizou pelo desejo de romper com as teorias calcadas nas polarizações³ e fragmentação.

Passaremos agora a uma caracterização do que pensamos ser os aspectos centrais do pensamento de Pierre Bourdieu, que segundo Domingues (2001) deu início a sua carreira intelectual como antropólogo e foi fortemente influenciado pelo estruturalismo de Lévi-Strauss; caminho este que vai abandonando paulatinamente ao direcionar-se no sentido da construção de seu arcabouço conceitual e metodológico próprio. Será com as noções de *habitus*⁴ e campos que ele vai lançar-se numa espécie de pós-estruturalismo. Mesmo assim quando se trata de pensar a estrutura e a ação na obra de Bourdieu, segundo Domingues (2001) percebemos que há uma preponderância da estrutura sobre a ação. No entanto, a ação faz-se importante ao passo que ela informa o comportamento dos atores, pois

... estes [atores] são de algum modo criativos, seja devido a pequenas e incrementais modificações no próprio *habitus*, seja pelo comportamento heterodoxo ao criar ou modificar radicalmente os sistemas sociais que Bourdieu define em termos de campos de poder e capital. (DOMINGUES, 2001, p.60-1)

A teoria de Bourdieu coloca como problemática a mediação entre a sociedade e o agente social. Sendo assim, ele se propõe a romper com a separação entre dois tipos de conhecimento polares e antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia. Enquanto o primeiro constrói as relações objetivas que

³ Polarizações do tipo da ação e da estrutura ou dos sistemas

⁴ O conceito de *habitus* é desenvolvido pela primeira vez por Bourdieu & Passeron, 1975.

estruturam as práticas individuais, a fenomenologia parte da experiência primeira do indivíduo.

Para resolver esta questão, Bourdieu propõe um novo tipo de conhecimento que se diferencia dos anteriores e pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social. A este tipo de abordagem epistemológica, nosso autor vai denominar de conhecimento praxiológico, que teria por objeto o sistema de relações objetivas construídas pelo conhecimento objetivo, assim como as relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las.

Trata-se da retomada da controvérsia proposta por Sartre em *Questão do Método* e de reequacionar o problema da “interiorização da exterioridade” e da “exteriorização da interioridade”. Sartre resolve o problema da mediação entre sujeito e mundo objetivo através da noção de projeto que destaca a especificidade de uma ação colocada no tempo futuro. Já Bourdieu vai recuperar a idéia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado.

No sentido empregado pela escolástica, o hábito era concebido como um *modus operandi*, ou seja, como disposição estável para operar numa determinada direção e, através da repetição, o hábito tornava-se uma segunda dimensão do homem, o que assegurava a realização da ação considerada. Bourdieu reinterpreta a noção de *habitus* no interior do embate entre objetivismo e fenomenologia definindo-o como um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (ORTIZ, 1994, p.15).

O *habitus* é ao mesmo tempo social e individual. Ele refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. E, por isso, o *habitus* foi considerado por Bourdieu o elemento de mediação entre a sociedade e o indivíduo.

Ao criticar o objetivismo e a fenomenologia, Bourdieu propõe uma teoria da prática na qual o agente social é sempre considerado em função das relações objetivas que regem a estruturação da sociedade global. A prática é definida como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. A situação particular que enfrenta um ator social específico encontra-se, portanto, objetivamente estruturada; a adequação entre o *habitus* e essa situação permite,

desta maneira, fundar uma teoria da prática que leve em consideração tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade.

E é neste momento que entra a noção de campo como o espaço onde as posições dos agentes são *a priori* fixadas e é também o local onde se trava a concorrência entre os atores objetivando a realização de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Com isso, quer-se dizer que todo ator age no interior de um campo social determinado e, desta maneira, resolve-se o problema da adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade.

Depois de feita essa introdução ao pensamento de Bourdieu enfatizando a construção de um conhecimento praxiológico pautado no *habitus* como elemento de mediação entre o mundo objetivo e o indivíduo passamos para a exposição dos conceitos de *habitus* e campo, conceitos estes que são a chave explicativa para a teoria de Bourdieu.

HABITUS: do rompimento com o estruturalismo ao primado da razão prática

O conceito de *habitus*, segundo Bourdieu, exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência apoiou-se. Nosso autor está fazendo menção ao dilema epistemológico que polariza de um lado o objetivismo e de outro o subjetivismo. Nas palavras de Bourdieu “tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico” (BOURDIEU, 1989, p.61). O uso da noção de *habitus* significa para Bourdieu uma forma de rompimento com o estruturalismo e sua filosofia da ação.

Bourdieu pretendia pôr em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente. O *habitus* é um conhecimento adquirido, um capital e indica uma disposição incorporada, quase postural. Em resumo, indica a essa disposição incorporada de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” (idealismo de Fichte) ou o “lado ativo” (como Marx, nas *Teses sobre Feuerbach*). A intenção teórica em relação ao uso do conceito de *habitus* “era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções do objecto” (BOURDIEU, 1989, p.62).

Feita essa justificativa do porquê do uso da noção de *habitus*, passemos a uma caracterização desta noção.

A noção de *habitus* é concebida a partir da idéia de

(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU apud ORTIZ, 1994, p.61)

Partindo da citação acima, temos que o *habitus* é um estado particular da estrutura e deve ser encarado como um sistema de disposições duráveis e transferíveis e, que, ao integrar todas as experiências passadas funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações, ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma e graças a correções incessantes dos resultados obtidos.

O *habitus* é um princípio operador que leva a termo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. As práticas devem ser entendidas como o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas. Além disso, temos que o *habitus* está no princípio de encadeamento das ações, que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de algum modo, o produto de uma verdadeira intenção estratégica.

Com isso, temos que o *habitus* é uma estrutura (estrutura estruturada e estruturante) que se encontra no corpo do indivíduo e não na consciência e que dita as regras práticas para a sua ação, e, além disso, ele reproduz as estruturas sociais. Ou seja, o *habitus* é responsável por manter a memória e é o portador de uma inventividade que se encarrega da criatividade da ação. Desse modo, é encarregado da criatividade e da ação. Pensando hierarquicamente, “o *habitus*, assim, responde pelo pólo da ação, em grande parte pela memória social e, mais modestamente, pela criatividade e pela memória social” (DOMINGUES, 2001, p.59).

Além disso, ele constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração de grupos ou das classes. Isso leva-nos a pensar que um *habitus* em comum confere às classes o *status* de coletividade.

Diante disso, resta-nos saber quem são os portadores do *habitus*, na medida em que ele é visto nos termos de uma competência adquirida junto a um grupo ou classe homogêneos e, portanto, capazes de atualiza-lo e expressa-lo através de suas práticas. Os portadores do *habitus* são os indivíduos sociais que constituem grupos ou classes em virtude de uma posição presente e passada na estrutura social. Esses indivíduos agem dentro da estrutura social de acordo com o que lhes foi ensinado no interior da família e posteriormente aprimorado pelos *habitus* aprendidos na escola, já que Bourdieu considera a socialização como um processo que se desenvolve ao longo de uma série de produções de *habitus* distintos. E assim, a ação pedagógica na primeira fase de formação do agente é vista como produtora de um hábito primário, característica de um grupo ou de uma classe que está no princípio da constituição de outro hábito. Temos com isso, que o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares.

CAMPO: o espaço social das relações objetivas

Antes de desenvolvermos nossas considerações sobre a noção de campo, é interessante observarmos que ela deriva de inspiração direta da obra de Max Weber, em especial no que diz respeito à “sua tese sobre a diferenciação das esferas sociais e de especialistas com o advento da modernidade, o que seria um dos elementos do processo de racionalização que se apresentava como crucial para o desenvolvimento do Ocidente” (DOMINGUES, 2001, p.59-60).

A noção de campo é conceituada por Bourdieu como sistemas sociais em que cada agente tem uma posição fixada *a priori*. Além disso, o campo é definido como o *locus* da disputa entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam o campo em questão.⁵ Em poucas palavras, o *locus* pode ser definido como o espaço social de relações objetivas (BOURDIEU, 1989).

⁵ Como exemplo temos que no campo da ciência a disputa ocorre em torno da autoridade científica; no campo artístico, isso ocorre em torno da legitimidade dos produtos artísticos, e assim por diante, posto que cada campo organiza-se em torno de uma área de disputa.

Bourdieu nos revela que para construir a noção de campo teve que transcender a análise do campo intelectual como universo relativamente autônomo de relações específicas, isso implica dizer que as relações visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual tinham obscurecido as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes que determinam a forma de tais interações. Com isso, a primeira elaboração consistente da noção de campo teve origem na leitura dos escritos de Max Weber dedicados à sociologia da religião. Ao criticar a visão interacionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber, Bourdieu propõe uma construção do campo religioso como uma estrutura de relações objetivas que aquele autor descrevia em forma de uma tipologia realista. Nas palavras de Bourdieu:

Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo – alta costura, literatura, filosofia, política, etc. – mas também às invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como ‘casos particulares do possível’. (1989, p.66)

O que faz com que uma mesma definição de campo seja aplicada para todos os campos da vida social é que há homologias estruturais e funcionais entre todos esses campos, ao invés de funcionarem como simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão. Essas homologias que há entre os diversos campos se manifestam em termos de poder, composição e volume do capital, que pode ser passado de um *locus* para outro.

Desse modo, para pensar a homologia entre os diversos campos especializados da vida social moderna marcada pela diferenciação é preciso lançar mão da sociologia relacional, definida por Bourdieu, segundo Domingues (2001). Na verdade, os campos são os espaços nos quais se definem as relações de poder (relação que se dá entre posições de poder no campo e não entre os atores) e mais ainda, os próprios campos são definidos e assentam-se em relações de poder.

Quando definimos a sociologia de Bourdieu como relacional é necessário explicitar o papel que a noção de campo desempenha em tal sociologia. Antes de tudo, o campo é um artifício metodológico que permite a apreensão das diversas faces do social. Por isso, precisamos pensar relacionalmente, ou seja, entender a relação de um campo com os outros. De acordo com Bourdieu:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista (...): é preciso pensar relacionalmente. (1989, p.27)

Posto nestes termos é necessário explicitar como são criados os campos e como são estabelecidas as relações em seu interior. A criação dos campos é efetivada por indivíduos⁶ portadores de uma perspectiva heterodoxa do mundo e que são capazes de estabelecer novos conteúdos e novas relações de poder entre os atores. A partir disso surgem os variados campos que compõem o social: o econômico, político, literário, científico, jurídico, etc.. A particularidade do campo deve-se ao fato de que ele é um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, que determina a posição que um agente específico ocupa no seu interior. Esse *quantum* é determinado por Bourdieu como capital social.⁷

O campo é constituído por estruturas; e são essas estruturas que reproduzem as hierarquias que definem um determinado campo. Portanto, este é o princípio do movimento perpétuo que anima esse campo e que reside na luta produzida pelas estruturas constitutivas do mesmo.

A estrutura do campo se monta em torno de dois pólos, o dos dominantes e o dos dominados. O pólo dominante é ocupado por aqueles agentes que possuem o máximo de capital social, já os agentes que se situam no pólo dominado são definidos pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão. Diante disso, temos que o que define o campo como o espaço social das relações objetivas é que cada agente orienta as suas estratégias em função da posição que eles detêm no interior do campo, a ação se realizando sempre no sentido da maximização dos lucros. A tendência do agente é investir em determinado tipo de capital, procurando sempre uma maneira de acumula-lo o mais rapidamente possível. Tal investimento

⁶ Um exemplo disso é o líder carismático de Max Weber que é considerado a força revolucionária criadora da história.

⁷ O termo capital está fazendo analogia com o capital de Marx, contudo há que fazer a diferença entre os dois. Enquanto Marx define o capital como o conjunto das relações sociais, portanto algo abstrato, Bourdieu pensa o capital social como algo concreto e que define as relações de poder.

⁸ Mais uma vez estamos diante da influência da sociologia da religião de Max Weber sobre o pensamento de Bourdieu.

depende evidentemente de sua posição atual e potencial no interior do campo. Em suma, não há uma neutralidade das ações, pois toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses em jogo.

O par, dominados e dominantes, que divide o campo social (e suas variantes) implica distinção entre ortodoxia e heterodoxia⁸. Ao pólo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado e, ao pólo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo. Os agentes que se situam junto à ortodoxia devem, para conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação.

Os que fazem parte do pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de subversão, o que implica um confronto permanente com a ortodoxia. No entanto, a contestação é puramente simbólica, já que para Bourdieu ela situa-se ao nível dos rituais e não apresentam perigo aos poderes que estruturam o campo. Na verdade, ortodoxia e heterodoxia, embora sejam antagônicas, fazem parte dos mesmos pressupostos que comandam o funcionamento do campo. Contudo, a convivência entre os dominantes e os dominados determina o consenso a respeito da situação, ou seja, o que merece ou não ser levado em consideração. É esse consenso que encobre muitas vezes o fato de ser o mundo social um espaço de conflitos, tornando assim a dominação suave.

E por fim, resta-nos ainda acrescentar que as noções de consenso, ortodoxia, heterodoxia, estratégias de conservação e subversão acentuam o aspecto de reprodução do campo social, e, que através das relações de poder no interior do campo reproduzem-se outras relações que lhe são externas, o que permite apreender as relações que se estabelecem entre um campo específico e a estratificação da sociedade em classes ou em frações de classe.

Considerações Finais

O presente artigo teve como proposta fazer uma exposição da obra de Pierre Bourdieu, tentando identifica-la no movimento teórico de síntese que dominou a Sociologia das últimas décadas do século XX. Todavia, concentramo-nos na exposição dos conceitos de *habitus* e campo por serem a porta de entrada para uma síntese do pensamento de Bourdieu.

O primeiro é definido por ele como uma estrutura estruturante que se herda no interior da família e dependem do lugar que o indivíduo ocupa na estrutura social. Já a noção de campo é definida como o espaço de manifestação das relações de poder entre dominantes e dominados. Enquanto o *habitus* tem como portadores os indivíduos sociais que constituem grupos ou classes em virtude da posição que ocupa na estrutura social, o campo surge como criação de indivíduos particularmente importantes que estabelecem novos conteúdos e novas relações de poder entre os atores. Contudo, de acordo com Domingues (2001, p.67):

Vale observar que a obra de Bourdieu tem grandes dificuldades para lidar com a história, sendo que o próprio surgimento dos ‘campos’ e dos ‘habitus’ respectivos que os estruturam e são por eles estruturados não recebem tratamento condizente com sua relevância teórica. No máximo, temos descrições empíricas e formulações que incorporam da sociologia da religião weberiana a idéia de ‘heterodoxias’ que fundam ou transformam esferas diferenciadas de poder e simbólicas, e ainda uma absorção, em parte mais uma vez via Weber, da idéia de ‘diferenciação social’ crescente.

Importa ainda ressaltar que apesar de *habitus* e campo figurarem na teoria de Bourdieu como unidade de análise, não nos ficou claro como essas duas categorias articulam-se. De acordo com Domingues (2001), essas categorias não são analíticas, mas sim categorias concretas e descritivas, mostrando dessa forma certa limitação teórica na obra de Bourdieu.

Apesar dessas lacunas que foram indicadas, o mérito de Bourdieu está em envolver-se com a tarefa de sintetizar um grande número de correntes do pensamento sociológico e não apenas isso, mas de ultrapassar os reducionismos e unilateralidades características dessas correntes.

Isto posto, resta-nos ainda ressaltar que nosso autor não separa a discussão teórica da prática empírica da pesquisa, sem deixar de lado o tratamento de temas atuais e políticos do mundo extra-academia, o que o torna um dos mais importantes pensadores desse final de século. Nos anos 90, Pierre Bourdieu destacou-se por sua militância política, conclamando os intelectuais ao engajamento e criticando outros intelectuais como tecnocratas. Nesse período ele discute a questão de gênero (*A condição Masculina*) e a relação entre o intelectual e a mídia (*A Televisão*), publica a *Miséria do Mundo*, livro no qual os dominados ganham voz.

A partir de então Bourdieu construiu uma imagem de intelectual engajado, que participou ativamente dos debates contra a globalização e o neoliberalismo, fez duras críticas à política estadunidense, critica também o conceito de pós-modernidade e o xenofobismo, escreve e faz palestras para sindicalistas, grevistas, movimentos sociais, desempregados, imigrantes, clandestinos, enfim, para todos aqueles que sofrem com a atual miséria do mundo. E assim, preocupando-se com os excluídos, termina a brilhante carreira de um dos mais importantes pensadores do mundo contemporâneo, o sócio-pólogo, criador de conceitos e o militante político, engajado na construção de um mundo mais justo.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

AS IGREJAS PENTECOSTAIS NO CONTEXTO URBANO ARARAQUARENSE: DADOS DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA¹

Caroline Hilário MACEDO²

Resumo: Este artigo pretende abordar uma discussão que possibilite averiguar as relações entre pentecostalismo e contexto urbano, seguindo os meandros da concorrência religiosa em uma cidade de médio porte do interior paulista. Serão apresentados alguns dados obtidos em uma pesquisa etnográfica que teve por objetivo o estudo de quatro templos de distintas denominações pentecostais no município de Araraquara, SP. A preocupação nessa pesquisa foi enfocar a faceta mais moderna do campo pentecostal, decorrendo daí a ênfase no neopentecostalismo³. A partir de então, pôde-se estabelecer um perfil de como um *mercado religioso* interpentecostal configura-se nesta cidade e quais as condições de concorrência os grupos neopentecostais encontram e criam dentro desse mercado. O presente trabalho parte de uma possível especificidade do *campo* pentecostal dentro do contexto de uma cidade do interior paulista que passa por um processo inicial de metropolização. Sendo assim, pautamos em duas premissas: a da existência de uma pluralidade religiosa inerente ao contexto urbano moderno, e de que as igrejas pentecostais apresentam-se enquanto instituições caracterizadas por um crescimento dinâmico, sendo essas organizações que articulam distintas estratégias em variadas esferas, a saber, social, política e cultural.

Palavras-chave: Pentecostalismo; contexto urbano; concorrência religiosa.

Abstract: The article intends to focus on the relationship between Pentecostalism and urban context. It still shows the religious competition in a middle-sized city in São Paulo state. It presents several comments about four Pentecostal churches in Araraquara

¹ Pesquisa de Iniciação Científica que durante o período decorrente de março a dezembro de 2001, contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara-SP. Bolsista: CNPq.

³ Conceito utilizado pelo sociólogo Ricardo Mariano (1999) e adotado neste trabalho.

(São Paulo' state). It can be considered an ethnographic research. The concern was to show a new face of the Pentecostal church, therefore, neo Pentecostal. As results, the article shows how the Interpentecostal religious market is in Araraquara and their competition.

Key-words: Pentecostalism; urban context; religious competition.

Introdução

Embora outros pesquisadores já tenham realizado estudos acerca das diferentes vertentes pentecostais, tendo observado a realidade dos grandes centros urbanos, partimos da hipótese de que haja certas especificidades do campo pentecostal, que podem estar relacionadas ao contexto de uma cidade de médio porte do interior paulista em processo de metropolização, o que implicaria em possíveis novas configurações de fenômenos já observáveis em grandes centros urbanos, dentre eles a definição de um campo concorrencial religioso mais amplo. Nesse sentido, pressupomos que a especificidade de tal caso encontra-se numa possível síntese nova que resultaria da ocorrência desses fenômenos dentro do contexto de realidades locais preexistentes – seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos, etc. Desse modo, estaríamos à procura das particularidades de uma dada realidade local – a dinâmica do campo pentecostal de Araraquara –, buscando revelar nosso objeto não como um caso “típico” ou “médio”, mas em caso revelador de outros arranjos ou configurações possíveis. A escolha do enfoque particular no neopentecostalismo deve-se à posição peculiar que os dois templos com essa denominação assumem dentro da realidade social recortada, qual seja, a realidade do município de Araraquara. A observação das denominações pentecostais mais tradicionais possibilitou a composição de um campo de estudos mais abrangente, onde o estudo dessas igrejas possibilitou iluminar e equacionar melhor o comportamento das denominações neopentecostais nessa cidade. Sendo assim, esperamos dar base para outros estudos acerca do campo pentecostal em cidades de médio porte do interior paulista.

Foi realizado um trabalho de campo por meio da observação participante, embora em moldes diferentes do modelo clássico⁴, por se tratar de uma análise centrada em uma sociedade complexa, onde estão presentes

⁴ Sobre o modelo clássico de trabalho etnográfico, ver Malinowski (1978).

as dificuldades do estranhamento frente ao objeto de estudo e a necessidade da transformação “do familiar em exótico” (DAMATTA, 1978; VELHO, 1980), o que exige um cuidadoso tratamento metodológico. Utilizamos, tendo em vista as mediações necessárias, o método comparativo (MELATTI, 1978, p.43-58), que no projeto de iniciação científica se revelou de grande proveito. O *corpus* esteve constituído por dados primários, por meio da realização de entrevistas com “informantes-chave”, bem como por dados secundários, com a coleta de material impresso, inclusive publicações oriundas das próprias denominações, observação de programas evangélicos na TV e, no caso da IURD, acompanhamento do site da *Folha Universal* pela Internet. A utilização dos relatos da mídia ajudam a acompanhar a construção de um imaginário formado a partir dos grupos pentecostais, tanto no sentido de como a sociedade os enxerga quanto no sentido da imagem que esses grupos produzem de si mesmos. Os resultados foram analisados qualitativamente, mediante o conjunto do *corpus* e sua interlocução com a bibliografia utilizada. Através de tais instrumentos, pôde ser constituído o corpo de dados apresentado adiante.

Algumas considerações acerca dos conceitos *mercado religioso e campo*

Ruben Oliven (1985) já abordara a religião e a pluralidade religiosa como fatores importantes e passíveis de análise dentro da Antropologia Urbana, com base na composição cultural do contexto urbano. Nesse sentido, um dos pressupostos do presente trabalho é que o “mercado religioso” é um fenômeno constitutivo do contexto urbano moderno, em decorrência da pluralidade religiosa que ele proporciona e abarca, sendo mais correntemente definido enquanto um mercado de ofertas de bens simbólicos, de serviços mágicos e religiosos, frente a um contingente de grupos sociais que *a priori* demandam por soluções mais imediatistas para problemas tanto espirituais quanto materiais, remetendo a questão aos paradoxos presentes da conversão religiosa (MONTERO, 1999).

Pierre Bourdieu (1974, p.44-5) atribuirá a esses serviços mágicos-religiosos as seguintes características

(...) visam objetivos concretos e específicos, parciais e imediatos (em oposição aos objetivos mais abstratos, mais genéricos e mais distantes que seriam os da religião); estão inspiradas pela intenção de coerção ou manipulação dos poderes sobrenaturais (em oposição às disposições contemplativas da 'oração', por exemplo); e por último, encontram-se fechadas no formalismo e no ritualismo do **tomá lá dá cá**. (grifo do autor)

Partindo de elementos retirados, sobretudo de Durkheim e Weber, o autor apresenta um dado campo simbólico, no caso o campo religioso, em termos de um conflito típico-ideal entre agentes encarregados de produzir, veicular e consumir um certo tipo de bens (simbólicos). Segundo o autor, o conjunto das transformações tecnológicas, econômicas e sociais, em correlação ao desenvolvimento urbano, bem como a divisão do trabalho, proporcionaram as condições que levariam à constituição de um campo religioso relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas (BOURDIEU, 1974, p.34). Para esse autor

(...) as relações de transação que se estabelecem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas [aqueles que detém o monopólio do capital religioso e a gestão dos bens de salvação] e os leigos, e as relações de concorrência que opõem os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e também das transformações da ideologia religiosa. (BOURDIEU, 1974, p.50)

Entretanto, faz-se necessário apontar que foi priorizada a noção de **campo** em detrimento da noção de **mercado**, no que concerne ao recorte metodológico. Entendemos que para uma análise em que foram utilizados referenciais teóricos encontrados em variados campos de investigação das Ciências Sociais, como a antropologia, sociologia e também a geografia da religião, como veremos adiante, a noção de **mercado** apresenta-se mais como uma forma de abordagem (variando da adjetivação à substantivização do termo), ou como uma metáfora, do que propriamente um conceito claramente delineado. Nesse sentido, nossa opção pelo conceito de **campo** possibilita uma investigação em níveis mais amplos acerca do fenômeno pentecostal.

Para Bourdieu (2000, p.69), “Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta (...) é explicar, tornar necessário (...) os atos dos produtores e as obras por ele

produzidas”. Assim, torna-se possível abarcar o campo pentecostal também em sua dimensão simbólica.

Os novos pentecostais: mudanças na dinâmica do seu campo (pentecostal)

Afim de ressaltar a versatilidade do pentecostalismo brasileiro, bem como as marcas que cada igreja carrega da época em que surgiu, Paul Freston (1994) compreende esse fenômeno religioso dividindo-o em três ondas de implantação dessas igrejas no país, sendo que a primeira onda ocorre na década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911). Segundo Freston, esse é o momento da origem mundial e expansão do pentecostalismo para todos os continentes. A segunda onda realiza-se nos anos 50, quando surgem a Igreja Evangelho Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962); essa onda começa com a urbanização e a formação de uma sociedade de massas, o que teria possibilitado que houvesse um crescimento pentecostal. A terceira onda tem início na década de 70, ganhando força na década de 80, quando surgem a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), período em que ocorre a modernização autoritária do Brasil, especialmente na área das comunicações, quando a urbanização atinge dois terços da população (FRESTON, 1994, p.71-2).

A partir da análise da dinâmica histórico-institucional do campo pentecostal, também podemos classificar essas três fases em três vertentes, sendo elas: o pentecostalismo clássico, o deuteropentecostalismo e o neopentecostalismo (MARIANO, 1999, p.23). O pentecostalismo clássico de início era composto majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, sendo caracterizado por um anticatolicismo, pela ênfase no dom das línguas, a crença na volta de Cristo e na salvação paradisíaca, além de um sectarismo radical e de um ascetismo de rejeição do mundo exterior. Não obstante, atualmente seu perfil social vem se modificando parcialmente. Tal modificação, como, por exemplo, seu ingresso na política partidária e busca por visibilidade pública, sinaliza uma tendência à acomodação social e à dessectarização. Com relação à segunda onda, a ênfase teológica no dom da cura divina, a partir dos anos 50, acelerou o crescimento e a diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro (MARIANO, 1999, p.29-31). Em se tratando da terceira onda pentecostal, Mariano (1999) destaca

três aspectos fundamentais: a exacerbação da guerra espiritual contra o diabo; a pregação enfática da Teologia da Prosperidade⁵; a liberalização dos usos e costumes estereotipados de santidade. Deste modo, a vertente neopentecostal diferencia-se mais acentuadamente das vertentes precedentes, sendo também importante destacar que, a princípio, esta vertente teria se fixado mais fortemente no estado do Rio de Janeiro, enquanto que a difusão das vertentes pentecostais tradicionais seria mais ampla no estado de São Paulo (MARIANO, 1999). Este último dado será particularmente relevante quando passarmos à observação do caso de Araraquara.

A partir desses referenciais, constatamos que o crescente debate acerca do segmento religioso pentecostal ocorre pela forma rápida com que esse está se expandindo, consolidando e ganhando visibilidade, bem como pelas transformações que tal consolidação traz em seu bojo. Dentro deste contexto, as igrejas neopentecostais suscitam hoje um dos debates mais recentes nas Ciências Sociais no que concerne ao campo da religiosidade urbana e seus fenômenos, dentre eles a configuração de um “mercado religioso” (MARIANO, 1999; PIERUCCI & PRANDI, 1996). Ademais, o neopentecostalismo representa a vertente pentecostal que mais cresceu nas últimas duas décadas, sobretudo por meio de sua inserção nos meios de comunicação de massa, principalmente no que se refere à TV, fator este que além de propiciar sua rápida expansão e consolidação, vem chamando à atenção em diferentes esferas sociais como a da política e da comunicação.

O crescimento notável do culto evangélico indica a ocorrência de mudanças no cenário religioso brasileiro, evidenciando-se, por um lado, o contraponto de um processo de laicização característico da vida moderna nos centros urbanos (no qual cresce o número de pessoas que se dizem “sem religião”) e de outro lado, uma mudança cultural, que leva uma parcela crescente de pessoas a aderir a

⁵ “A Teologia da Prosperidade subverte radicalmente o velho ascetismo pentecostal. Promete prosperidade material, poder terreno, redenção de pobreza nesta vida. Ademais, segundo ela, a pobreza significa falta de fé (...)” (MARIANO, 1999, p.153). Podemos traçar um paralelo entre a Teologia da Prosperidade e a questão da “predestinação” da teologia do protestantismo histórico abordada por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Enquanto que no protestantismo histórico a predestinação era um fator fundamental que justificava, entre outras coisas, os atributos materiais dos fiéis, e que, contudo, era estendido apenas a algumas pessoas, os predestinados, a Teologia da Prosperidade subverte essa matriz protestante, trazendo para si um novo elemento: o pacto. A idéia de um pacto feito diretamente com Deus, geralmente através das doações (que estão atreladas a noção de sacrifício), possibilita que qualquer pessoa, não apenas os “predestinados”, alcancem e gozem as bênçãos divinas; inclusive e, neste caso, principalmente, as materiais.

“novos” deuses, ou então, redescobrir seus velhos deuses em novas maneiras (PIERUCCI & PRANDI, 1996, p.10)⁶.

As igrejas pentecostais em Araraquara

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991 revelou a existência de 13.189.282 evangélicos (8,98%) na população brasileira. A cifra mostra que na década de 80, os evangélicos cresceram 67,3%, 2,8 vezes mais do que a população brasileira (...) Projetando a taxa de crescimento anual (5,18%) destes religiosos na década de 80 para 1998, encontramos cerca de 20 milhões de evangélicos no país. (MARIANO, 1999, p.10)

Segundo os dados apresentados pelo IBGE, relativos ao Censo 2000, cerca de 1200 novas denominações religiosas foram constatadas, dentre essas, aproximadamente 70% são igrejas pentecostais evangélicas. A proporção de evangélicos no país, extraída pelo censo, mostra que em relação a 1991 houve um aumento de 70,7% dessa população. Deste modo, o Brasil apresenta atualmente 26,1 milhões de evangélicos (ESCÓSSIA, 2002).

Em se tratando de Araraquara, cidade com cerca de 180 mil habitantes, a estimativa é de que o município possua 15 mil evangélicos e 150 templos concentrados principalmente em bairros periféricos, sendo que, desse total, 40 são templos da Assembléia de Deus, 16 são da Igreja Evangelho Quadrangular, apenas 1 templo é da Igreja Universal do Reino de Deus e 1 também da Igreja Internacional da Graça de Deus (MACEDO, 2001b). Ressalta-se que durante a pesquisa de campo, estas foram as quatro denominações observadas, sendo a primeira do pentecostalismo clássico, a segunda do deuteropentecostalismo e as duas últimas neopentecostais. Não obstante, há que se destacar que enquanto os templos das duas vertentes mais tradicionais encontram-se pulverizados em bairros mais periféricos, os dois templos neopentecostais estão estabelecidos na região central desta cidade. Com base nesses dados, podemos afirmar que dentro do campo pentecostal araraquarense, as igrejas das distintas denominações evangélicas observadas ocupam posições diferentes, umas em relação às outras dentro deste quadro, especialmente em se tratando das duas igrejas neopentecostais estabelecidas no município.

⁶ Sobre a questão, ver também Machado & Mariz (1997).

A partir de análise qualitativa dos dados, podemos dizer que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) evidencia um lento, embora contínuo, processo de consolidação, buscando reforçar-se por meio de um forte apelo à evangelização, em meio a um contexto que exige que tal igreja trabalhe com um quadro flutuante de membros, sendo essa uma das dificuldades mais aparentes neste caso.

Uma obreira (uma das mais antigas da Igreja Universal de Araraquara), em depoimento feito, disse ser muito difícil saber ao certo quantos eram os fiéis daquela igreja, pois muitas pessoas passavam por ela durante os vários cultos, sendo que dentre essas muitas acabavam não voltando: “tem sempre gente chegando e saindo”. Entretanto, essa instabilidade estende-se também aos pastores do templo, sendo que nesse mesmo depoimento a obreira afirmou existir uma constante rotatividade com relação aos pastores, o que acontece, segundo ela, para evitar que ocorram identificações entre estes e os fiéis. Em suas palavras, quando uma pessoa entra para a IURD, ela está “em busca da verdade” e de uma “mudança para suas vidas”. Muitas dessas pessoas, ao alcançarem essa “mudança”, ou graças poderiam atribuí-la como sendo obra do pastor e não de “Jesus Cristo”. Ainda segundo esse depoimento, poderia ocorrer de “alguém vir a se irritar” com o pastor, “não procurando entender que tal coisa não foi conseguida por culpa da própria pessoa” e, é claro, por culpa “do diabo”. Portanto, esse poderia ser um fator explicativo da grande rotatividade dos pastores; com isso evitar-se-ia, tanto um apego excessivo a um pastor em particular, quanto possíveis conflitos entre fiéis e ele. Embora a obreira não tenha conseguido explicar o tempo de permanência médio desses pastores no templo, nem os critérios estabelecidos para que ocorressem as mudanças, a única certeza que podemos ter a esse respeito é que a padronização da igreja, bem como a dos cultos, facilita as transferências (MACEDO, 2002).

Pudemos constatar, neste último caso, uma polêmica envolvendo a Igreja Universal de Araraquara que acabou levando à transferência de um pastor, fato este noticiado pela mídia local e que estava relacionado ao caso de um fiel, que arrependido de ter feito uma doação à igreja, entrou na justiça para reaver o dinheiro. Algum tempo após o ocorrido, a Igreja Universal transferiu-se para outro local (fato este mais relacionado às suas estratégias de visibilidade, mas que acabou culminando com o acontecimento), alterando também seu quadro de pastores. Durante um dos cultos observados, o novo pastor fez ameaças a supostas pessoas que eventualmente pudessem estar filmando a reunião, alertando

os fiéis de que a “imprensa marrom” – leia-se toda e qualquer imprensa que não a da própria igreja – estava perseguindo a Universal de Araraquara atrás de notícias sensacionalistas. O mesmo pastor chegou a mencionar que com a troca de pastores muitas pessoas haviam saído da igreja, assim como por ocasião de “falsos testemunhos” que ex-membros estavam levando às rádios da cidade; pediu, ainda, para que as pessoas “não dessem ouvidos às calúnias”, justificando que “Deus trabalha dessa forma, trocando sempre seu povo”, ou seja, afastando os incrédulos e “adotando” outras pessoas, realmente fiéis. Isto não deixa de ser uma resposta, fundamentada teologicamente, aos membros da igreja quanto à grande flutuação de pessoas no templo e, não obstante, quanto à rotatividade de pastores (MACEDO, 2002).

Tanto a mudança de local quanto a mudança de pastor acabaram por alterar a dinâmica dos cultos realizados por tal igreja. No que se refere ao novo pastor, um ponto bastante enfatizado foi o aumento considerado dos exorcismos, em detrimento à diminuição da utilização dos cânticos nos cultos, sendo que, anteriormente, estes ocorriam constantemente, tornando-se mais esporádicos.

O exorcismo, ou “libertação”, como é chamado pelos membros da igreja, ocorre após o “espírito maligno”, que acomete as pessoas “possuídas”, ser “retirado do corpo” do fiel pelo pastor ou por um obreiro. Neste momento do culto, a autoridade dos obreiros e, principalmente do pastor, é exacerbada. Este último inquiri ao “diabo” quanto a seu nome e seu propósito e ordena ao espírito que saia imediatamente do corpo da pessoa possuída. A luta do pastor contra o diabo acaba por tornar-se um espetáculo, onde as forças do bem e do mal estão simbolizadas e personificadas nas figuras do pastor e do fiel “possuído”. Quanto maior o número de libertações, mais se intensifica o poder do pastor bem como dos obreiros. Neste sentido, no que concerne à essa denominação neopentecostal, os exorcismos são uma via de legitimação da autoridade e do poder do pastor e de seus auxiliares. Mais do que um bem simbólico, a “libertação” reafirma a ligação dos fiéis com a igreja, e solidifica a identidade do pastor.

Com relação à transferência desta igreja, durante os aproximadamente 10 anos do estabelecimento da Igreja Universal em Araraquara, esta mudou seu único templo de lugar ao menos duas vezes, cada qual buscando um local mais visível e de fácil acesso ao público; sendo que, como estratégia recorrente dessa denominação, o templo foi estabelecido em dois antigos cinemas da cidade. O local onde atualmente se situa é um dos pontos mais movimentados do centro

comercial de Araraquara – caracterizado por uma grande circulação de pessoas que buscam, entre outros, também por serviços mágicos religiosos e pela oferta de bens simbólicos (dados estes que serão retomados adiante) – o que aponta, junto a outros aspectos, como essa denominação se posiciona dentro do campo pentecostal.

Entretanto, um ponto interessante a ser levantado é o fato de igrejas como a Universal do Reino de Deus, ao apropriarem-se de espaços antes destinados a comportar outros tipos de atividades, também necessitam ser adaptadas, na medida do possível, a estes locais, o que resulta, muitas vezes, em mudanças na estrutura física de templo para templo. Neste sentido, a característica padronização dos cultos e das igrejas fica, em certo ponto, prejudicada – nem tanto no que concerne aos cultos e mais no que diz respeito à padronização dos espaços.

Este é um fato que pode ser observado claramente na Igreja Universal de Araraquara, levando-se em consideração que a estrutura dos dois cinemas onde se instalou é um tanto diferenciada. Enquanto no local anterior o púlpito estava localizado razoavelmente acima do nível do chão, configurando uma parábola com a última fileira de cadeiras, no local atual, o púlpito de onde o pastor ministra o culto, está diretamente no chão, paralelo às primeiras fileiras de cadeiras e bem abaixo do nível das últimas fileiras, configurando uma linha descendente. Do ângulo das últimas fileiras assiste-se aos cultos de cima, podendo ocorrer uma sensação de distanciamento entre pastor e fiéis. Esta observação abre espaço para uma discussão peculiar. Nos cultos onde a presença dos fiéis é menor, estes últimos são convidados a sentarem-se mais próximos ao púlpito, estimulados pelo pastor através de uma citação da Bíblia na qual Jesus diz que “aqueles que desejam suas bênçãos devem aproximar-se do filho de Deus”, numa analogia onde o culto em si e o pastor são símbolos, no primeiro caso, da emanação do poder divino, e no segundo caso, da personificação deste poder. Tal postura acaba evidenciando um conteúdo explícito no qual, quanto mais próximo do poder divino – no sentido de seguir fielmente os desígnios deixados por Jesus Cristo –, mais rápido o fiel alcançará as bênçãos solicitadas, havendo, assim, um conteúdo implícito no qual, aquele que está mais próximo ao culto – no sentido de estar mais próximo do púlpito e, conseqüentemente, do pastor –, melhor pode sentir a emanação desses desígnios.

No caso do primeiro cinema onde estava estabelecido o templo, por este possuir um intervalo espaçoso entre onde se localizava o púlpito e as primeiras fileiras de cadeiras, a questão era resolvida chamando-se os membros para posicionarem-se defronte ao pastor e, mesmo nos cultos mais cheios, a grande maioria das pessoas podia ser acomodada ali. Em se tratando do novo local, o púlpito está localizado no chão e muito próximo às primeiras fileiras, sendo separados por um espaço reduzido. Ou seja, são poucas as pessoas que conseguem estar próximas ao pastor. Deste modo, é possível pensarmos, em um outro momento, em algumas questões concernentes aos efeitos ocasionados por este tipo de organização espacial, no que diz respeito a alguns aspectos dos cultos.

Enquanto no caso da Igreja Universal, os dados indicam um crescimento de pessoas que freqüentam esta igreja na cidade de Araraquara, sendo que após o deslocamento do templo houve um aumento na média de pessoas que participavam dos cultos⁷, sua maior concorrente denominacional, a Igreja Internacional da Graça de Deus (ou Igreja da Graça como é mais conhecida) ocupa uma posição ainda pouco expressiva dentro deste campo específico, posto que possui um quadro de membros que, embora fixo, ainda é bastante incipiente⁸.

Todavia, pela estrutura notadamente menor dessa igreja, quando comparada à Igreja Universal, evidencia-se uma maior coesão no interior dessa comunidade, sendo que, por vezes, o pastor do templo observado dirigia-se a alguns membros da igreja chamando-os por seus nomes e, em algumas ocasiões, cumprimentava cada qual com um aperto de mãos. Neste caso, uma maior pessoalidade entre pastor e fiéis surte como algo positivo. Além disso, uma das estratégias geralmente utilizadas por este pastor, no intuito de promover uma maior aproximação entre as pessoas que freqüentavam seus cultos, era pedir para que os presentes se abraçassem mutuamente, ou que dirigissem uma frase amigável para um de seus “irmãos” ou “irmãs” de fé, sendo que isso poderia ocorrer mais de uma vez durante os cultos. Este tipo de sociabilidade promovida pelo pastor pode indicar uma busca pela instauração de uma maior coesão entre os fiéis, promovendo-lhes um lugar no qual pudessem sentir-se entre pessoas amigáveis, enfim, seguros frente a um mundo externo tão hostil.

⁷ A média anterior variava entre 30 pessoas nos dias considerados menos movimentados e 200 nos dias mais cheios. Após a mudança do templo o número de pessoas passou a cerca de 100 nos dias mais fracos, enquanto que nos dias mais movimentados chegam a ter a participação de cerca de 250 pessoas na época da pesquisa.

⁸ O número de participantes nos cultos observados variava entre 20 e 30 pessoas.

Observamos que no momento em que se encontra a Igreja Internacional da Graça de Deus em Araraquara, ela caracteriza-se por buscar reforçar-se e ganhar maior visibilidade na cidade, sendo que também foi evidenciado, com relação à esta denominação, um deslocamento de templo para um local mais visível, apontando para uma tentativa dessa igreja em se fazer mais competitiva. Assim, a Igreja da Graça acabou passando por um processo semelhante ao sucedido com a Igreja Universal, sendo que a primeira, juntamente com seu deslocamento, conferiu uma maior dinâmica às suas atividades, ampliando o número de cultos oferecidos.

Enquanto as atividades desta igreja anteriormente se limitavam a ocorrer apenas três vezes por semana (às quartas, sextas e domingos), atualmente seu calendário está sistematizado de forma a comportar uma atividade específica para cada dia da semana. Concomitantemente, os dados também denotam a busca por uma maior institucionalização dessa igreja na cidade de Araraquara, por meio de uma ampliação do quadro de ajudantes, do desenvolvimento de algumas atividades alternativas, como palestras e exibição de filmes de conteúdo evangélico, ensaios de teatro e canto coral e, inclusive, a criação de uma rádio na cidade com esta denominação (MACEDO, 2002).

No entanto, essa igreja, em particular, acaba afastando-se um pouco dos padrões neopentecostais mais usuais, como os observados na Igreja Universal, estando, por vezes, posicionada mais discretamente no que diz respeito a alguns aspectos do culto. Um exemplo disto são os cultos de “Libertação”, também realizados pela Igreja da Graça. Distintamente do que ocorre com sua concorrente denominacional, este culto específico não se apresenta permeado pelas explosões emocionais características. Um outro ponto importante é o fato de durante os cultos observados na Igreja da Graça não ter ocorrido nenhum caso de “possessão demoníaca”, algo completamente diferente do que ocorre na Igreja Universal, que tem como um de seus pontos fortes (como já foi citado) justamente seus exorcismos. Desta forma, os cultos na Igreja da Graça ganham um aspecto mais tradicional, com destaque no louvor e nas orações. Visto deste modo, em detrimento do relevo conferido ao pastor – onde este acaba ganhando maior notoriedade em decorrência das libertações – neste caso o enfoque recai sobre os próprios fiéis.

Diferentemente do ocorrido com a Igreja Universal, a quantidade de participantes nos cultos da Igreja da Graça não se modificou em relação ao número constatado nos cultos observados anteriormente, o que mostra que a

Igreja da Graça trabalha com um número de pessoas que, embora pequeno, é fixo, não sendo tão problemática a questão da necessidade de trabalhar em meio a um público flutuante, justamente em decorrência de seu contingente reduzido.

Em contrapartida, as igrejas pentecostais mais tradicionais – a Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular – encontram-se plenamente estabelecidas na cidade, posto o número de templos com essas denominações, o que as torna fortes concorrentes dentro do campo pentecostal. Ademais, embora os modos ascéticos que caracterizam os membros destas igrejas – nem tanto na do Evangelho Quadrangular, mas muito mais evidente na Assembléia de Deus – estejam marcados por uma ruptura com a esfera social e com a sociedade de consumo, ou seja, pela recusa do mundo moderno, ainda assim tais denominações, e principalmente a Assembléia de Deus, são as que possuem um maior número de membros na cidade (e no Brasil)⁹.

Além da necessidade de se equacionar melhor a polaridade entre o tradicional e o moderno no contexto urbano, sobretudo em casos como os de Araraquara, em processo de metropolização, tal fato leva-nos a pensar que as novas igrejas pentecostais, caracterizadas por uma maior racionalização e acomodação à sociedade do consumo, bem como pela ruptura com esses modos ascéticos, não dão conta, em um dado momento, de lidar com as necessidades religiosas mais amplas dos fiéis. Deste modo, as pessoas que buscam por essas denominações mais tradicionais, podem estar à procura de uma relação mais forte, mais perene, com a religião (MACEDO, 2002).

Neste sentido, fica uma pergunta a ser respondida: por que a Igreja Internacional da Graça de Deus, em Araraquara, possui um número tão pequeno de fiéis, já que a mesma em certos aspectos tem procurado aproximar-se das vertentes tradicionais? Talvez porque a falta de êxito em ganhar terreno dentro desse campo, ocasionando numa comunidade religiosa numericamente pequena neste caso, tenha forçado essa aproximação, o que acaba apresentando-se mais como uma adaptação do que como uma estratégia para atrair novos membros.

Finalmente, apesar da grande diferença de número de templos no que difere as igrejas mais tradicionais das neopentecostais, pôde ser constatado que a Igreja

⁹ Há estimativas de que a Assembléia de Deus abarca cerca de 7 milhões de pessoas (FREESTON, 1994, p.96). A Assembléia de Deus é a maior igreja pentecostal do país, detendo 20% dos evangélicos brasileiros (MARIANO, 1999, p.24). De acordo com o Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Assembléia de Deus apresentava 8,1 milhões de fiéis, 31% dos 26 milhões de evangélicos no país e 46% dos de origem pentecostal (ESCÓSSIA, 2002).

Universal, em Araraquara vem ganhando terreno dentro de um “mercado religioso” interpentecostal, o que pode ter interferido na dinâmica de sua concorrente denominacional, a Igreja da Graça, levando-a a articular estratégias que a posicionassem dentro deste mercado de um modo mais competitivo. Não obstante, no que concerne às denominações mais tradicionais, não podemos saber, por enquanto, quais os impactos que esse crescimento irá causar nesse caso, embora possamos afirmar que elas estão cada vez mais estabelecidas e consolidadas na cidade.

Apesar dessas significativas diferenças que vêm à tona quando comparamos as distintas denominações – separadamente ou com relação umas às outras –, dentro de um contexto mais amplo, deparamo-nos com um fato que se mostra bastante relevante ao considerarmos o campo pentecostal que se configura em Araraquara, sendo que no mês de novembro do ano de 2001 foi instituído legalmente o Dia Municipal dos Evangélicos, que será celebrado anualmente no segundo domingo de setembro, tendo sido também regulamentada a “Marcha para Jesus” no município, conquistas junto à Prefeitura que se deram por meio de ações articuladas pela Ordem dos Pastores Evangélicos de Araraquara e Região (Opeara). Segundo o presidente desse órgão, o pastor Osvaldo de Souza, da Igreja Evangelho Quadrangular: “isso mostra o quanto estamos crescendo” (MACEDO, 2001b). Para o presidente da comissão de eventos e tesoureiro da Opeara, o pastor Jirehamiel de Araújo, a marcha “é uma manifestação do povo evangélico(...). Mostramos assim que não somos alienados, nem fanáticos, que não estamos somente entre quatro paredes, e que estamos inseridos na sociedade como um todo” (MACEDO, 2001b). Ambos os trechos foram coletados de um órgão da imprensa local, o jornal *Tribuna Imprensa*, de 04 de novembro de 2001, que acabou sendo um espaço midiático, que possibilitou aos evangélicos uma “autorepresentação” perante à sociedade por meio de um órgão laico, diferentemente do que geralmente ocorre, dado o caráter sensacionalista das notícias relativas ao meio evangélico geralmente veiculadas pela mídia em geral.

A institucionalização de uma data comemorativa evangélica é de grande significação, pois traz à tona aspectos importantes acerca desse fenômeno, como publicizar um dos aspectos institucionais dessas igrejas, representado pela Opeara, a qual mostra a existência de uma determinada regulação interna entre as diferentes denominações, bem como o evidente peso de uma população de 15 mil evangélicos, numa cidade do porte de Araraquara. Em uma outra instância, podemos questionar até que ponto possíveis rivalidades entre as diferentes

denominações (que dizem respeito não só a aspectos teológicos e ascéticos, mas que também se inscrevem no campo de uma ética religiosa) podem, em um determinado momento, ser amainadas por reivindicações que venham a fortalecer o campo evangélico como um todo, culminando em formas de associação entre diferentes vertentes evangélicas.

Considerando-se, ainda, uma outra instância, tal fato apresenta-se, sobretudo, como uma forte mudança cultural, dada a hegemonia religiosa católica. Contudo, não podemos ainda prever o que essa mudança poderá acarretar num âmbito mais amplo, nem qual será sua temporalidade.

Neopentecostalismo e inserção no centro da cidade

Para o sociólogo Reginaldo Prandi (1996), o Brasil contemporâneo constitui-se como um país onde os elementos estruturais e simbólicos hegemônicos são típicos da civilização moderna capitalista, ou seja, são tipicamente racionais, burocratizados e dessacralizados. Neste sentido, o meio urbano brasileiro contemporâneo, com suas cidades modernas, prescinde do apelo ao sobrenatural, sendo que a vida cotidiana das cidades é essencialmente não-religiosa. Paradoxalmente, e ainda segundo o autor, estaríamos observando uma grande penetração na sociedade brasileira de algumas religiões voltadas para práticas religiosas de caráter mágico, como é o caso das religiões pentecostais e das religiões afro-brasileiras. Tal fato apresentar-se-ia como uma reação ao modelo “desencantado” característico das sociedades modernas, sendo um fenômeno que vem chamando a atenção nas regiões e cidades mais desenvolvidas do Brasil. Deste modo, a religião, tida como o espaço da não-razão, amplia-se e se publiciza-se, salta da vida privada para mover-se no espaço da razão, ou seja, na cidade.

Essa sacralidade de tipo tradicional, densamente mágica, que, de novo, pode até mesmo ser tocada e tocar, não está mais reservado a este ou àquele velho templo ou lugar preservado no tempo como relíquia testemunhando o passado da velha fé e reservado àqueles que não conseguiam distanciar-se definitivamente de um mundo entendido como antigo e ultrapassado(...), essa sacralidade invade a cidade.

A cidade profana agnóstica é de novo tomada pelas criaturas de deus, e do diabo. (PRANDI, 1996, p.23-5)

Tomando por base essa análise, averiguaremos de que modo tal fato pode ser pensado ao considerarmos o campo pentecostal que está se constituído na cidade de Araraquara e, mais especificamente, como isto é apresentado quando tomamos por referência as igrejas neopentecostais no município.

Ricardo Mariano (1999) diz que ao contrário das vertentes pentecostais mais tradicionais, o neopentecostalismo é caracterizado pela dessectarização, isto é, pela ruptura com o ascetismo e por uma progressiva acomodação à sociedade e à cultura do consumo, bem como por sua ativa atuação em alguns setores da sociedade, tais como as esferas da política e da comunicação, evidenciando-se sobremaneira dentro do campo religioso. Contudo, podemos abordar as igrejas neopentecostais também por um outro aspecto, sendo que estas estabelecem seus templos, geralmente, em centros urbanos, estando presentes, sobretudo, no contexto da cidade.

Ao observarmos o caso de Araraquara, tal fato atinge dimensões, se não mais complexas, ao menos mais evidentes. Durante o primeiro semestre de 2001, a IURD de Araraquara situava-se à rua 9 de Julho, a principal rua do centro comercial da cidade, no local onde antes funcionava o antigo Cine Plaza, e dentro de um contexto bastante interessante. Em um espaço que abarcava três quarteirões consecutivos, podia-se observar a existência de duas lojas de artigos religiosos afro-brasileiros (sendo que uma delas estava implantada exatamente ao lado do templo da IURD e outra já existente à 30 anos), uma loja de artigos esotéricos, uma livraria católica e uma livraria evangélica. Deste modo, a rua 9 de Julho era caracterizada por uma confluência de ofertas de bens simbólicos, bem como mágico-religiosos, além de configurar um espaço voltado para demandas das classes populares, possuindo também um razoável complexo de linhas de ônibus que se dirigem principalmente para bairros mais periféricos e cidades vizinhas mais próximas, transportando ao centro da cidade um grande contingente de populacional.

Contudo, a partir do segundo semestre do referido ano, a IURD acabou deslocando seu templo para outro local, neste caso, para a rua São Bento, paralela à rua 9 de Julho, e que, assim como esta última, é caracterizada por um grande fluxo de pessoas, bem como de veículos particulares e coletivos. Outra semelhança relacionada a esse espaço é a predominância de pontos de ônibus que se situam ao longo da rua, o que já se evidenciava no antigo local.

Para além dos dados já expostos, vale também ressaltar, numa vertente mais propriamente sócio-espacial, os fundamentos simbólicos ligados às escolhas

dos locais para as sedes de tais igrejas, sobretudo por parte da Universal, marcada por significativa mobilidade. Neste caso, isso aparece de forma clara, já que a mesma optou — com recursos para tanto, uma vez que as regiões centrais da cidade geralmente apresentam um ônus maior com relação ao uso do solo urbano — por estabelecer-se próxima a locais onde estão concentrados os poderes político (a Prefeitura do Município e a Câmara dos Vereadores), financeiro (com a concentração das agências bancárias), cultural (próxima que está da Casa da Cultura araraquarense) e religioso (próxima à Igreja de São Bento, matriz católica da cidade) –, o que acaba possibilitando a essa igreja neopentecostal produzir uma forte visibilidade pública de si mesma, ratificando a idéia de uma instituição bem sucedida, o que se harmoniza com os preceitos da Teologia da Prosperidade.

Entretanto, ao mudar-se de local, o templo da Igreja Universal acabou modificando a estrutura daquele “microcosmo” religioso no qual se inseria anteriormente, diminuindo os gradientes da concorrência religiosa naquela região. Ao mudar-se, a Universal, em um primeiro momento, situou-se perto de onde estava estabelecido o templo da Igreja da Graça anteriormente, além de ter aproximado-se da matriz católica de Araraquara. Configurou-se, deste modo, um outro espaço concorrencial, na medida em que o templo da Igreja Universal acabou por inserir-se numa área onde a imagem hegemônica era a do catolicismo e onde a Igreja da Graça apresentava-se “deslocada”. O estabelecimento do maior expoente neopentecostal no local acabou por afetar a visibilidade dessas duas outras denominações, de modo mais negativo em se tratando da igreja católica e de modo mais positivo no caso de sua concorrente denominacional, pois enquanto fez frente diretamente à primeira, acabou oferecendo condições para que a segunda ganhasse maior visibilidade.

Em um percurso inverso, a Igreja da Graça muda sua sede logo após o estabelecimento da Universal no local onde esta se encontra atualmente; exatamente a um quarteirão de onde estava estabelecido o antigo templo desta última. Note-se que nem uma nem outra abdicam de estar no centro comercial da cidade. Deste modo, a Igreja da Graça contribuiu para que o “microcosmo” religioso que se configurava na rua 9 de Julho voltasse a ter um maior gradiente de competitividade. Trata-se, talvez, da configuração de um novo pólo religioso na cidade.

Dentro desta perspectiva, torna-se relevante um estudo mais aprofundado acerca do espaço territorial onde as igrejas neopentecostais acabam se estabelecendo, bem como os efeitos decorrentes de tal estabelecimento, sendo

que tal discussão apresenta-se imbricada no fenômeno da concorrência religiosa. No que se refere a esta dinâmica, inerente aos centros urbanos, pôde ser observada como uma de suas dimensões constitutivas a importância dessa configuração espacial como contexto de pesquisa, resultando, sobretudo, num ponto de convergência onde o fluxo de demanda por soluções mágicas e religiosas se intensifica, configurando assim o que chamamos aqui de um “microcosmo” religioso.

Para Zeny Rosendhal (1996, p.67), especialista em geografia da religião:

Os padrões de transformações impostas pelas atividades religiosas, sua maior ou menor impressão no espaço, estão fortemente relacionados com os aspectos culturais da comunidade, de tal modo que o espaço pode ser percebido de acordo com os valores simbólicos ali representados.

Nesta linha, a autora ressalta a importância de estudos que evidenciem o sentido de lugar, por fornecerem a dimensão espacial do sagrado e permitirem a compreensão dos problemas mais específicos da valorização subjetiva, tais como os relativos à percepção e à consciência do espaço, além de suas formas de representação (1996, p.70).

No caso específico de Araraquara, a implantação do templo da IURD na rua São Bento não só evidencia um dos modos pelos quais essa igreja busca conjugar competitividade, crescimento e visibilidade, como também nos traz outras discussões, como por exemplo um possível crescimento da participação das classes populares, geralmente relegadas às periferias da cidade, no centro comercial de Araraquara. Se considerarmos que são nessas classes que estão situados a maioria dos membros das igrejas evangélicas – embora também esteja ocorrendo uma crescente adesão das classes médias (FREESTON, 1994; PIERUCCI & PRANDI, 1996; MARIANO, 1999) –, é lícito afirmar que esta igreja possa estar deslocando mais freqüentemente para a região central do município um contingente de pessoas que, possivelmente, possuam suas relações mais restritas às localidades próximas de suas residências, ocasionando com isso tanto uma mudança no cenário da cidade (ao menos nessa região mais central) quanto uma possível mudança nas relações sociais dos membros dessa igreja, especialmente por, neste caso, a IURD possuir apenas um templo, sendo estritamente necessária a ocorrência desse fluxo.

Referências

- ANTONIAZZI, A. et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Prespectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 7-16.
- DAMATTA, R. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E.O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.23-35.
- ESCÓSSIA, F. Pulverização pentecostal cria microigreja. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2002.
- FRESTON, P. A Assembléia de Deus. In: ANTONIAZZI, A. et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.67-99.
- MACEDO, C. H. **Relatório FAPESP, 1**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2001a.
- _____. **Relatório FAPESP, 2**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2001b.
- _____. **Neopentecostalismo e mercado religioso em Araraquara- SP**. Araraquara, 2002. (Monografia apresentada a Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais).
- MACHADO, M. das D. ; MARIZ, C. L. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, Niterói, n.5, p.21-43, 1997.
- MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.
- MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MELATTI, J. C. (Org.). **Radcliffe-Brown**. São Paulo: Ática, 1978.
- MONTERO, P. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999, p.327-68.
- OLIVEN, G. R. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PIERUCCI, A. F. ; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRANDI, R. As religiões, a cidade e o mundo. In: PIERUCCI, A. ; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.23-34.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: NEPEC, 1996.

VELHO, G. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: _____. **O desafio da cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.p.13-21.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

PROTAGONISMO E PRÁTICAS JUVENIS DE RESISTÊNCIA SOCIAL

Maria de Fátima da FONSECA¹

Resumo: Análise da questão juvenil em diferentes espaços sociais. Apresentam-se os jovens como protagonistas na perspectiva de construir um conceito em nossa sociedade cujas representações desse segmento são cheio de vulnerabilidades e de repressão à sua diferença. O texto tem como referência as publicações da Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ) e pretende inquietar estudiosos da juventude visando criar uma visão crítica sobre a questão, buscando a ampliação do debate para construir e fortalecer estudos nessa área.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil; participação social; liderança juvenil, direito jovem.

Abstract: Analysis of the juvenile situation in different social places. The young people are presented as the protagonists in the perspective of building a concept in our society which representations of this segment are full of vulnerability and repression to its difference. The text has as reference the publication of Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ) and intends to unquiet researchers of young people, aiming to create a critical view about this issue, searching to enlarge discussions in order to construct and strength the studies in this area.

Key-words: Juvenile protagonism; social participation; youth leadership; youth law.

Este texto fará uma abordagem do conceito de protagonismo juvenil na formação cultural dos direitos dos povos. Será utilizado o termo juventude(s), para situar os jovens como grupos diferenciados.

A ilustração das várias percepções sobre a atuação desses grupos juvenis mostra-os em um primeiro momento submetidos a um olhar de controle, que é o olhar institucional de igrejas, universidades, governantes ou pesquisadoras.

¹ Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Porém, faz-se necessário admitir que os próprios grupos juvenis quando se envolvem, podem assumir, no seu fazer, um olhar de autonomia, no qual suas necessidades, trocas de experiência e conflitos podem passar por desconstruções de uma série de idéias aprendidas e assimiladas.

Para Santos (2002), no máximo, tais práticas são animadas de aspirações emancipatórias amplas, às quais procuram dar realização parcial e limitada. E entre a realização e a aspiração do possível algumas perguntas vão se constituindo. São perguntas que resultam do excesso das aspirações em relação às realizações de práticas concretas. Na compreensão do ser que se faz, que possui incompletude, os jovens penalizados em seus direitos, juntando-se a uma boa parte da sociedade brasileira, podem construir uma outra história ou pelo menos projetá-la, como possível.

Para isso é importante rever uma palavra que muito se tem usado para ilustrar a participação popular no Brasil. É o conceito de protagonista.

Normalmente, o protagonismo está relacionado a ação de alguém. É o assumir-se como sujeito, pois há uma luta, um confronto de situações e uma dominação hegemônica nesse confronto. Será que a participação popular nestas últimas décadas obteve domínio de sua própria existência material, política e cultural com quem travou a batalha, quais sejam, Estado, mercado, emprego, governo e políticas públicas?

Aqui se tem uma situação dramática e os jovens brasileiros estão como personagens principais.

Os governantes iberoamericanos formulam critérios para caracterizar as novas políticas da juventude:

As políticas públicas deveriam tomar os jovens numa dupla perspectiva: como destinatários de serviços e como atores estratégicos do desenvolvimento, participando protagonicamente da modernização de seus países;... as políticas públicas deveriam responder adequadamente a heterogeneidade dos grupos juvenis existentes, focalizando com rigorosidade ações diferenciadas, para responder as particularidades existentes; as políticas públicas de juventude deveriam promover maior e mais ativa participação dos jovens em sua elaboração, implementação e avaliação efetiva; as políticas públicas de juventude deveriam claramente com perspectiva de gênero, brindar com iguais oportunidades e possibilidades homens e mulhere. (SECRETARIA..., 2002, p.69)

Pouco se avalia, mas em muitas situações juvenis, alguém, um adulto entra como intermediário da ação, o que pode ser caracterizado como um

protagonismo direcionador. O perigo é que esse alguém esteja tão amarrado às normas institucionais da qual participa que nem se dê conta do papel domesticador exercido. Nesta situação, podem estar muitos professores, assessores, consultores ou planejadores governamentais, religiosos ou não governamentais quando acompanham grupos, principalmente de jovens.

E esse protagonismo do adulto tem resultado quando consegue que os jovens assumam comportamentos necessários à conservação das instituições, sem nenhum senso crítico.

Os adultos podem possibilitar várias experiências positivas e negativas de participação dos jovens, pois estes, em geral, passam por vários grupos sociais ao mesmo tempo e na sua grande maioria planejados pelos adultos. Os exemplos são muitos: escola, lazer, narcotráfico, moda, indústria de bebidas e outras.

Na vida essa passagem pelos grupos é decisiva. É aí que aparece a questão. Ser protagonista para quê e para quem? Dependendo da resposta outra pergunta se apresenta: esse protagonismo obedecerá um padrão definido ou quem age tomará essa decisão?

Quando se fala em protagonismo torna-se necessário ter presente a questão do poder em seu exercício microsociais. Muito se discute o tema da democracia representativa e pouco a democracia participativa. Embora os movimentos sociais venham apresentando essa bandeira tem-se ainda muitas desconfianças em relação a sua trajetória.

Quando se fala nos jovens isso fica mais evidente. Os mesmos, estão numa situação de muita vulnerabilidade. Pouca idade, pouco direito de movimentar-se, de opinar, de constituir sua própria forma de ser. Quando busca espaços de sociabilidade é controlado ou se pretende controlá-los, desde a família passando pelo Estado até ao mercado internacional.

Todos buscam dizer ao jovem como proceder, e quando não são aceitos utilizam a fórmula tradicional de caracterizá-los de rebeldes. Assim o autoritarismo ou autoridade do adulto pode imobilizar ou limitar as ações juvenis. Todavia, no caso do Brasil, os jovens apresentam muitas formas de sociabilidade induzidas ou não para situações de participação social. É esse o quadro que será apresentado abaixo.

Este texto busca uma compreensão inicial de como grupos sociais e políticos importantes da sociedade incorporam o conceito de protagonismo em suas práticas e análises cotidianas.

Destacar-se-á o Documento-Base (SECRETARIA GERAL IBEROAMERICANA DE JUVENTUDE) a ser estudado pelos representantes de países Iberoamericanos, a Igreja Católica de Porto Alegre e os Sociólogos Augusto Caccia-Bava e Paulo Sérgio do Carmo.

Examinemos formas de protagonismos

O governo latino-americano – Os Ministros de Juventude dos países iberoamericanos no encontro acontecido em outubro de 2002, na Espanha, pretendiam aprovar o Livro Branco sobre Políticas de Juventude. Não se tem notícias das conclusões com relação a essa discussão.

No Documento-Base apresentado para estudo preliminar dos representantes de Estado o segundo capítulo apresentava o tema: Juventude e Políticas Públicas: um balanço dos anos noventa. Deste, um item foi destacado para esse trabalho. É o que se referia aos discursos sobre a organização e participação juvenil, um novo paradigma?

...convém recordar que a imensa maioria dos jovens iberoamericanos se encontra totalmente a margem das organizações e dos movimentos juvenis existentes. Apenas entre 5 e uns 20 % declaram participar de alguma em especial. A grande maioria dos que o fazem, se concentram em organizações desportivas ou religiosas. Alguns assistem concertos de rock e outros eventos musicais similares, as principais atividades que realizam no tempo livre têm a ver com “passá-lo com amigos”, ver televisão, ir ao cinema ou a festas. É isso que demonstram as pesquisas conhecidas, que também mostram que a presença de jovens em movimentos estudantis, sindicatos, partidos políticos e organizações comunitárias é ínfima. (SECRETARIA..., 2002, p. 32)

Os elaboradores da proposta inicial reconhecem os jovens como sujeitos de ações sociais públicas. Mas, há uma descrença, por ser a minoria que age, segundo a estatística oficial. Eles estão olhando para os jovens que serão atendidos pelas políticas públicas com seus sucessos e fracassos e apontam para o fato de que, os jovens querem participar em organizações, o que demonstra que não as rejeitam e sim, as práticas com que as ditas organizações se manejam e não seus fins e objetivos concretos. Em suma

os jovens querem participar (e o fazem ativamente quando as convocatórias são transparentes e compatíveis) porém não querem sentir-se manipulados. Importa também reconhecer que entre os que participam se verifica sempre uma grande inconstância: na maior parte dos casos, se trata de uma participação em atividades

específicas, durante certo período de tempo e não de um pertencimento as organizações como tais. Isto evidencia outra característica relevante: os jovens vivem o presente com uma grande intensidade, sem que em suas vidas cotidianas pese demasiado a noção de médio e longo prazo (ainda que os adultos sempre identifiquem os jovens com o futuro. (SECRETARIA..., 2002, p. 32)

Parece haver uma preocupação por parte dos governantes em enquadrarem os jovens em um modelo de participação. E nessa, a possibilidade de controle é total e sua atuação previsível. Isso é tão verdadeiro, que os mesmos acreditam estar frente a um novo paradigma totalmente distinto do tradicional, pois,

enquanto no passado as identidades coletivas se construíam em torno a códigos sócio-econômicos e ideológicos-políticos, agora se constroem em torno a espaços de ação relacionados com a vida cotidiana (*direitos da mulher, defesa do ambiente, etc.*); enquanto no passado os conteúdos reivindicativos se relacionavam com a melhora das condições de vida (em educação, emprego, saúde, etc.) agora se estruturam em torno ao exercício de direitos (*na sexualidade, na convivência, etc.*); enquanto que no passado os valores predominantes tinham uma visão messiânica e global (a mudança social deve modificar a estrutura para que mudem os indivíduos) agora estão mais vinculados com o aqui e o agora, desde a lógica dos indivíduos, os grupos e as estruturas (simultaneamente); e enquanto no passado a participação era altamente institucionalizada, agora se reivindicam as modalidades horizontais e as redes informais, mais flexíveis e temporais, evitando a burocratização. (2002, p.32-3)

As informações contidas no documento são importantes à medida que repassa aos representantes governamentais uma nova postura necessária ao controle dos jovens. Observe-se que esse documento é destinado exclusivamente aos países Iberoamericanos.

A terceira parte do documento traz outras informações substanciais que são a meta de participação desejada para os jovens dos países membros.

A recomendação feita é que o contexto atual seja altamente favorável a um novo patamar de desenvolvimento a essas sociedades. Os indicadores positivos são as tendências populacionais na iberoamérica, pois não estão nascendo crianças como nos últimos cinquenta anos e não se conta com grandes contingentes de população anciã, especialmente nos países em desenvolvimento como: Brasil, Colômbia, México, Venezuela e Peru. Portanto, acreditamos ser possível a construção da sociedade do conhecimento.

A base dessa sociedade está nas potencialidades das novas tecnologias da informação e da comunicação e sua decisiva influência em todas as dimensões da dinâmica societal. Pois,

como se sabe, as tecnologias da informação e a comunicação incorporam inovações em vários planos simultaneamente: microeletrônica, computação (tanto equipamento como em programas), telecomunicações e ótica eletrônica (microprocessadoras, semicondutores, fibra ótica, etc.). O relevante do tema, é que essas inovações são as que estão permitindo processar e armazenar cada vez mais informações e distribuí-las cada vez com mais velocidade, através de redes espalhadas por todo o mundo. Os especialistas sustentam que a capacidade da computação se duplicará a cada 18 a 24 meses (graças a rápida evolução dos comunicações (em base a uma explosão na amplitude de banda sustentada pelos avanços da tecnologia das redes de fibra ótica). Ambas tendências, se desenvolveram em paralelo com enormes reduções de custos e significativos aumentos da velocidade e quantidade de informação a distribuir. (2002, p.51)

Todo esse otimismo visível no uso da informática, torna relevante as implicações práticas,

na medida em que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC estão permitindo dar mais transparência ao planejamento e as transações, aumentar a participação política (tanto em termos de formulação de propostas como no desenvolvimento de mecanismos de controle cidadão), desenvolver bastante a educação a distância, a telemedicina, o teletrabalho e um grande etc... que cada um pode dar de conteúdo. Por tudo isso, o processo em marcha abre importantes oportunidades que teremos que aproveitar, ao tempo que gera novos riscos que teremos que controlar, trabalhando decididamente nestas matérias. (2002, p.52)

Não há como negar esse novo desenvolvimento tecnológico para alguns, mas a esmagadora maioria continuará fora, lutando por condições de sobrevivência.

A esses mesmos governantes é dito que o protagonismo juvenil estará presente na medida em que for envolvido nos principais processos de investigação e desenvolvimento e quando estiver colaborando decididamente para novas ferramentas nessas esferas e no uso dinâmico das novas tecnologias de informação e comunicação. O elemento central está na idade daqueles que trabalham com essas matérias e incorporam essas novas ferramentas em sua vida cotidiana. Aqui estaria o caráter revolucionário de tal sociedade.

Acontece que os jovens entram com duas condições: ou serão destinatários da nova tecnologia ou **atores estratégicos do desenvolvimento**, pré-estabelecido para os jovens iberoamericanos.

As políticas públicas devem processar-se dentro deste modelo de inserção participativa do chamado segmento juvenil.

Igreja Católica – É uma grande força incentivadora de participação social. Os documentos elaborados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e as Encíclicas das últimas décadas assim atestam.

Por isso, no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica se propôs a conhecer melhor aquilo que está sendo feito pelas paróquias com relação aos jovens. Para isso, fez no ano de 2000 uma pesquisa (É PRECISO..., 2001) em que apresenta a situação da Pastoral de Juventude no que se refere à participação juvenil. Os questionários foram aplicados na Arquidiocese de Porto Alegre, constituída por 160 paróquias (23,5 % das paróquias do Estado do Rio Grande do Sul); no Inter-diocesano Leste formado com 292 paróquias, correspondendo a 43,5 % do Regional Sul 3; no Inter-diocesano Sul com 8,5 % das paróquias do estado; no Inter-diocesano Centro-Oeste contando com 27,3 % das paróquias do estado e no Inter-diocesano Norte com 21,0 % das paróquias do Estado.

As questões feitas pelos organizadores tinham por objetivo informações sobre dados gerais dos grupos existentes na paróquia e da reunião desses grupos; acompanhamento ao grupo de jovens; a formação do grupo – subsídios, programação, atividades; espiritualidade; organização e articulação.

As respostas foram organizadas e analisadas cuidadosamente pelo Pe. Hilário Dick S.J. e alguns destaques serão apresentados por sugerirem um tipo de protagonismo juvenil.

Os dados gerais dos grupos de jovens da Igreja Católica, orientados pela Pastoral da Juventude, no Estado do Rio Grande do Sul indicam que os participantes podem ser divididos em duas faixas etárias: de 13 a 16 anos e de 17 a 25 anos. Não se observou nenhuma explicação para essa divisão. A grande maioria dos grupos está na faixa etária de 13 a 16 anos. No geral os grupos possuem mais de 3 anos de existência e são caracterizados como “grupos de base”.

A justificativa para a formação dos grupos é esta: “o grupo é considerado como uma **opção pedagógica**, isto é, o grupo toma a forma de um ato de fé pedagógico. Ele é a experiência central da proposta evangelizadora da Pastoral da Juventude”. (É PRECISO..., 2001, p.3).

Nesta percepção, os jovens são orientados a fazer parte de um grupo com normas próprias para o seu desenvolvimento. O processo de formação dos membros acontece por meio de vários subsídios elaborados, distribuídos ou divulgados pela coordenação diocesana da PJ. Esses subsídios podem ser: jornal *Mundo Jovem*; jornal *Juventude*; artigos esparsos; leitura da Bíblia; troca de experiências; *Missão Jovem*; subsídios da PJ; subsídios dos movimentos; material específico da igreja sobre Campanha da Fraternidade, Natal, mês Missionário... E outros.

No entanto, muitos grupos não fazem uso desses subsídios ou não os conhecem. Isso significa que na regularidade dos grupos, a formação dos membros depende muito do coordenador ou de quem exerça sua animação, podendo ser tanto um jovem ou uma jovem como um adulto.

Muitos grupos relataram a falta de assessoria de um adulto preparado para o acompanhamento dos jovens. Esse adulto seria o assessor que pode tanto ser um religioso como uma religiosa, adultos casados ou lideranças jovens com mais formação. O critério de formação deve estar relacionado à idade, ao conhecimento religioso e à juventude mesma.

Esta pesquisa indica que a articulação desses grupos de Pastoral Juvenil no Rio Grande do Sul possui dois grandes desafios, quais sejam: o desconhecimento da existência das Coordenações Diocesanas (central) e a falta de comunicação desta para com os grupos juvenis que formam a pastoral, o que parece ser bom na medida em que os grupos juvenis possam elaborar seus próprios programas de trabalho, priorizando suas peculiaridades e necessidades.

A marca dos grupos juvenis da PJ está na espiritualidade dos mesmos. E duas tendências expressam-se no relato de seus membros; há um espiritualismo alienado e acrítico de um lado e a rejeição de tudo o que significa compromisso social e político do outro. Isso é mais forte para um ou para o outro dependendo do contexto do grupo, quer dizer, se sua existência está na cidade ou na zona rural, se de centro ou de periferia, se de classe média ou classe popular. Há uma de que a espiritualidade alimente a frequência dos membros no grupo e que eles assumam seu compromisso para com a comunidade na qual está inserido. Se a espiritualidade é fraca isso vai refletir no grupo e que conseqüentemente será desmotivado.

A coordenação desses grupos está distribuída de forma equilibrada entre rapazes e moças. O cargo de coordenador pode ser ocupado por indicação dos jovens ou hierarquia paroquial, seja por votação ou nomeação.

A questão de gênero pode ser discutida como uma garantia de respeito aos participantes, porém a pesquisa diz pouco quando a escolha recai nas meninas; segundo coordenação, o fato é bem aceito pelos membros do grupo e da hierarquia religiosa local.

Outro aspecto relevante é a representatividade desses grupos nas instâncias de decisões – paroquial ou central. Uns poucos participam mais, outros menos.

O jovem para que tenha uma atuação mais reconhecida precisa estar presente nos níveis de decisão por vários motivos, deve estar exercendo várias atividades de interesse da igreja e com isso acumulando experiências para compromissos futuros.

Por esta situação pode-se dizer que há uma possibilidade de atuação juvenil. Essa oportunidade será mais ou menos ativa dependendo da coexistência dos poderes existentes nesse espaço. Se há concepções e práticas democráticas no conjunto dos grupos da comunidade, os jovens terão mais condições de serem priorizados.

Essa pesquisa pode ser tomada como uma referência ao protagonismo juvenil. Para alguns grupos esse protagonismo é mais fraco e pode estar ligado a figura do “adulto” (pai, religioso, jovem mais maduro ou, até mesmo um casal).

A participação real dos jovens nas atividades da igreja ou comunidade acontece na animação das liturgias, compromisso com a catequese e crisma; promoção de festas. Atividades de cunho social ou artístico são apontadas por alguns grupos e sempre em plano secundário.

Essa atuação juvenil poderá estar mais voltada para o desenvolvimento da própria instituição, embora possa existir uma ponte, mesmo que precária, para um agir ampliado na vida social como um todo (comunidade, cidade, país...)

Há um lugar principal a ser ocupado na instituição, mas o critério está direcionado pelo poder institucional e não pelas características próprias dos jovens.

Augusto Caccia-Bava, (2002), coordenador do conselho consultivo do Centro Brasileiro da Infância e Juventude – CEBRIJ, faz uma análise descritiva do protagonismo juvenil.

Sua primeira experiência efetiva de trabalho com crianças, adolescentes e jovens foi em 1996, quando participou de um debate público pela defesa do direito de educação das crianças e adolescentes trabalhadores. A partir desse fato, começou a provocar discussões em sala de aula, com jovens universitários sobre a formulação de políticas públicas destinadas a erradicação do trabalho infantil.

Nesse trabalho, porém, a pobreza, com seus limites à sobrevivência das famílias envolvidas, impossibilitou uma ação efetiva de erradicação do trabalho infantil, mas para os jovens universitários resultou num compromisso de partir para outras formas de apoio às crianças e adolescentes.

Essa situação de gravidade social estimulou o professor da UNESP (Universidade Estadual Paulista) a fazer uma proposta de pesquisa e intervenção com os jovens.

O direito dos jovens deveria colocar-se à frente do processo de formação cultural dessa geração.

Embora estivesse no centro da discussão, o direito dos jovens não se constitui em única garantia de manutenção da integridade das políticas públicas. Para que elas se realizem precisaria existir espaços públicos e de comunicação que garantissem os direitos, bem como, a criação de bases para sua formulação.

Os jovens universitários, sob sua orientação, em contato com outros jovens em situações diversas das suas, vivenciaram as dificuldades sociais diárias e intransponíveis muitas vezes existentes. Em sua experiência de pesquisa e trabalho, os jovens envolvidos demonstraram possuir capacidade de converterem-se em protagonistas da sua própria formação cultural e das novas gerações, inclusive em condições precárias e desfavoráveis, pois obtiveram a oportunidade de tornarem-se porta-vozes em defesa dos direitos universais das crianças e adolescentes.

Os jovens não fizeram exigências financeiras ou qualquer outra para se envolverem nesse trabalho e com essa experiência puderam reconhecer valores étnicos, éticos e referências culturais de seus grupos de origem, como potencialidade de existência, por meio da compreensão cultural dos processos que viveram e com os próprios grupos. Essa atuação juvenil foi acontecendo à medida que os jovens foram tomando consciência de uma realidade que também poderia ser a sua, mesmo que no momento da intervenção estivessem como alunos universitários. Esse distanciamento-aproximação possibilitou-lhes

interagir em situações de confronto uma referência para a formação cultural dos jovens, no contexto de realização de suas potencialidades e direitos, encontra-se na própria família e não dentro da escola. Tratavam-se tanto de suas famílias de origem, como de outras, com as quais conviviam, ou famílias formadas por eles mesmos.

Convivendo com outros jovens e conhecendo suas dificuldades, a participação cidadã aconteceu dentro de uma realidade que não se encontrava circunscrita à localidade onde viviam, mas que alcançava outros contextos.

Conversando, estudando e debatendo em sala com crianças, adolescentes e outros jovens, foi crescendo a compreensão dos direitos da família, seguindo-se os direitos da infância, da adolescência e da juventude, e assim os jovens universitários puderam ter uma compreensão cultural da localidade, da cidade e da sociedade em que vivem, pois é dessa compreensão que surgirá a consciência dos deveres que é a defesa da integridade da vida.

Trata-se de uma experiência que revelou a consciência do dever do jovem de predominantemente, preservar a integridade humana na maternidade, na família, na escola, no trabalho, na cidade, no envolver-se no dever formal a respeito das normas estabelecidas. Pois, assim, garantirão “o direito de serem jovens”.

Dando continuidade a esse trabalho com jovens universitários, desta vez, com jovens da periferia ligados a Associação Educacional de Juventude em Ribeirão Preto, o foco deslocou-se, no ano de 2002, para a segurança urbana.

A proposta de discussão sobre segurança urbana e direitos sociais dos jovens possibilitou a emergência do tema convencionado como violência urbana. Os jovens envolvidos reconheceram que é possível a construção de relações sociais justas, porém os meios de comunicação de massa agem em sentido oposto, uma vez que a mídia não difunde idéias de segurança para os jovens.

Os mesmos apontam para a afirmação de padrões culturais alternativos, e nestes, o respeito pelas pessoas deve começar em seus bairros, dada a presença não reprimida de narco-traficantes, famílias com práticas violentas, violência institucional constante.

O passo seguinte foi estabelecer projetos pontuais relacionados à segurança urbana, em que familiares, poder público local e representantes de entidades privadas articulados e organizados se posicionem para superação do estado de violência que tomou conta da cidade.

Essa prática de cooperação pacífica, envolvendo toda a sociedade civil, pode alimentar uma rede de comunicação democrática e popular construindo uma base objetiva de sustentação dos direitos do cidadão.

É dever do Estado, da sociedade e de todo cidadão a manutenção da integridade da vida, sob todos os seus aspectos. Ter consciência de direitos é ter consciência do dever de proteção da integridade da vida e do patrimônio que ela gera para sua realização e expansão.

É este compromisso de atuação que gera uma cidade segura não só para os jovens, mas para as mulheres, idosos, crianças, e por que não dizer para todos os seus habitantes.

Neste exemplo, o principal conquistador é o jovem, pois sua experiência negativa com relação ao adulto - seja ele professor, pais, autoridades e empregadores, transforma-se em construção de valores positivos relacionados à sua existência.

Paulo Sérgio do Carmo, (2001), apresenta a atuação dos jovens em vários momentos da sociedade brasileira. Os destaques foram para as artes, música, cinema, partido político, estilos juvenis e a imprensa alternativa.

Para cada década estudada o autor caracteriza um comportamento juvenil como resistência política. Demonstra que os grupos de jovens que alimentavam o desejo de uma sociedade diferente estavam ligados à classe média e alta. A revolução era uma causa dos estudantes, bem mais que dos trabalhadores e camponeses. Mas, apresenta também os grupos ligados aos operários e à periferia. Estes últimos não falam em revolução ou coisa parecida, porém, criticam a sociedade com suas desigualdades sociais.

Ele preocupa-se ainda em mostrar a conjuntura econômica do Brasil e dos Estados Unidos nas décadas de cinquenta (50) até noventa (90). Observa em sua análise que os jovens, por um período de tempo relativamente curto, põem em cheque sua própria sociedade. Seu vestuário, linguagem e estilo específico de música ou organização juvenil acabam se tornando uma identidade que assusta e amedronta.

Ao mesmo tempo, esses jovens são absorvidos pela indústria cultural, vinculando ao universo da sociedade de consumo e de violência que tem no jovem a principal vítima (e causador). Os casos mais comuns são os bailes

punks, as gangues juvenis, as torcidas organizadas de futebol, o movimento *Skinheads* (cabeças raspadas), isso tanto no Brasil como fora dele.

Por fim, o autor dedica-se à geração digital, àquela que assume os valores da sociedade tecnológica. Dá ênfase a *internet*. Essa geração que seria chamada geração N, abreviatura de *Net generation*.

Carmo (2001) usa os conceitos de cultura, alienação, ideologia, indústria cultural, direita e esquerda para situar o leitor em sua análise.

A importância dessa leitura está no reconhecimento de que há uma intensa atuação juvenil que representa as juventudes existentes e não uma única juventude, aquela caracterizada como rebelde ou apática.

Desafios e obstáculos ao protagonismo juvenil

Santos (2002) considera importante que se amplie o espaço público dos debates sobre exclusão social e repressão da diferença, pois devem surgir outras práticas de reconhecimento cultural e de inclusão social.

Este fato parece ser de difícil resolução porque as sociedades periféricas e semiperiféricas do mundo acostumaram-se a pensar na representação como um cânone único da democracia. E nele, o critério dessa representação está diretamente relacionado a eleições. Por isso deixou-se de lado o critério da participação ativa. Agora votar é o bastante.

Uma sociedade mais justa e mais democrática deve ser construída por todos os seus membros. Os jovens são sujeitos referenciais para este outro pensamento social, pois vivenciam o poder opressor em suas várias dimensões: na família, na escola, no bairro, nas próprias associações juvenis, nas instituições públicas e privadas. Poucas vezes pode constituir-se como sujeito de suas ações porque haverá sempre a desconfiança de que o que ele fizer será mal feito.

Os jovens mais que os outros sujeitos sociais são sempre acusados de rebeldes. E não fica só na acusação. Muitas vezes, até por olhar alguém com firmeza é acusado de zombar da autoridade dos mais velhos. Quando faz perguntas, precisa policiar o tom da voz para que não seja visto como mal educado ou agressivo. Quando emite opiniões, respondem-lhe que não tem experiência para tal. Quando organiza eventos há sempre quem fique com o

coração na mão. Isso só faz reforçar nele, mais que nos outros, a negação de ser aquilo que é hoje a geração dos adultos.

Santos (2001) acredita que as ações rebeldes, quando coletivizadas, são a resistência social a estas formas de poder e, na medida em que se organizam, segundo articulações locais-globais, constituem intervenções contra-hegemônicas.

Os jovens, mesmo que por um curto período de tempo negam,

nas sociedades as imagens que têm de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico, pois esses espelhos criaram sistemas e práticas de semelhança, correspondência e identidade, que asseguram as rotinas que sustentam a vida em sociedade. (SANTOS, 2001. p.47)

Fazem isso com a ousadia de que são capazes. E são capazes de enfrentar a polícia, caminhar “sem lenço e sem documento”, “viajar”, ou simplesmente sonhar. Coisas que os adultos já não são capazes de fazer.

Essa sociedade desigual, na qual nos tornamos escravos do tempo e da mercadoria, rivalizada entre pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, cultos e “ignorantes”, enquanto tiver jovens, possui capacidades de transformação, não por que são identificados como futuro, mas porque são o presente, com toda a complexidade que isso possa expressar.

Mesmo que passem os séculos, as características do ser jovem continuam sendo: ousadia, alegria, coragem, estar entre grupos, mudança radical e disponibilidade para a ação.

Os jovens sempre confrontarão os adultos que querem que eles ajam conforme a instituição com seus comportamentos-padrões, normas estabelecidas e hierarquia. No entanto, o que eles querem ou podem fazer é rebeldia, lutar pelo novo e pela possibilidade de mudança.

É urgente responder às perguntas sobre o que queremos que esses jovens protagonizem e o que eles querem de fato protagonizar, pois:

A reinvenção da emancipação social está baseada na exigência radical de que só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder. A hegemonia é feita de todas elas e só pode ser combatida se todas forem simultaneamente combatidas. Uma estratégia demasiadamente centrada na luta contra uma forma de poder, mas negligenciando todas as outras, pode, por mais nobres que sejam as intenções dos ativistas, contribuir para aprofundar em vez de atenuar o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu cotidiano. (SANTOS, 2002 p.27)

É necessário pensarmos na reinvenção das formas de resistência. Isto deve acontecer se quisermos construir uma contra-hegemonia na área da democracia participativa, pois não podemos esquecer que esse movimento é baseado em iniciativas locais destinadas a mobilizar lutas nesses locais, mesmo que para resistir a poderes translocais, nacionais ou globais, o que implica ter claro que a resistência à opressão é uma tarefa cotidiana, protagonizada por grupos definidos e que sem essa resistência o movimento democrático transnacional não é auto-sustentável.

Podemos relacionar esse fato com os segmentos subalternos da sociedade. Mas, no caso dos jovens torna-se mais significativo. Eles são a maior parte dos desempregados, são excluídos do ensino médio e superior; se estiverem na periferia das grandes cidades, são considerados “perigosos”, quando incluídos em famílias e escolas são destituídos de segurança no bairro e na cidade.

Nesse contexto de vida o jovem urbano, é principalmente, empurrado para a construção de uma diversidade de comportamentos e associações juvenis que desafia o poder dos adultos e das instituições oficiais. Talvez, essas associações ainda estejam devidamente mapeadas, mas já apontam uma cartografia diferenciada quanto ao modelo de jovem construído socialmente.

As associações juvenis, historicamente, importunaram as instituições. *Hípias*, *punks*, movimentos guerrilheiros, ecológicos, de homoeróticos entre outros.

Protagonismo ou práticas juvenis de resistência podem ser o caminho de volta que a sociedade deve construir para ser uma sociedade de iguais, não perante a lei, mas frente a existência humana.

Referências

- CACCIA-BAVA JUNIOR, A. **Metodologia educativa com jovens e direitos juvenis**. Araraquara: FCL/UNESP, 2002.
- CARMO, P. S. do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- É PRECISO cuidar do broto. **Pastoral da Juventude**, Porto Alegre, n. 85, 2001.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA GERAL DE LA ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. Insumos iniciales para el diseño del Libro Blanco sobre políticas de juventud en Iberoamérica: Documento Base.[S.l.; S.n.], 2002.

ALGUMAS REFLEXÕES PARA O ESTUDO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Marcelo Eduardo LEITE ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo central refletir a respeito das formas analíticas voltadas as imagens fotográficas. Para tal, traça um caminho que ‘visita’ os principais autores que se dedicam à análise e ao estudo das imagens. Finalmente, busca-se colocar algumas questões que estão relacionadas diretamente à subjetividade presente na interpretação e leitura deste suporte imagético.

Palavras Chave: Fotografia; metodologia; imagem; realismo.

Resumo: This article reflects about the photographic realism. In order to achieve this result we studied the main authors that discuss it and analyse images. Finally, we intend to put some questions related to subjective that is presented in the interpretation of imagetec support.

Key-Words: Photography; methodology; image; realism.

Para a humanidade, o período renascentista traz novas formas de pensar o mundo e a busca de um novo sistema formal de representação, sendo uma referência para a vinda de uma nova lógica de produção imagética. A procura de uma retratação o mais fiel possível das coisas tem no desenvolvimento da “câmera obscura” um marco. Tal invento permite que se projete por meio de um pequeno orifício uma imagem, captada por um sistema de lentes, possibilitando que, no interior da câmera, um artista faça um desenho ou pintura, copiando os traços da imagem projetada. Tal registro é aceito socialmente como uma cópia fiel da realidade (MACHADO, 1984, p.30-42).

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Multimeios da UNICAMP – Instituto de Artes – UNICAMP – 13083-970 – Campinas – SP.

Posteriormente, com o avanço dos conhecimentos técnicos, fruto, sobretudo, do advento da sociedade capitalista, observa-se os mais variados avanços nas ciências. Vários estudiosos pesquisam as alterações decorrentes da exposição dos “sais de prata” à luz. Os progressos alcançados nesse campo permitem, que no início do século XIX o mundo encontre a tão almejada fixação da imagem. Em pouco tempo, surgem as primeiras fotografias que são uma nova e contundente resposta para uma sociedade engajada em obter o almejado “registro absoluto” da realidade. A “cena positivista” imprime uma nova forma de pensar o mundo, provocando um distanciamento entre sujeito e objeto, propondo assim que a compreensão das “coisas da natureza” esteja vinculada à exterioridade dos fenômenos sociais (SÔLHA, 1998, p.38). Essa nova forma de representação ancora-se no reconhecimento e na tentativa de reprodução do mundo visível, ou como define Dubois, dá-se a partir de então, “(...) uma espécie de consenso de princípio que tem por pretensão o verdadeiro documento fotográfico **presta contas do mundo com fidelidade**” (DUBOIS, 1994, p.25. grifo do autor).

A fotografia estaria assim distante dos aspectos negligenciáveis da vida social e, pelo menos aos olhos do senso comum, impossibilitada de mentir, sendo interpretada então como prova cabal da realidade que revela. No momento de seu surgimento, portanto, a fotografia aparece como cópia fiel do mundo, representando as coisas de forma idêntica ao que os olhos vêem. Trata-se, segundo o ponto de vista da época, da expressão de uma visão objetiva da realidade. A forma explícita como a oposição entre subjetividade e objetividade aparece colocada nessa perspectiva, acaba estabelecendo um antagonismo entre fotografia e pintura. Se o registro fotográfico obtido por meio mecânico provoca uma ruptura em relação às práticas de reprodução disponíveis, ele surge cercado por discursos que o definem como cópia fiel da realidade. A pintura, por sua vez, permanece vista como fruto do gênio e do talento individuais.

O avanço tecnológico submete o processo criativo a novas regras, o que gera calorosos debates no mundo cultural do período. Uma das vozes audíveis na época é a de Charles Baudelaire que alerta para que a fotografia se limite a sua verdadeira função, qual seja: “(...) servir à ciência e às artes, mas de maneira bem humilde, como a tipografia e a estenografia, que não criaram nem substituíram a literatura” (apud DUBOIS, 1994, p.29). Nesta afirmação, vemos exemplificado o receio de muitos artistas - a possibilidade do avanço tecnológico invadir o território do imaginário – e as reservas em relação à fotografia, inicialmente aceita apenas como auxiliar de processos e técnicas já existentes.

Com a difusão do registro fotográfico ao longo do século XIX, que abarca progressivamente os mais variados grupos sociais, o que de certa maneira provoca, um primeiro indício de fragilização do discurso da mimese, não parece difícil arriscar a hipótese de que ao buscar os profissionais da fotografia nos seus ateliês fotográficos, a clientela atua diretamente no processo de desconstrução do discurso “realista” em voga. O retratado, ao participar ativamente do processo de “construção” da imagem, mesmo que de forma inconsciente, participa do desmantelamento da crença no realismo fotográfico. Quer dizer: a mesma sociedade que endossa a idéia do realismo fotográfico, atua como cúmplice da própria transformação do real por meio da fotografia. As mais variadas formas de produção da fotografia cujos adereços e indumentárias para os modelos, bem como as técnicas de uso da luz natural, e ainda as formas de manipulação dos materiais e de reprodução da imagem etc. contribuem para a formação de uma nova realidade de acordo com interesses específicos de representação.

Não há como discordar de Peter Burke quando ele afirma ser a fotografia não apenas um registro objetivo da realidade, mas fruto da seleção realizada pelos fotógrafos, “(...) segundo seus interesses, crenças, valores, preconceitos (...)” (1992, p.27). Nesse sentido ela é tributária, consciente ou inconscientemente, das convenções pictóricas e sociais de sua época. Nos mais variados trabalhos fotográficos, de diferentes períodos, mostra o autor, nota-se uma comunicação entre os valores canônicos vigentes e a produção de imagens. O que os fotógrafos nos apresentam, portanto, não são meros reflexos do real, mas representações da realidade, constituídas por suas lentes e por seu olhar.

Não há profissional ou estudioso da imagem hoje que possa discordar desse tipo de formulação. Nos termos de Mirian Moreira Leite, a linguagem fotográfica “(...) como uma elaboração sistemática de significações de uma sociedade - apresenta-se como uma resposta provisória, parcial e fragmentada de questões já feitas” (LEITE, 1993, p.47). De modo correlato sugere Turazzi: as significações veiculadas pelos registros fotográficos são, para as sociedades retratadas, imagens que estas projetam de si mesmas (1995, p.110). Nesse sentido, as imagens não falam por si só, mas expressam um diálogo com os modos de vida típicos da sociedade que as produz (NOVAES, 1998, p.116).

A técnica fotográfica e, obviamente o exercício pleno da mesma, é também um elemento de fundamental importância para os termos dessa discussão. O profissional

da fotografia, por sua vez, é agente e personagem do registro; suas concepções estéticas e morais interagem com o mundo, e é a partir dessa interação que a interpretação emerge. Os materiais fotossensíveis e os equipamentos para a obtenção do registro permitem ao fotógrafo atuar sobre a realidade a ser registrada, articulando luz, enquadramento e objeto do registro etc. (KOSSOV, 1989, p.24)

Para a compreensão das várias faces da relação entre fotografia e sociedade, devemos considerar também que a imagem produzida só encontra o seu sentido ao ser projetada no meio social. Estamos, assim, diante de dois universos que se relacionam de perto com a produção fotográfica: o ato fotográfico em si e, numa segunda etapa, “(...) os circuitos de difusão culturalmente codificados da sociedade (...)”. Por serem fruto do meio social, e diretamente condicionadas a códigos particulares do contexto em que são produzidas, as imagens fotográficas são possuidoras de significados variados. Sua interpretação, portanto, implica necessariamente uma aproximação “(...) por intermédio de mecanismos de compreensão de sua produção e sentido” (TACCA, 1999, p.18-29).

Novas perspectivas de análise

Alguns teóricos trouxeram, sobretudo a partir de 1980, sugestões que indicam caminhos interessantes para compreendermos e analisarmos o registro fotográfico. Vejamos rapidamente. Nas últimas décadas, estudos realizados, sobretudo nas áreas da Semiologia, Comunicação e História, lançaram nova luz sobre o universo dos registros visuais. No campo da semiologia, por exemplo, destaca-se o trabalho já clássico de Roland Barthes, *A Câmara Clara* (1984), no qual ele elabora uma perspectiva de análise que identifica dois elementos nas fotografias: o *Studium* e o *Punctum*. O primeiro estaria diretamente ligado às condições gerais apresentadas pela imagem fotográfica, seu contexto cultural e motivações no sentido mais amplo do termo. Reconhecer o *Studium*, diz ele, é “(...) fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las (...)”. O *Punctum*, por sua vez, romperia com o *Studium*, já que é o elemento contido na imagem que atua no nosso inconsciente modificando o seu sentido. Ele diz respeito, portanto, a um mecanismo de percepção pessoal e, por isso mesmo, intransferível (BARTHES, 1984, p.48).

Barthes entende que a imagem fotográfica emana do real, mas reconhece que no processo de registro das imagens, o imaginário joga papel incisivo (1984,

p.114-5). A imagem fotográfica, para ele, transfigura o referente e, ao mesmo tempo que não podemos negar a existência da realidade, reconhecemos que esta só emerge como tal no processo de criação.

A questão do referente e de sua relação com o artefato fotográfico está no centro das discussões e propostas de análise em geral. Compreender a estrutura de uma fotografia não significa, é claro, excluir a realidade, mas entendê-la como uma forma de representação, buscando, assim, uma aproximação com um novo modo de construção que se estabelece na câmara escura.

Publicado simultaneamente ao de Barthes, o livro de Raúl Beceyro, *Ensayos sobre Fotografia* (1980), constitui outra referência fundamental para o estudo da imagem fotográfica. Sua análise salienta o papel do fotógrafo na construção da cena fotografada, apontando que cada imagem apreendida é detentora de determinadas opções que são fruto da manipulação e do conhecimento da técnica fotográfica. Estes, são, de sua perspectiva, os componentes imprescindíveis à compreensão da imagem. Se isto é verdade, para Beceyro, não existem modelos prontos para a análise do material fotográfico. Analisar os princípios da construção imagética, nos termos de Beceyro, significa caminhar em direção à explicação do sentido das imagens (BECEYRO, 1980, p.88-9). Elementos que em um primeiro momento podem ser vistos como meramente técnicos, tais como, foco, ângulo, linhas, perspectiva etc., numa análise mais aguçada, indicam as formas pelas quais o fotógrafo usa os recursos técnicos como elementos determinantes de sua interpretação do meio social, atenuando ou acentuando certos componentes da realidade. De nosso ponto de vista, a característica mais sedutora do trabalho de Beceyro é a tentativa de aproximação das atitudes técnicas do fotógrafo com o contexto cultural retratado. Ele nos obriga a reconhecer que o uso da técnica para a linguagem fotográfica é uma forma de construção de uma mensagem específica.

Outro importante trabalho para os termos dessa discussão, também publicado nos primórdios da década de 1980, é *O Ato fotográfico* de Philippe Dubois. Entre outras coisas, Dubois indica que a fotografia procede de uma conexão física com o seu referente provocado por traço ou marca da emanção luminosa. Dessa forma, ela não pode ser vista como cópia da realidade, tampouco como algo que possui um significado próprio e independente. A imagem fotográfica, para ele, enquadra-se na categoria dos **signos** denominados de **índices**; são os **signos** que mantêm, ou que mantiveram, em um determinado instante do tempo uma relação de conexão com o real. Segundo o autor, a

fotografia exige uma forma própria de interpretação que difere dos outros signos indiciários, configurando-se como uma categoria epistêmica absolutamente singular. Ela inaugura não só uma nova forma de representação imagética, mas também de pensamento sobre a sociedade, remetendo-nos a uma nova relação com as formas de representação, com o tempo, com o espaço, com o real, com o sujeito, com o ser e o fazer (DUBOIS, 1994, p.94).

No Brasil uma importante voz nos debates a respeito das potencialidades da imagem fotográfica vem de Arlindo Machado e de seu livro *Ilusão especular* (1984). Sem pretender reconstituir todo o complexo argumento do autor, gostaríamos de destacar apenas sua discussão a respeito do referente fotográfico. Crítico feroz da teoria da objetividade fotográfica, o autor opõe-se, antes de mais nada, à idéia da imagem como um “espelho do real”. Na crítica a essa perspectiva, aponta que o discurso da mimese deriva sobretudo da crença na existência de uma delegação dada pelas capacidades químicas do suporte fotográfico. Para ele, o discurso que defende a “veracidade” da imagem fotográfica encontra respaldo tanto no senso comum, quando nas teorias mais complexas sobre a imagem e seus sentidos. Esta interpretação ingênua, deixa-se seduzir pela “(...) mística das emanações luminosas que se fixariam automaticamente na película (...)”. Defendendo a existência de códigos formadores da imagem fotográfica, Machado entende que o próprio fenômeno de penetração dos traços de luz na objetiva constitui uma reestruturação física que se conforma a um novo sistema pictórico. E debatendo com Barthes, para quem “sem o referente não há fotografia”, afirma que “(...) só com o referente, muito menos”. Afinal, continua ele, ainda dependemos de inúmeros elementos determinantes para a confecção da imagem, tais como luz, película sensível, objetiva, fotógrafo, técnica etc. Em sua concepção, no processo de formação da imagem fotográfica, a informação luminosa se codifica e se reestrutura, conformando-se à convenção de um determinado sistema pictórico (MACHADO, 1984, p.38-9).

Arlindo Machado retoma numa publicação recente a discussão esboçada no trabalho anterior a respeito do realismo fotográfico (MACHADO, 2001). Para ele, vivemos em um momento decisivo, devido ao avanço generalizado das novas tecnologias que permitem a manipulação e conseqüente alteração dos traços existentes nos registros imagéticos. Ele indica, assim, que a derrocada do mito do realismo fotográfico se tornou inevitável e que este possivelmente encontrará o seu fim até no âmbito do senso comum.

Publicado pelo filósofo Vilém Flusser *A Filosofia da Caixa Preta* (1985), trata-se de um livro que muito contribui para a discussão acerca das implicações técnicas da fotografia e as possibilidades de intervenção do fotógrafo nesse processo. Entre tantas colocações extremamente inovadoras de Flusser, a nosso ver, uma das mais marcantes é quando ele salienta ser um equívoco a crença de que no ato fotográfico há uma escolha livre do fotógrafo com relação ao registro. Para ele, o que é determinante nesse processo é o “aparelho” fotográfico. Nas suas palavras, o fotógrafo funciona em função da câmera, desta forma, elementos de escolha pessoal, tais como, critérios estéticos, políticos e epistemológicos são programados pelo “aparelho” fotográfico, este sim, detentor de uma imaginação praticamente infinita. Algumas das possibilidades de criação seriam extremamente exploradas pelos fotógrafos, outras, não, resistindo intocáveis no “aparelho” inúmeras possibilidades inexploradas de criação (FLUSSER, 1985, p.37). Vilém Flusser também aborda a questão da recepção e leitura da linguagem fotográfica, para ele quanto mais pessoas exercitarem o ato de fotografar, menos pessoas entenderão o significado das imagens. A automação teria embutido a crença do domínio do homem sobre a máquina fotográfica, essa falsa idéia de domínio sobre o processo dificulta o deciframento das imagens produzidas, já que todos acreditam saber fazê-las. Para ele, acreditar que se dominou a máquina é, antes de tudo, ser dominado por ela (1985, p.61).

Outra importante referência na bibliografia nacional é Boris Kossoy. Atuando principalmente nos campos da História e da Comunicação Social, Kossoy é interlocutor obrigatório no que diz respeito à pesquisa e à análise das imagens fotográficas. As contribuições que seus trabalhos trazem são inúmeras. Primeiramente, mencionaria o modo como destaca a importância das fontes fotográficas para a pesquisa histórica e, no sentido inverso, a necessidade de um aprofundamento da história social para a compreensão das imagens fotográficas. Kossoy propõe um método de trabalho para a leitura de imagens constituído por etapas, que incluem a busca de informações a respeito do fotógrafo e o levantamento minucioso de dados sobre o tema em questão. Outro ponto que chama à atenção em suas pesquisas é a maneira como define o fotógrafo como “filtro cultural”, entendendo que fotografar é tomar uma atitude diante da realidade, fazendo uso dos estados de espírito e da ideologia, elementos que, segundo ele, transparecem na fotografia.

O autor defende ainda a existência de uma dupla condição da fotografia, chamando-as de “duas realidades”. Já anunciada em *Fotografia e História* (1989),

esta teoria é mais precisamente elaborada em publicação recente, *Realidade e Ficções na Trama Fotográfica* (1999). Segundo ele, a fotografia possui como conteúdo algo “(...) que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto (...)”. Kossoy indica, assim, a existência de uma “segunda realidade” na imagem fotográfica que corresponde à realidade da representação, “(...) construída, codificada, sedutora em sua estética (...) elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado”. Para ele, a “(...) ‘primeira realidade’ é a realidade do assunto em si ‘na dimensão da vida passada’; diz respeito, à ‘história particular do assunto’ (...)”. É no universo pessoal do fotógrafo que a técnica de produção da imagem é manipulada; é nessa instância que ocorre o ato fotográfico em si, sendo feita a conexão entre o dispositivo imagético e o real.

Como vimos, as fotografias são materiais produzidos socialmente e, portanto, fruto das condições oferecidas pela realidade social em questão. Disso deriva a necessidade de considerar as condições técnicas da produção e a formação social do fotógrafo escolhido, bem como o ambiente em que este material foi produzido e, ainda, a lógica de produção dessas imagens. Devemos também levar em conta as informações contidas nas imagens, lembrando sempre que estas estão ligadas às formas de leitura que são próprias do universo que as produz.

Esta rápida passagem por parte da bibliografia referente à análise da imagem fotográfica permite uma percepção mais ampla dos possíveis caminhos para seu estudo. A nosso ver, erra quem pensa que tal bibliografia nos forneça uma fórmula analítica fechada, muito pelo contrário, os textos e autores fornecem instrumentos que se enriquecem de acordo com a experiência da pesquisa.

Voltamos com isso à nossa questão inicial: a existência de “uma realidade” na imagem fotográfica. A nosso ver, o diálogo com a literatura teórico-metodológica evidencia a presença de múltiplas “realidades” que se apresentam diante de nós. Entre outras coisas, notamos que ao constatar-mos na fotografia uma relação direta dela com a realidade, percebe-se, também, que nesse caminho existem, entre o referente e o artefato, as ações da técnica, do meio, do fotógrafo, da cultura etc. Podemos até dizer, que a “realidade” pode estar localizada exatamente fora da “cópia”, da fotografia em si. Como nos alerta Barthes, a identificação pode ocorrer de forma única e intransferível, entre o leitor da imagem e o registro em si. Perguntamos: a “verdade” pode estar em que vê a imagem fotográfica? Pensamos que não seria exagerado afirmarmos que as

fotografias são possuidoras de uma verdade particular e intransferível, já que nelas podemos reconhecer elementos perdidos da nossa história afetiva e material.

Os autores aqui brevemente apresentados nos ajudam a ver a produção fotográfica, e a conseqüente manipulação dos equipamentos e materiais, como dados fundamentais (além de sedutores) para discutir a relação entre a realidade, o fotógrafo e as fotografias. Posições como as de Arlindo Machado, que levanta a importância dos recursos técnicos diante do real, ou observações como as de Raúl Beceyro - que destaca as formas de produção de linguagem produzida pelos fotógrafos em função de seu envolvimento com a realidade vivida - deve ser uma inspiração permanente para a análise dos mais variados pesquisadores, ou de Boris Kossoy, que nos apresenta a sua teoria das “múltiplas realidades”.

Isto posto, o que se evidencia no estudo das propostas analíticas é a busca do máximo de familiaridade para com as mais variadas facetas que permeiam a produção e a projeção da imagem fotográfica. Assim, a nosso ver, a grande contribuição desses autores é fornecer instrumentos de reflexão e de aproximação para com as “múltiplas realidades” existentes nas imagens fotográficas. Estes são os sinais, mas como percorrer o caminho?

Perspectivas para o estudo das *cartes de visite*

Como vimos, existe uma vasta e rica discussão que nos conduz no debate analítico voltado às imagens fotográficas. Mas, do ponto de vista da condução da pesquisa, existem outros elementos que são determinantes para que possamos tecer uma reflexão profunda sobre o objeto. Deste modo, a história social e econômica, a história da técnica fotográfica, a compreensão das representações simbólicas da produção, bem como, dos circuitos de circulação das fotografias, tornam-se fundamentais. Estudar fotografias requer do pesquisador, de imediato, uma aproximação para com o meio a ser estudado. Deste modo, os estudos que se apóiam nos materiais visuais, sejam eles, desenvolvidos na área das Ciências Sociais, na área da Comunicação Social, ou da própria História Social, são de grande valia para criar a rede que nos conduz ao entendimento das imagens fotográficas.

Devemos crer então que as fotografias são materiais produzidos socialmente e, portanto, fruto das condições oferecidas pela realidade social em questão. Disso deriva a necessidade de considerar as condições técnicas da

produção e a formação social do fotógrafo que faz a imagem, bem como, o ambiente em que este material foi produzido e, ainda, as motivações que permeiam esta produção. Em segundo lugar, deve-se levar em conta que estas imagens podem conter informações que estão extremamente ligadas às formas de leitura que o contexto onde se originam elabora. Devemos lembrar que, outro ponto importante é a identificação dos **componentes estruturais** da fotografia. Ou seja, os elementos constitutivos da imagem, tais como o assunto, a tecnologia e o fotógrafo. Este último sendo aquele que, movido por razões de ordem pessoal ou profissional, desenvolve seu trabalho dentro de um complexo processo, onde a cultura, a estética e a técnica resultam na expressão fotográfica. Como nos ensina Kossoy, o **espaço** e o **tempo** são coordenadas de situação e, **assunto, tecnologia e fotógrafo**, os elementos constitutivos da imagem que geram a fotografia. Estariam assim o **espaço** e o **tempo** diretamente ligados ao contexto histórico específico da imagem. A preocupação em compreender a técnica fotográfica e suas variadas formas de uso – aprofundando as implicações específicas, com atenção às particularidades do processo social em questão – é diretamente tributária dos conceitos de **tempo** e **espaço**, elementos constitutivos da imagem. Desse modo, concordo inteiramente com Kossoy, quando ele reconhece que o processo criativo do fotógrafo é a ponta final das outras variantes do processo de formação da imagem. Sendo o processo de criação do fotógrafo, aquele que engloba uma aventura estética, cultural e técnica e que dá origem à representação fotográfica. Esta colocação entra em sintonia com uma afirmação de que o fotógrafo atua como um ‘filtro cultural’, entendendo que fotografar é tomar uma atitude diante da realidade, fazendo uso dos estados de espírito e da ideologia, elementos que, segundo ele, transparecem na fotografia (KOSSOY, 1999, p.25-8).

Estaria assim a materialização da imagem fotográfica envolvida numa verdadeira trama. Para entendê-la, temos que desmontar seus elementos constitutivos, divididos entre os de ordem material – tais como os técnicos, ópticos e químicos – e os imateriais – mentais e culturais. Os imateriais sobrepondo-se aos materiais dentro do complexo processo de criação da imagem fotográfica.

No processo de aproximação e análise das imagens, devemos entreter-nos com os elementos relacionados à técnica da produção fotográfica e com a conseqüente manipulação dos equipamentos e materiais, como dado fundamental para discutir a relação entre a realidade, o fotógrafo e as fotografias.

Neste campo, vale destacar a importância dos recursos técnicos diante do referente, e como os fotógrafos atuam construindo, por meio da técnica, uma linguagem que resulta do seu envolvimento com a realidade vivida – são inspirações permanentes para a análise que realizamos. Nesta linha, nosso trabalho dialoga com esses autores, apresentando ainda novos elementos que nos permitem compreender, mais de perto, as fotografias do tipo *carte de viste*. Mas como levar esta discussão para os retratos do século XIX e reconhecer esses elementos constitutivos numa produção com práticas tão rígidas de produção. Esta discussão cobra que o pesquisador busque novos caminhos. Mas como dito, devemos conhecer nosso objeto de estudo, vamos a ele então.

As *cartes de visite* são fotografias realizadas em estúdio, que foram desenvolvidas pelo francês André Disdéri, em 1854, e difundidas em larga escala nos anos subseqüentes. Filho de um imigrante que se muda para Paris, no intento de fazer fortuna, Disdéri abre o seu ateliê no *Boulevard des Italiens*, sendo “(...) o primeiro a apreender as exigências do momento e os meios de as satisfazer”, já que ele percebe que a fotografia, por ser “(...) muito cara, era apenas acessível à reduzida classe dos ricos”. Cioso da importância operacional do estúdio como um fator determinante para o seu sucesso comercial, André constata que os elevados preços cobrados, devido ao uso de grandes formatos, além de não permitirem acompanhar a vontade popular, obrigam o fotógrafo a despender mais tempo no processo de revelação. Ao compreender essas variantes, o que revela o seu tino prático e comercial, ele percebe “(...) que o ofício não daria resultados, a menos que se conseguisse alargar a sua clientela e aumentar as encomendas de retratos”. É quando tem a idéia de desenvolver as *cartes de visite* (FREUND, 1986, p.69).

Os retratos, medindo 5 x 9 centímetros, têm como principal inovação o fato de serem produzidos em série, a partir de um sistema de lentes múltiplas. O que permite ao cliente sair do ateliê fotográfico com uma série de imagens idênticas, nas quais se explicita a projeção pessoal do retratado. O retratado pode adquirir 12, 24 ou 36 imagens iguais, podendo, inclusive, voltar ao ateliê para encomendar mais cópias, já que o negativo fica arquivado no estabelecimento. Uma vez com sua série de imagens nas mãos, o cliente divulga esta sua imagem construída. Como o próprio nome diz, ela é um “cartão de visita”. É dada como lembrança e, muitas vezes, trocada entre as pessoas. Com sua grande difusão aparecem alguns colecionadores que as colam em álbuns arquivando-as. Surgem, também, aquelas que são vendidas em livrarias,

tais como, as de ‘tipos exóticos’, que retratavam tipos populares – como índios e escravos, e as de celebridades – com figuras ilustres, como, por exemplo, religiosos, políticos e artistas.

Outro recurso muito explorado é o “retrato de corpo inteiro”, o que implica cercar o retratado de “(...) artifícios teatrais que definem seu *status*, longe do indivíduo e perto da máscara social, numa paródia de auto-representação (...)”, onde se unem realismo e idealização. No caso das *cartes de visite*, os “retratos de corpo inteiro” são a forma mais completa de junção da série de elementos mobilizados na elaboração da cena fotográfica. É também nos retratos de corpo inteiro que os clientes podem introduzir a sua própria indumentária, trazendo desde objetos cotidianos como a roupa do dia-a-dia, podendo ostentar traços da moda desejada, e muitas vezes inacessível. Procuram, por meio desses objetos, contar a sua própria história: muitos querem ser retratados com as suas ferramentas de trabalho, com seu ícone pessoal. Os “retratos de corpo inteiro” agregam os fragmentos da personalidade do indivíduo, que são incorporados e reincorporados na sala de poses, que é o local onde se estabelece a construção individual (FABRIS, 1991, p.21).



Fotografia de Christiano Júnior, Rio de Janeiro, 1865.

No tocante ao estudo das *cartes de visite* no Brasil, devemos, de imediato, considerar as singularidades de sua expansão no país (coordenadas de situação). Aqui, este suporte, mesmo tendo sido difundido de forma bem mais restrita que na Europa, ele chega e atinge novos segmentos da população. Segmentos estes que podem finalmente se fazer representar. Podemos exemplificar entre a clientela, o negro liberto, o imigrante, o trabalhador urbano, a elite agrária etc.

No estudo das *cartes de visite*, o pesquisador, num primeiro passar de olhos pelo material retratístico, crê que as imagens são muito semelhantes. Mas aos poucos se percebe as diferenças, já que, certos indícios expõem o olhar do fotógrafo, suas escolhas e perspectivas, bem como as vontades dos retratados. O estudo das *cartes de visite* nos obriga a termos atenção à cena social e ao *décor* interno: equipamentos do ateliê, adereços, painéis de fundo, mobílias e roupas. O contexto histórico se coloca entre o pesquisador e o retratado como uma espécie de ponte. Literalmente de um lado está a realidade social, do outro, o fotógrafo, seus pontos de vista e anseios, o que faz dele mais um rico e fértil referencial interpretativo. A análise deve então desenhar um movimento que combina diferentes pontos de partida e de chegada: o fotógrafo, o ateliê, a cidade e o país no qual ele atua, cada um desses pólos remetendo invariavelmente ao outro.

Tais imagens obrigam quem pesquisa a reconhecer atentamente os elementos constitutivos dessa imagem. Devemos perceber, por exemplo, as poltronas, as cadeiras, as colunas, os aparadores, os vasos, as estatuetas e, ainda, um sem número de chapéus, bengalas, guarda chuvas, sobrecasacas, vestidos e sapatos, além, é claro, dos inúmeros instrumentos de trabalho que são trazidos pelo retratado. Numa observação atenta, encontramos, inúmeros painéis de fundo diferentes. Alguns mostram paisagens, outros simulam estar o modelo numa ampla sala. A febre das *carte de visite* tem na conjugação entre representação social, técnica, sensibilidade artística e profissionalização do ofício fotográfico a sua pedra de toque.

Na análise, julgamos pertinente que se dê atenção aos elementos cênicos e às formas de uso das indumentárias, aproximando-se das vontades específicas dos retratados. É relevante o fato de que alguns componentes tradicionais, usados nas referidas imagens, tais como móveis e painéis, por exemplo, serem, em alguns casos, substituídos por objetos que fazem referência direta a realidade sócio-cultural do retratado. É pertinente, também, que procuremos não só

uma aproximação com as interferências do fotógrafo, mas também, com as suas não-interferências. É que em muitos casos notamos que ele se faz presente dando liberdade ao modelo, abrindo espaço para que este se mostre, independente dos modismos predominantes. Outro ponto fundamental para o trato analítico do material é a uma aproximação para com o contexto histórico na qual se produz a imagem. Tal movimento permite melhor entendimento dos códigos e linguagens próprios do meio, o que fornece elementos para a compreensão das razões de determinadas opções feitas pelo retratado e retratista. Fica claro então, que a técnica fotográfica é primordial para nosso estudo, mas é preciso considerar que além da lógica de produção apresentada, há uma carga muito grande da influência do contexto cultural nestes retratos.

Do ponto de vista da técnica, a questão da iluminação é um ponto extremamente importante para a obtenção da qualidade da imagem fotográfica; esta constitui fonte determinante do próprio registro imagético e que foi, desde sempre, um ponto delicado no processo de construção da imagem. O tempo necessário de exposição da chapa para fixação da imagem gira em torno de 1 minuto. Desta forma, as oficinas fotográficas, ou ateliês, têm que aproveitar ao máximo a luz natural, única fonte existente. Assim, o estabelecimento deve ser construído de maneira que permita o máximo de entrada de luz, longe de construções que venham a sombrear o edifício, permitindo uma boa captação da luminosidade natural para a confecção dos retratos. Devemos considerar também a importância da relação entre o fotógrafo e seu cliente. Segundo os manuais publicados no século XIX, o cliente deve ser tratado com “todo o respeito” no ateliê; limpeza e conforto são imprescindíveis. O estabelecimento deve estar apto a atender quaisquer clientes, dos “(...) altos aos baixos e gordos, carnudos, pessoas sardentas, com rugas e pescoços compridos, indo até a diferenciação entre os modelos masculinos e femininos”. “A favor da boa imagem do cliente, o bom profissional necessita do uso de truques de iluminação que resolvam quaisquer ‘imperfeições’” (MENDES, 1991, p.126).



Fotografia de João Ferreira Villela, Rio de Janeiro, 1860.

As vestimentas são, também, muito importantes na construção da mensagem destas imagens, desta forma, devemos estar atentos aos valores estéticos da sociedade na qual a fotografia foi realizada e, ao mesmo tempo, reconhecer que os fotógrafos sabem da sua importância na construção da cena. Sendo notório que eles procuram explorar este recurso ao máximo. Este período é quando a casaca e a cartola tornam-se elementos imprescindíveis da ornamentação masculina burguesa: “(..) todo homem decente terá de possuir ao menos uma (...)” (MENDES, 1991, p.54). Muitos homens são retratados envergando uma simbologia que os distancie do mero trabalhador braçal, já que é importante transpor a imagem típica dos primeiros representantes da classe burguesa. A indumentária feminina, ao contrário, tem nas formas arredondadas do corpo da mulher um ponto a ser destacado. Para a mulher, a beleza é salientada, sendo as vestimentas ricas em fitas, bordados e rendas.

Atendendo às demandas sociais, é evidente que a reprodução dos valores da nova ordem torna-se um filão recorrente dos ateliês fotográficos, e mesmo as classes inferiores da sociedade almejam participar dos novos rituais de representação. Modelos típicos desse “novo homem” são difundidos e, em muitos casos, as representações não conseguem esconder as diferenças de classe, ao contrário, as posições sociais são flagradas, apesar da *mis-en-scène*. As fotos denunciam que o pobre ao se travestir de rico acaba refém de uma pose demasiadamente rígida e, em grande parte dos casos, podemos notar um certo desconforto do retratado diante da indumentária, em geral oferecida pelos ateliês (FABRIS, 1991, p.21).

Em muitos casos, as vestes são oferecidas aos clientes, vindo, inclusive, descosturadas para serem adaptadas ao corpo do retratado, o que evidencia a conjunção entre realidade e ficção, verdade e sonho, imposição social e vontade individual. Tudo isso numa sociedade dividida em classes e em universos distintos de homens e de mulheres, de adultos e de crianças, que têm, na moda, um dos fatores determinantes para a representação de valores e papéis sociais (LE MOS, 1983, p.58-9).



Fotografia de Carlos Hoenen, São Paulo, 1880.

Diante do exposto, fica evidente que, para entendermos o dia-a-dia dos profissionais da fotografia no século XIX, bem como os retratos *cartes de visite*, devemos considerar o grau de importância da técnica no desenvolvimento do ofício. Constatamos também o papel da subjetividade contida na relação entre retratado e retratista, que assume uma importância cabal no ato fotográfico. Ao procurar o profissional da fotografia, a vontade do cliente é, sem dúvida, uma das determinantes do registro fotográfico. Discutindo acerca dos seus anseios, o retratado estuda com o fotógrafo as possibilidades de construção do registro, do ponto de vista técnico e simbólico. Esta relação entre retratista e retratado dá-se sob um contexto social permeado por valores culturais.

Desta forma, são inúmeros os elementos que contribuem para o andamento da pesquisa. Estes pontos levantados, colocados em conjunto, aproximam-nos de uma melhor compreensão das fotografias. Cabe destacar, ainda, que as *cartes de visite*, que vêm tendo examinadas, colocam dificuldades para o uso de certos instrumentais de análise pelo pesquisador, sobretudo pela repetição de componentes cênicos existentes na composição dessas fotografias. Se isso coloca dificuldades para a interpretação já que em um primeiro momento todas as *cartes de visite* parecem iguais, elas lançam também desafios novos para o analista, que deve buscar relacionar as imagens padronizadas das *cartes de visite* com as teorias aqui brevemente relatadas. Sem pretender fundar uma nova perspectiva de análise, parece-nos oportuno buscar, por meio de nossa pesquisa específica, caminhos que levem a uma aproximação entre o nosso olhar crítico do século XXI e os significados e importância das imagens do século XIX, contribuindo para o estudo do sentido das imagens fotográficas.

Referências

- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BECEYRO, R. **Ensayos sobre fotografia**. Barcelona: Arte y Libros, 1980.
- BURKE, P. (Org.). **A escrita histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- DUBOIS, P. (1986). **O ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1994.
- FABRIS, A. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991.
- FLUSSER, V. **A filosofia da caixa preta**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FREUND, G. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 1999.

- LEITE, M. L. M. **Retratos de família**. São Paulo: Ed. USP, 1993.
- LEMOS, C. Ambientação ilusória. In: MOURA, C. E. M. de. (Org.). **Retratos quase inocentes**. São Paulo: Nobel, 1983. p.58-9
- MACHADO, A. **A ilusão espetacular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. A fotografia como expressão do conceito. **Studium**, Campinas, 2001. Disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/doi/1.htm>. Acesso em : 05 out. 2001.
- MENDES, R. Descobrindo a fotografia nos manuais: América (1840-1880). In: FABRIS, A. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991.
- NOVAES, S. C. O uso da imagem na antropologia. In: _____. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SÓLHA, H. L. **A construção dos olhares**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- TACCA, F. C. de. **O feitiço abstrato: do etnográfico ao estratégico na comissão Rondon**. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TURAZZI, M. I. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ÍNDICE DE ASSUNTOS / *SUBJECT INDEX*

- Amianto, p.37
- Campo, p.101
- Classes sociais, p.53
- Concorrência religiosa, p.113
- Conservadorismo, p.69
- Contexto urbano, p.113
- Direito jovem, p.133
- Doenças profissionais, p.37
- Durkheim, p.86
- Fotografia, p.149
- Geral, p.86
- Globalização e neoliberalismo, p.37
- Habitus*, p.101
- Imagem, p.149
- Indivíduo, p.86
- Liderança juvenil, p.133
- Metodologia, p.149
- Modernização conservadora, p.69
- Movimentos sociais, p.53
- Ordem, p.86
- Participação social, p.133
- Particular, p.86
- Pentecostalismo, p.113
- Protagonismo juvenil, p.133
- Realismo, p.149
- Reestruturação produtiva, p.53
- Revolução
 - burguesa, p.69
 - passiva, p. 69
- Revolução microeletrônica, p.9
- Sindicatos, p.53
- Síntese teórica e Bourdieu, p.101
- Sociedade, p.86
- Sujeito, p.86
- Taylorismo/fordismo, p.9
- Toyotismo/ohnoísmo, p.9
- Trabalho, p.9; p.37
- Asbestos, p.37
- Burguesy revolution, p.69
- Conservative , p.69
- Conservative modernization, p.69
- Durkheim, p.86
- Fields, p.101
- General, p.86
- Globalisation and neoliberalism, p.37
- Habitus*, p.101
- Image, p.149
- Individual, p.86
- Juvenile protagonism, p. 133
- Methodology, p.149
- Microeletronic revolution, p.9
- Order, p.86
- Passive revolution, p.69
- Pentecostalism, p.114
- Photography, p.149
- Private, p.86
- Productive restruturation, p. 53
- Professional illnesses, p.37
- Realism, p.149
- Religious competition, p.114
- Social
 - classes, p.53
 - movements, p.53
 - participation, p.133
- Society, p.86
- Subject, p.86
- Taylorism/fordism, p.9
- Teoric synthesis and Bourdieu, p.101
- Toyotism/ohnoism, p.9
- Urban context, p.114
- Unions, p.53
- Work, p.9; p.37
- Youth
 - leadership, p.133
 - law, p.133

REVISTA CADERNOS DE CAMPO

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

A Revista Cadernos de Campo é publicação acadêmica dos/as alunos/as do Curso de Pós Graduação em Sociologia da FCL/UNESP. Tem por finalidade divulgar pesquisas em andamento, artigos de revisão bibliográfica, resenhas de discentes de Programas de Pós – Graduação em Ciências Sociais, desde que abordem temas relevantes para o debate contemporâneo e contemplem os seguintes eixos temáticos: **Estado Desenvolvimento e Políticas Públicas; Classes e Movimentos Sociais; Gênero Saúde e Família; Agricultura, Industrialização e Urbanização.**

Informações Gerais:

Interessados/as em publicar na Revista Cadernos de Campo devem enviar seus trabalhos em português (preferencialmente), ou em espanhol desde que ajustadas a NBR 6023/2000 da ABNT (síntese abaixo discriminada):

Formato Geral:

Recomenda-se que os artigos devem ter entre 15 e no máximo 20 páginas, incluindo o resumo, abstract ou résumé e a bibliografia.

O formato obrigatório é de uma coluna

O papel deve ser A4 (21 x 29,7)

As margens devem ser a direita e inferior de 2 cm, e margem esquerda e superior de 3 cm.

O espaçamento entre linhas deve ser redigido em espaço duplo e as citações e notas de rodapé em espaço simples.

Os artigos devem ser enviados em disquetes, digitados em Word for Windows na versão 6.0 ou 7.0 na fonte Times New Roman, tamanho 12.

Primeira Página:

Deve conter as informações na seguinte ordem:

- a) **nomes dos/as autores/as** seguido de indicação de nota remetendo para o rodapé da página, indicando profissão, vínculo institucional e título acadêmico, em nota de rodapé devem utilizar fonte menor que a usada na digitação do trabalho;
- b) **Título do trabalho** em versal, negrito e centralizado. Quando houver subtítulo deve vir em minúsculo e sem negrito;
- c) **resumo** de até 250 palavras em português

acompanhado das palavras –chave (no máximo 3) que identifiquem o conteúdo a 5 cm da margem esquerda, sem parágrafo.; **d)abstract** do resumo original acompanhado também das **key-words**.

Corpo do Artigo

a) Todos os artigos devem iniciar pela **INTRODUÇÃO** onde deverão constar objetivos e metodologias e forma de organização do texto; **b) O título** de cada seção deverá ser digitado em letra maiúscula, em negrito e sem numeração; **c) Os subtítulos** devem ser em letra minúscula, apenas a primeira letra que deve ser em maiúscula; **d)os títulos das tabelas e quadros** devem ser numerados consecutivamente em algarismo arábicos, devendo vir acima das ilustrações seguidas dos respectivos títulos; **e)** quando se tratar de **tabelas ou quadros transcritos** de outros textos deve-se colocar uma legenda abaixo da tabela indicando a fonte;

Citações e Sistema de Chamada: Todas as vezes que for indicada uma citação bibliográfica deve-se mencionar a fonte consultada. Para efeito de padronização a citação deve ser pelo **sistema alfabético** ou seja, sobrenome do autor, seguido da data de publicação e da página consultada, ex: (SILVA, 1999, p.45) ou Silva (1999, p.45) quando se tratar de citação direta ou indireta respectivamente.

As citações diretas com mais de 3 linhas devem ser destacadas do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda em letra menor que a do texto e sem aspas (estas somente são usados quando se trata de citação direta curta que deverão estar incluídas no texto). **Exemplo citação direta longa:**

As crises do capitalismo, tanto cíclicas como cumulativas, a derrocada do modelo planificado da economia soviética, a ampliação dos dogmas do mercado e a insistente retórica neoliberal, como visto conduziram ao que se converteu chamar de crise - e porque não dizer, esgotamento do modelo keynesiano, com iminentes implicações nos contronos políticos, econômicos e jurídicos dos Estados. (GONÇALVES, 2002, p.10)

Ou quando se trata de **citação curta direta:**

“Inspiradas pela vontade de discutir a desigualdade que atinge as mulheres em todo o mundo, as ativista de direitos humanos vêm realizando significativos ganhos nas últimas décadas assegurando a maior inclusão do tema ao abuso dos direitos humanos relativos às mulheres e ao gênero” (CRENSHAW, 2002, p.171).

Informações Consultar ABNT NBR 10520/2002

Resenhas

Aceitam-se resenhas de livros identificados com as linhas do Programa de Pós Graduação, desde que tenham sido publicados no Brasil há até dois anos.

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser elaboradas de acordo com a ABNT-NBR 6023/2002. Vale destacar que todo autor citado no texto deve ser listado na Bibliografia que deverá ser em ordem alfabética:

a) Livro com um autor

FOULCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540p.

b) Livros com dois autores

TABAK, Fanny, TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 133p.

c) Artigo de revista

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.137-50, 2001.

LIMA, Maurício. A temporada de decisões está aberta. **Veja**. São Paulo, v. 35, n.23, p.44-5, jun.2002.

d) Artigo de Jornal

MELFI, Adolpho José. A realidade da USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jul.2002. Caderno Opinião, p. A3.

ESCÂNDALO Sudam-USimar leva de novo Murad a Justiça Federal. **Jornal Pequeno**, São Luís, p.6, 18 set. 2002.

e) Dissertações e teses

Rocha, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **A atuação do Poder Judiciário face à questão de violência doméstica contra a mulher**. 1998. 230 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

f) Capítulo de Livro

SILVA, Jercenilde Cunha. Corpo e saúde como espaço privilegiado para o resgate da cidadania feminina. In: DÍNCAO, Maria Ângela, ALVARES, Maria Luiza Miranda, SANTOS, Eunice Ferreira (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. São Paulo: Letras a Margem, 2001. v.2, p.519-31.

Documentos Eletrônicos

a) Trabalho individual com autoria

DINA, Antônio. **A fábrica automática e a organização do trabalho**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 132p. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/page6.html>>. Acesso: em 20 mar. 2003.

b) Trabalho individual sem autoria

A ESPERANÇA e suas razões. **Periscópio**: Boletim Eletrônico da Fundação Perseu Abramo e Secretaria de Formação do PT. São Paulo, n.16, maio 2002. Disponível em: <<http://wm2.uol.com.br/read/ndr>>. Acesso em: 15 maio, 2002.

E-mail

FERNANDES, Maria da Glória. **Normas para publicação na Revista Cadernos de Campo**[mensagem pessoal] Mensagem recebida por silva@terra.com.br. em 10 jun. 2002.

Normas para Publicação dos Originais, elaboradas pela Comissão Editorial.

gráfica
unesp 

araraquara